


Eleições autárquicas em Riba d'Ave CDU ganha mais 37% de votos e o dobro dos mandatos

Noticiário na pág. 7

Partidos Comunistas: força insubstituível da esquerda

Págs. 13, 14, 15 e 16

No próximo número:
SUPLEMENTO
os Artistas d'  a festa!

AMORA-SEIXAL • 4, 5 e 6 SETEMBRO

O Estado secreto de Cavaco Silva

EDITORIAL

Alterações à lei eleitoral para autarquias locais

— Artigo
de Jorge
Cordeiro

Págs. 20 e 21

«*Lei
das propinas é
inconstitucional.
Não vamos
pagar!*»

— Jovens
comunistas
falam
ao «Avante!»

Pág. 10

O Estado secreto de Cavaco Silva



A CDU reforçou significativamente a sua votação em Riba D'Ave

RESUMO

22 Quarta-feira

Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, participa, em Madrid, num curso promovido pela Universidade Complutense, dando uma conferência intitulada «Os partidos comunistas — força insubstituível da esquerda». O dirigente do PCP encontra-se também com Julio Anguita, secretário-geral do Partido Comunista de Espanha. Decorre em Madrid a Cimeira Ibero-Americana. Ainda em Madrid, os deputados espanhóis aprovam por unanimidade o projecto de reforma que adapta a Constituição às exigências do Tratado de Maastricht. James Baker afirma, no Cairo, estar satisfeito com as orientações do novo governo israelita sobre os colonatos. A equipa da ONU, que fiscaliza no Iraque as alegadas instalações nucleares, retira-se da frente do Ministério da Agricultura onde foi impedida de entrar pelas autoridades iraquianas. Guardas florestais cumprem paralisação de 24 horas a nível nacional, protestando contra o desinteresse da respectiva Direcção-Geral na resolução dos problemas laborais da classe.

23 Quinta-feira

António Guterres, secretário-geral do PS, anuncia em conferência de imprensa o apoio do seu partido à candidatura de Pierre Mauroy à presidência da Internacional Socialista. Maria Elisa demite-se do cargo de directora de programas da SIC, por desinteligências com o director-geral daquela TV privada. Manuel Gamito, presidente da Confederação do Comércio Português, demite-se dessas funções por incompatibilidade com o cargo que acumula, de vice-presidente da Entrepósito Comercial, que eventualmente adquirirá parte do Grupo Pão de Açúcar. Ivo de Pinho, antigo dirigente do PRD, é nomeado para o cargo de presidente do IFADAP. Rosa Mota prepara-se para participar nos Olímpicos de Barcelona e marca exame antidoping. Recém-saído da presidência do Benfica, João Santos é o «candidato» do PSN para a presidência da Câmara de Lisboa. Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda votam contra a proposta de Orçamento da CE, considerando insuficientes as dotações dos fundos estruturais.

24 Sexta-feira

Em entrevista ao «Notícias de Maputo» o presidente moçambicano anuncia que vai encontrar-se em Roma com o líder da Renamo, sem indicar data. A corretora de Pedro Caldeira é suspensa da Bolsa de Valores de Lisboa. A Indonésia é oficialmente informada do congelamento do projecto para o acordo de cooperação entre a CE e os países da ASEAN. Os EUA repatriam 150 refugiados haitianos n. No dia do funeral do juiz Paolo Borsellini, o Senado italiano aprova um novo decreto anti-Mafia. O parlamento polaco aprova um projecto de lei para ilegalizar o aborto. Pela quinta noite consecutiva, registam-se distúrbios em cidades do Norte de Inglaterra, envolvendo jovens asiáticos.

25 Sábado

Em entrevista ao «DN», Álvaro Cunhal fala sobre o próximo con-

gresso do PCP. Sindicatos da administração pública, CGTP-IN e UGT consideram inaceitável o aumento de 4,5% que, segundo o «Público» de ontem, o Governo quer propor para 1993. Tem lugar em Barcelona a cerimónia de abertura dos Jogos da 25ª Olimpíada. O Iraque aceita, sob condições, que a ONU inspecione o Ministério da Agricultura em Bagdad. Em Damasco a reunião interárabe reclama uma solução global para a crise do Médio Oriente de acordo com a conferência de Madrid. De Klerk propõe a criação na África do Sul de um governo de transição de unidade nacional.

26 Domingo

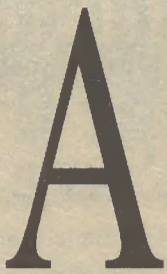
Reforçando significativamente a sua votação, a CDU vence as eleições intercalares na freguesia de Riba D'Ave; o PS ganha em Lândim, também no concelho de Famicção. Um francês e dois russos constituem a missão espacial que parte de Baikour em direcção à estação orbital «Mir». No rescaldo da evasão de Pablo Escobar, é anunciada a demissão do director das prisões da Colômbia.

27 Segunda-feira

A Conta de 1990 da RA da Madeira viola o Programa de Reequilíbrio Financeiro, decide o Tribunal de Contas. Num encontro com Barros Moura, a UGT manifesta-se indisponível para apoiar qualquer acção a favor de um referendo sobre Maastricht. Os ministros das Finanças da CE firmam um acordo provisório sobre a taxa mínima normal do IVA, fixada em 15 por cento. Num momento em que a Comissão Parlamentar de Inquérito entra na fase decisiva da recolha de depoimentos, surgem informações de que as fraudes de Paulo César Farias envolvem verbas de cerca de 30 por cento do orçamento brasileiro. O presidente Fidel Ramos admite legalizar o Partido Comunista das Filipinas. Fidel Castro inicia uma visita de dois dias à Galiza. Rosa Mota anuncia que não vai competir em Barcelona.

28 Terça-feira

A Associação Nacional dos Municípios Portugueses critica o Governo por faltar ao diálogo e pretender «transformar as autarquias em tesoureiros sem dinheiro e em empreiteiros sem meios». Os guardas florestais decidem suspender a greve marcada para 5 de Agosto para dar à Direcção-Geral de Florestas mais uma oportunidade de responder às suas reivindicações. Em reunião com o ministro das Finanças, os sindicatos da Função Pública reafirmam a sua recusa em negociar numa base de 4,5 por cento. Soldados israelitas assassinam mais um palestiniano na Faixa de Gaza. Fidel Castro prossegue a sua visita à Galiza, sendo recebido com entusiasmo em todos os locais por onde passa. Conselho de Segurança da ONU lança ponte aérea para a Somália.



importante debate sobre a melindrosa matéria do segredo de Estado travado na Assembleia, também, nos dias que antecederam as férias parlamentares.

O debate culminou com a votação, por enquanto, na generalidade. O PSD, claro, só deixou passar o seu próprio projecto e, por tabela, o outro projecto da direita apresentado pelo CDS. O processo vai continuar a partir de Outubro.

O conteúdo do projecto do PSD (o que realmente importa) representa, como foi demonstrado pelos deputados da oposição, tais perversões à democracia que se torna imperioso continuar a alertar a opinião pública, tanto mais, que o Governo tudo fará para fazer esquecer o que agora foi revelado.

Como salientou o deputado do PCP, João Amaral: «O arbítrio é a chave deste diploma e das suas intenções. É, aliás, conhecido o vezo de poder pessoal do Primeiro-Ministro.» (...). «...o segredo é o melhor fundamento para o arbítrio absoluto e o arbítrio é o governo da razão pessoal».

Com efeito, Cavaco Silva volta ao segredo de Estado não para regular e circunscrever as condições excepcionais em que pode ser invocado, o que seria uma conduta normal em democracia, mas como pretexto para criar um clima de intimidação e repressão dos funcionários públicos, para limitar severamente o direito à informação e o direito de informar e para eliminar de forma drástica mecanismos de fiscalização da acção governativa.

Ao contrário do que os deputados laranja com malabarismos jurídicos quiseram ocultar e que o debate parlamentar pôs a claro, o projecto do PSD visa directamente os jornalistas, tenta calar as vozes incómodas que na comunicação social denunciaram os escândalos e as arbitrariedades do Governo e atenta por isso contra garantias capitais da liberdade de imprensa, como o direito de acesso às fontes e o sigilo profissional.

O PSD congeminou, a pretexto do segredo de Estado, uma nova forma de censura.

Os planos do Governo e do seu Partido, a propósito do segredo de Estado, não ficam, porém, por aqui. Visam limitar os poderes de fiscalização da Assembleia da República e tolher a acção dos tribunais sempre que levantem a tabuleta do segredo de Estado. A primeira ficaria impedida de fazer inquéritos parlamentares sempre que deparasse com matéria como tal classificada. Os segundos ficariam também paralisados como aconteceu quando o Primeiro-

-Ministro proibiu elementos dos serviços secretos militares de depor no processo GAL.

A situação tornar-se-ia muito mais grave se o projecto do PSD chegasse a ser lei, dada a vastidão e a imprecisão das matérias que podem ser consideradas como segredo de Estado - praticamente tudo - e dada a diversidade das entidades que podem proceder a tal classificação - todo e qualquer membro do Governo, os chefes dos serviços secretos de informações, os presidentes dos Governos Regionais, entre outros.

O Governo do PSD congeminou, a pretexto do segredo de Estado, uma nova linha de governamentalização que lhe permite subtrair-se à fiscalização de outros órgãos de soberania e lhe dá meios para se ingerir nas suas próprias competências.

Entretanto, o instrumento desta operação governamentalizadora - o segredo de Estado -, no seu exercício, fundamentos e classificação, ficaria ao abri-

O pérfido diploma peessedista contra o direito à greve tornou-se, pela sofreguidão dos deputados laranja, num verdadeiro aborto legislativo.

go de qualquer controlo ou fiscalização.

Tal é, em breves linhas, o projecto do Estado secreto de Cavaco Silva.

Não há é segredo de Estado que valha aos deputados do PSD para justificarem a negligência que os levou a deixar passar sem votação na especialidade algumas normas do projecto de alterações da Lei da Greve.

O pérfido diploma peessedista contra o direito à greve tornou-se, pela sofreguidão dos deputados laranja, num verdadeiro aborto legislativo.

A situação criada é inultrapassável. A Constituição da República explicita com toda a clareza: «A votação compreende uma votação na generalidade, uma votação na especialidade e uma votação final global».

Um diploma, ou uma norma que não tenha sido submetida a qualquer destas votações não está votado. Não poderá por isso ser lei, ou norma legal.

A tentativa de dar por votado o que o não foi, que alguma imprensa atribui ao PSD, seria um escândalo e uma brutalidade contra o estatuto constitucional da Assembleia da República, que não poderia deixar de ter as mais graves consequências. Há uma semana protestámos nestas mesmas colunas contra a deplorable

decisão do Presidente da Assembleia da República, sob pressão do Governo, de enviar para promulgação o processo de Schengen dando como aprovado um documento que os deputados desconheciam no momento da votação. Em face do que agora se passa com o processo das alterações à Lei da Greve, é legítimo perguntar a que extremo de degradação pretende o PSD levar os trabalhos da Assembleia da República?

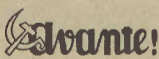
No que toca aos trabalhadores, as peripécias que rodearam o recuo do PSD em relação às alterações da Lei da Greve e a baralhação em que os deputados laranja mergulharam no processo de votação são acrescidas razões para estar alerta e preparar com grande determinação acções poderosas que inviabilizem qualquer alteração à Lei da Greve.

Houve quem visse a reunião magna do Conselho de Ministros em S. Julião da Barra, com as críticas e os reparos que apesar de todos os segredos vieram a público, como a antecâmara da próxima remodelação ministerial. Cavaco Silva nega, é claro, mas o segredo é a alma dos negócios do Primeiro-Ministro, como atrás se viu, para mais quando se trata de remodelações.

Onde o Governo não faz segredo é em relação aos impostos para o próximo ano. Marques Mendes foi mandado à televisão para apregoar que não haverá aumentos. **O ano passado era Cavaco Silva que apregoava na campanha eleitoral que não haveria aumentos este ano... e foi o que se viu. É claro que o ministro das Finanças garantiu, depois, que o brutal agravamento fiscal não era aumento de impostos, mas «harmonização».** Convém por isso perguntar qual será o montante da «harmonização» fiscal para o próximo ano.

O Governo, ao partir para férias, quis despedir-se afirmando o seu apego à «descentralização» (cavaquista, claro), traduzido nas transferências de novas competências para as autarquias. Só que os eleitos autárquicos reagiram com grande energia ao presente envenenado. **As novas competências que o Governo quer transferir são transparentes e pesadas, os meios financeiros para lhes dar concretização é que são poucos e secretos. Está aberta uma nova frente de luta contra a ingerência do Governo no poder local. Por isso mesmo, o PCP em nota da Comissão Política do passado dia 24, reiterou «a sua solidariedade activa à luta das autarquias locais e das suas associações representativas, a ANMP e a ANAFRE».**

É esta intervenção consequente do PCP e dos seus aliados da CDU em defesa das autarquias e sempre ao lado das populações que obteve agora um justo prémio com a vitória da CDU em Riba D'Ave, que se traduziu, entre outros resultados positivos, na duplicação dos seus eleitos.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 02 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

— DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guimarães, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.700\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00
ESPAHANHA — 50 números: 8.326\$00
MACAU — 50 números: 13.042\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

Nota da Comissão Política

Governo anuncia dias piores

1. As conclusões vindas a público do Conselho de Ministros extraordinário realizado no passado dia 20 de Julho, bem como posteriores declarações do Primeiro-Ministro e «habildosas» e preparadas fugas de informação, permitem concluir que o Governo pretendia com aquela reunião preparar a opinião pública para um conjunto de medidas altamente negativas que tem intenção de tomar nos próximos meses incluindo no âmbito do Orçamento do Estado para 1993.

Realizada no Forte Militar de S. Julião da Barra, e rodeada por um ostensivo aparato de segurança constituído por Forças Policiais e Forças Armadas (incluindo meios aéreos e navais), a reunião foi marcada e rodeada por anúncios que no seu conjunto visam a quebra de salários e a diminuição das responsabilidades do Estado na resposta aos instantes problemas com que se debate o povo português (designadamente através de cortes no Orçamento do Estado).

2. Assim, pela forma e pelo enquadramento com que foi anunciada, a intenção do Governo de transferir competências para o Poder Local aparece como uma grave ameaça nomeadamente para a sua capacidade de resposta aos problemas das populações.

Inserida na lógica da diminuição da despesa pública, a operação de transferência de competências é certamente concebida pelo Governo como visando transferir encargos para as autarquias em áreas em que a Administração Central tem respondido particularmente mal, sem transferir simultaneamente os meios adequados à resolução das carências existentes.

Uma operação como essa viola o princípio constitucional da autonomia do Poder Local e a própria Lei de Finanças Locais (que explicitamente obriga a que novas competências sejam acompanhadas dos meios financeiros necessários e suficientes), e visa fazer recair sobre o Poder Local o odioso resultante de situações de que é único responsável o Governo.

O PCP reitera a sua posição favorável ao aprofundamento da descentralização administrativa e ao reforço dos poderes, competências e meios financeiros das autarquias locais. Mas, as transferências de competências só são possíveis no quadro de integral respeito da lei e da capacidade das autarquias locais, numa base de diálogo, entendimento e cooperação.

O «último» do Primeiro-Ministro, de que, se não houver cedências por parte das autarquias, impõe à força as transferências de competências, mostra que o objectivo não é de descentralizar para ser dada melhor resposta aos problemas, mas o de transferir encargos e problemas num quadro financeiro em que a sua resolução não é possível.

O PCP manifesta a sua clara oposição a medidas como estas, na linha de outras contra a descentralização que o Governo vem tomando, como por exemplo o esbulho de 55 milhões realizado no Orçamento deste ano, ou como o persistente bloqueio ao processo de regionalização e ao reforço das freguesias.

Ao mesmo tempo que alerta a opinião pública para estas intenções, o PCP reitera a sua solidariedade activa à luta das autarquias locais e das suas associações representativas, a ANMP e a ANAFRE.

3. A notícia publicada nos jornais sobre a estratégia negocial do Governo quanto aos aumentos salariais da Função Pública para 1993, apontando para uma proposta de 4,5% de aumento, visa confesadamente condicionar à distância as reivindicações dos trabalhadores da Função Pública, tentando preparar a opinião pública para exíguos aumentos, inferiores mesma à inflação esperada.

Inseridas numa campanha, de que a nível governamental se fez porta-voz o ministro da Finanças, segundo a qual haveria aumentos salariais «excessivos», aquelas notícias mostram a intenção de fazer recair pesadamente sobre os trabalhadores os custos das opções políticas que o Governo assume.

O PCP denuncia esta campanha e alerta desde já os trabalhadores portugueses para estas intenções e anúncios do Governo, a que se oporá por todos os meios ao seu alcance.

4. A integração da fragata «Roberto Ivens» da Marinha de Guerra portuguesa numa Força da União da Europa Ocidental para a realização de operações de bloqueio militar à Jugoslávia (Sérvia e Montenegro) integra-se num processo que visa a construção de uma «defesa comum» das Comunidades, dando execução ao Tratado de Maastricht quando ele não está em vigor (e tem para já a oposição de um dos países signatários).

A decisão de enviar a fragata «Roberto Ivens» para o mar Adriático à revelia dos órgãos constitucionalmente competentes evidencia ainda os perigos dos propósitos consagrados no Tratado de Maastricht de construção de uma «defesa comum» das Comunidades, de transformar a CE num bloco político-militar de que a UEO seria o braço armado.

Neste quadro, o PCP manifesta a sua oposição à integração da fragata «Roberto Ivens» naquela força da UEO e à sua colocação sob comando estrangeiro para operações de natureza militar, envolvendo Portugal e as forças armadas portuguesas numa intervenção militar que pode evoluir para um conflito de largas proporções.

O PCP exige que sejam fornecidas rapidamente ao país todas as informações acerca das obrigações que passam a

impender sobre a fragata, bem como sobre o sistema de comando militar da Força.

5. Considerando indispensável que o debate parlamentar sobre o Artigo 31º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA), cujas drásticas restrições de direitos afastam os militares do conjunto da sociedade, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um Projecto de Lei tendente a «alterar o regime de restrições do exercício de direitos pelos militares».

O Projecto pretende vincar o carácter excepcional das restrições ao exercício de direitos por militares no âmbito do Artigo 270º da Constituição da República.

O Artigo 31º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, que define restrições ao exercício de direitos por militares, é hoje uma norma ultrapassada, com restrições excessivas e desproporcionadas, conforme o demonstram os recentes acontecimentos ligados ao processo legislativo da chamada «Lei de redução dos efectivos militares».

6. Como ontem foi tornado público pelo Grupo Parlamentar do PCP, diversas normas do projecto de lei do PSD de alterações à lei da greve não foram objecto de votação na especialidade pela Assembleia da República. Como é inequivocamente comprovado pela acta gravada da reunião plenária de 17 de Julho.

Sem qualquer margem para dúvidas, isso significa que tais normativos pura e simplesmente não existem no texto final aprovado pela maioria do PSD, pois a Constituição estabelece que a votação compreende votações na generalidade, nas especialidades e final global.

Não há qualquer artifício ou imposição da maioria que inverta esta situação.

O PCP chama, porém, a atenção para o facto de, mesmo assim, terem sido aprovadas pelo PSD alterações que mutilam gravemente o exercício pelos trabalhadores do direito à greve, nomeadamente no que se refere à possibilidade de o Governo definir arbitrariamente os serviços mínimos, e o alargamento do prazo de pré-aviso para 5 e 10 dias.

Mantêm-se, pois, todas as legítimas e justas razões para que os trabalhadores e as organizações sindicais continuem a luta para impedir que a lei antigreve do PSD e do Governo venha a entrar em vigor.

24/7/92

A Comissão Política do CC do PCP

Pressa do PSD deu gaffe na AR

Vários pontos da lei antigreve não foram sujeitos à votação na especialidade

A acta da sessão parlamentar do dia 17 regista uma gaffe que deixa «irremediavelmente comprometido» o processo de revisão da lei da greve - denunciou na semana passada o Grupo Parlamentar do PCP.

Jerónimo de Sousa e Odete Santos, num breve encontro com a comunicação social, recordaram as «fases muito atribuladas» por que já passou esta tentativa de alterar a lei 65/77, detendo-se na discussão e votação dos projectos do PSD e do CDS, a 16 e 17 de Julho, na Assembleia da República.

O PSD, acusaram os deputados comunistas, «quis fazer tudo à pressa», sem se conformar com o «ritmo normal e habitual exigido para a produção legislativa». Por isso, impediu que o projecto aprovado na generalidade baixasse à comissão respectiva para discussão e votação na especialidade, forçando a votação na

especialidade em plenário, e até se esqueceu de pôr à votação a alínea que incluiria os transportes nos serviços sociais impreteríveis e pontos referentes a serviços mínimos e requisição civil.

Deste modo, apenas tiveram aprovação na AR o alargamento do período de entrega do pré-aviso (para 5 ou 10 dias) e a inclusão, nos serviços sociais impreteríveis, da salubridade pública (incluindo a realização de funerais) e dos serviços de energia e minas (incluindo o abastecimento de combustíveis).

A votação final global, que depois teve lugar, «fixa o texto votado na especialidade, constituindo assim uma espécie de selo de garantia», de onde decorre que «as normas contidas nessas alíneas e pontos inexistem no texto do Decreto da Assembleia» - afirma o PCP. Seria deveras insólito o resultado da eventual alteração da lei da greve

conforme o texto aprovado no parlamento (em votação na generalidade, em votação na especialidade e em votação final global), e que ontem deveria ser apreciado na Comissão de Trabalho para aperfeiçoamento e sistematização do texto final. «A lei fica sem qualquer sentido, ninguém a entende», comentou Odete Santos.

Alertando para o facto de que, na apreciação final em comissão, «não podem incluir alíneas e números não votados, nem podem violar o princípio intocado de que a votação fi-

nal global é o selo de garantia de um processo legislativo», os comunistas reafirmam que as alterações aprovadas são inconstitucionais e que o diploma «é, ainda

assim, um texto mau». Normalmente, após apreciação na Comissão de Trabalho (onde quaisquer alterações precisam ser aceites por unanimidade), o texto segue

para o presidente da AR, que o remete ao PR para promulgação. Basta saber se, com tantas falhas, o PSD avançará ou não com este seu projecto.



Os deputados do PCP apresentaram aos jornalistas cópias da acta da sessão parlamentar de dia 17, onde se regista a gaffe do PSD

Octávio Teixeira em hora de balanço

Parlamento legislou pouco e mal e a culpa foi do Governo e do PSD

"Talvez nunca anteriormente a governamentalização da Assembleia da República tenha ido tão longe e a força numérica da maioria parlamentar se tenha imposto de forma tão prepotente". Nestes termos, contundente, caracterizou Octávio Teixeira de forma clara o modo como do ponto de vista da sua bancada decorreram os trabalhos da sessão legislativa que agora findou, a primeira da actual Legislatura.

Proferidas em jeito de balanço, na passada semana, mais exactamente na última sessão plenária do ano parlamentar, as palavras do líder da formação comunista não se ficaram por aqui, constituindo-se num verdadeiro libelo acusatório que permitiu trazer para primeiro plano aspectos fundamentais para a compreensão quer das insuficiências e constrangimentos a que o Parlamento foi submetido, quer da postura evidenciada pelo Grupo Parlamentar do PSD, depois da reedição da sua maioria absoluta.

Octávio Teixeira não hesitou mesmo em qualificar a sessão legislativa de "pobre" e de a Assembleia da República ter legislado "pouco e mal" e de não ter fiscalizado a acção governativa, responsabilizando por

esta situação o Governo e o PSD.

No primeiro caso, recordados pelo dirigente comunista foram os primeiros 45 dias que marcaram o início da Legislatura, praticamente sem que tivesse sido apreciada qualquer iniciativa legislativa, não por "falta de objecto de trabalho", como observou, mas porque a "actuação autoritária" do PSD impediu na ocasião o agendamento para debate em plenário de qualquer iniciativa (e eram já várias) do PCP.

Verberada pelo dirigente comunista, noutra plano, foi também a forma como o PSD "perverteu as relações institucionais" entre a Assembleia da República e o Governo, num processo em que tudo fez "para esvaziar as competências constitucionais da Assembleia".

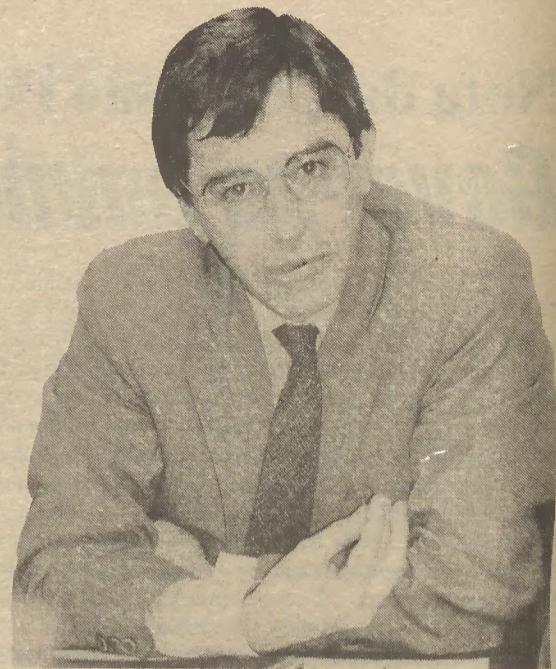
"Para a bancada do PSD não é o Governo que responde politicamente perante a Assembleia da República. Para o PSD é o Parlamento que está na dependência da vontade e dos interesses táticos e estratégicos do Governo", assinalou Octávio Teixeira, antes de concluir que "em vez de uma Assembleia actuante, exercendo a sua função legislativa, atenta aos problemas e anseios dos portugueses, o PSD impõe um Parlamento

como mera «câmara de eco» do executivo laranja".

Coerente com esta atitude não admira, pois, como chamou a atenção Octávio Teixeira, que na sua grande maioria as iniciativas legislativas apreciadas durante a sessão que agora terminou tenham sido propostas de lei do Governo, mais de 50 por cento das quais sob a forma de autorização legislativa (assim impedindo a Assembleia de discutir os propósitos e opções governamentais), e ainda por cima muitas delas entregues na Mesa poucos dias antes da respectiva discussão em plenário, com isso impedindo também a sua apreciação prévia pelas Comissões Especializadas.

Pronunciando-se sobre as chamadas "reformas estruturais", tantas vezes invocadas como uma prioridade por dirigentes do PSD e membros do Governo, Octávio Teixeira lembrou que apenas tiveram lugar as que se inscreveram na "sua exclusiva visão partidária", em ordem a partidizar o regime e a reforçar o poder laranja na Administração Pública e nas instituições, permanecendo congeladas todas as que tinham a chancela da oposição, como foi o caso das relativas à regionalização administrativa ou às competências e meios das freguesias.

"A prepotência do PSD impôs mesmo - exemplificou mais adiante o dirigente



comunista - a denegação de direitos das oposições (como a possibilidade de agendamento de debates), violou a seu belo prazer as normas regimentais (como foi o caso da imposição do debate do seu projecto sem objecto relativo à chamada reforma eleitoral) e impediu a fiscalização da acção governativa (bem patente na escandalosa rejeição dos inquéritos parlamentares à SEC e ao processo de privatizações, propostos pelo PCP)".

Depois de aludir à importância da acção convergente

da oposição e do que ela representa como meio de conferir eficácia à luta contra a prepotência do PSD, Octávio Teixeira referiu alguns exemplos concretos que reflectem o carácter positivo dessa convergência, não deixando contudo de lamentar que o PS nem sempre assim o tenha entendido, e tenha chegado mesmo, ao contrário, a fazer convergências de posições e de voto com o PSD em matérias importantes como sejam o processo de Maastricht e os acordos de Schengen.

Actividade da formação comunista

Dinamismo sem paralelo com a garantia de continuar

Impedir a governamentalização da Assembleia da República, defender o respeito inequívoco dos direitos dos partidos da oposição e combater a descaracterização do regime democrático-constitucional constituem três das principais direcções de trabalho que nortearão a acção do Grupo Parlamentar do PCP na próxima sessão legislativa.

Reveladas por Octávio Teixeira na intervenção de balanço da sessão que agora terminou, estas orientações enquadram-se e dão continuidade no fundamental à actividade que os deputados comunistas desenvolveram neste primeiro ano da VI Legislatura.

Uma actividade que se estendeu em todos os domínios da acção parlamentar e que, segundo o líder parlamentar comunista, se pautou por três objectivos essenciais: o exercício pela Assembleia da República de todas as suas competências constitucionais e legais; o combate à actuação do PSD e à legislação do Governo contrária às aspirações e interesses dos portugueses; a apresentação de propostas de solução para os problemas mais candentes que atingem os trabalhadores e outras camadas sociais.

Neste último capítulo, vale a pena recordar que, pela sua parte, a bancada comunista subscreveu nestes últimos meses qualquer coisa como 90 projectos de lei, incidindo em matérias de inegável interesse: "para a realização da justiça social e para o progresso do País", o que atesta bem do seu elevado nível de iniciativa legislativa e da sua vontade de concretizar os compromissos assumidos com os eleitores.

Alteração do Estatuto da GNR e Guarda Fiscal

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou dois projectos de lei tendentes a retirar à GNR e à Guarda Fiscal (GF) o estatuto de corpos militares que a legislação em vigor lhe atribui. Entregues na Mesa perto do final dos trabalhos da Sessão Legislativa, os projectos propõem que à GNR e Guarda Fiscal sejam atribuídas as características de "força de segurança, armada, uniformizada e de estrutura hierarquizada".

No seu articulado, o projecto propõe nomeadamente que cesse a dependência do Ministério da Defesa Nacional e que o pessoal que presta serviço nestas forças de segurança pertença todo aos respectivos quadros orgânicos e não aos quadros das Forças Armadas, devendo esta norma ser aplicada de forma gradual, tendo em conta a posição de todos os interessados.

Com as soluções agora preconizadas, os projectos dão sequência à exigência constitucional que aponta para a separação rigorosa das missões e forças militares e das missões e forças de segurança interna, correspondendo simultaneamente à indispensável modernização destas forças de segurança, no quadro da sua ligação à sociedade e do respeito devido aos direitos e interesses dos profissionais que nelas prestam serviço.

Ainda por iniciativa da formação comunista foi apresentado na mesma ocasião um pedido de audição parlamentar sobre a "situação e processo de reestruturação da Guarda Fiscal", audição que visa habilitar a Assembleia da República com informação sobre as perspectivas existentes para a Guarda Fiscal, num quadro de grande incerteza gerado pela adesão ao Mercado Comum e pela aplicação do Acto Único.

Entre as entidades a ouvir pela Assembleia da República, de acordo com a proposta, estão os ministros das Finanças e da Administração Interna, as Direcções Gerais das Alfândegas, da Marinha e das Contribuições e Impostos, o Estado-Maior da Armada e o Comando Geral da Guarda Fiscal.

Mandato do Procurador

Eliminação de inconstitucionalidade é derrota do PSD e do Governo

A Assembleia da República, na sua última sessão plenária antes das férias de Verão, realizada fez ontem oito dias, aprovou por unanimidade a eliminação dos artigos que no decreto-lei sobre a orgânica do Ministério Público limitavam o mandato do Procurador-Geral da República.

Declarada inconstitucional por Acórdão do Tribunal Constitucional, esta limitação imposta pelo PSD, recorde-se, contrariamente ao que diz a Lei Fundamental, que não permite a limitação do mandato do Procurador-Geral da República, pretendia contornar os obstáculos à sua exoneração, retirando-lhe simultaneamente, como assinalou Odete Santos, "aquele mínimo de estabilidade exigido pela autonomia do Ministério Público" e que lhe é garantido pelo facto de só poder ser exonerado se ocorrer a dupla perda de confiança do Governo e do Presidente da República.

"Ao fixar para o Procurador-Geral da República um contrato a prazo, o PSD pretendia libertar-se do fardo de ter de aceitar a manutenção do Procurador quando soubesse não poder contar com a anuência do Presidente da República para a exoneração daquele", referiu ainda a deputada comunista, concluindo que, nessa medida, o expurgo da norma considerada inconstitucional constitui "uma derrota do PSD e do

Governo no seu objectivo de concretizarem uma verdadeira «punição» sobre quem ousou afirmar a sua autonomia e independência".

Apesar de liberto destas inconstitucionalidades declaradas, o diploma conserva ainda, contudo, na perspectiva da bancada comunista, disposições que visam "abrir brechas no poder judicial". Odete Santos falou mesmo em "introduzir entorses na administração da Justiça", com isso querendo significar a proposta do PSD que retira ao Ministério Público a possibilidade de autonomamente fiscalizar a actividade pre-processual dos órgãos de polícia criminal. "Assistindo-se, como se assiste, a um reforço dos poderes da polícia à conclusão, a amputação dos poderes do Ministério Público, a concentração desses poderes no Governo não pode deixar de ser inquietante".

Verberado por Odete Santos foi ainda o facto de o PSD pretender punir os auditores jurídicos que "em defesa da legalidade tenham emitido pareceres negativos sobre os actos do Governo", bem como a posição do ministro da Justiça de não querer abdicar da sua representação no Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público, o que é visto como uma "porta aberta para limitações à autonomia e independência da Magistratura".

TRABALHADORES

Salários, emprego, direitos, lei da greve

CGTP quer articular todas as lutas em curso

O Conselho Nacional da CGTP-IN considera que, «nas condições presentes, a articulação de todas as lutas em curso é um factor determinante para reforçar a capacidade reivindicativa dos trabalhadores e para perspectivar com êxito o desenvolvimento das suas acções futuras» — afirma-se na resolução aprovada durante a reunião daquele órgão que teve lugar nos passados dias 22 e 23, em Lisboa.

O documento, bem como outras informações sobre a reunião, foram dados a conhecer aos jornalistas na quinta-feira à tarde, numa conferência de imprensa em que, naturalmente, o prato forte foi a lei da greve.

A CGTP, pela voz do seu coordenador, chamou a atenção para «grandes problemas» nacionais que caracterizam a realidade económica do País, «bem diferente daquela que o primeiro-ministro e os seus ministros propagandeam». Tal como a resolução do CN, Carvalho da Silva alertou que «nos próximos meses vão acentuar-se os sinais negativos» na economia nacional e na política do Governo: graves atrasos na reestruturação e modernização do aparelho produtivo, acentuada quebra da taxa de crescimento económico, recessão na indústria e na agricultura, destruição de grande parte do aparelho produtivo, despedimentos, falências, salários em atraso...

«Estas situações que surgem todos os dias nas empresas também são uma das razões por que o Governo quer alterar os prazos da convocação da greve», acusou Carvalho da Silva, pois o executivo do PSD pretende «impedir os trabalhadores de, perante uma política que se vai mostrar desajustada a nível das empresas, poderem reagir no imediato».

«A proposta de Orçamento do Estado será espelho dessas realidades que urge denunciar e combater», prevê a Intersindical Nacional, contrariando desde já os valores que o Governo adianta como previsão da inflação em 1993 (entre 5% e 7%) e citando as previsões da CEE (7,5%) e da OCDE (7,6%). «Cumprindo-se os objectivos mais positivos para este ano, já seria uma grande evolução que esta previsão de 7,6% ou 7,5% se confirmasse para o próximo ano», comentou Carvalho da Silva,

para de seguida classificar que «5%-7% é uma banda muito exagerada e está sub-avaliada».

A CGTP-IN reafirma que «é imprescindível o crescimento dos salários, há condições financeiras para o fazer, é necessária a aproximação aos níveis comunitários e o crescimento dos salários é, ele próprio, um factor impulsionador da reestruturação das empresas», como disse Carvalho da Silva, criticando a posição do Governo, que «continua a falar pura e simplesmente na contenção salarial, e esquece outros vectores que são tanto ou mais importantes, designadamente as taxas de juros».

Neste quadro — em que a CGTP inclui ainda «uma violenta ofensiva de descaracterização do regime constitucional» pelo PSD —, o Conselho Nacional da *Inter* decidiu:

— «exortar toda a estrutura sindical a dedicar particular atenção à acção reivindicativa e a promover, desde



já, a preparação dos processos de negociação colectiva, organizando e mobilizando os trabalhadores contra quaisquer tentativas de imposição da contenção salarial»;

— «reforçar a luta contra o desemprego, a destruição de postos de trabalho e os despedimentos, e pela viabilização e reestruturação das empresas e sectores em crise»;

— «reivindicar, no âmbito do OE 93, a adopção de políticas que respondam às necessidades básicas dos portugueses e que assegurem, em particular, a melhoria da segurança social e uma política fiscal que desagrave os rendimentos do trabalho»;

— «reforçar a campanha pelo exercício dos direitos dos trabalhadores, como parte integrante da defesa do direito à greve e dos direitos e liberdades fundamentais»;

— «reafirmar a firme disposição de lutar contra as alterações da lei da greve, por meio de actuações e for-

mas de luta comuns, incluindo a greve geral, mobilizando para o efeito a generalidade dos trabalhadores e a opinião pública».

«Articulando todas as formas de intervenção, todas as lutas possíveis, neste quadro, vamos dar toda a atenção à mobilização dos trabalhadores», disse Carvalho da Silva aos jornalistas, adiantando que «em termos de dinâmica do movimento sindical, pode dizer-se que não há férias».

Maastricht

O Conselho Nacional iniciou o debate sobre as implicações do tratado de Maastricht. Como informou Carvalho da Silva, foi decidido «exigir um grande debate nacional, que deve ser

garantido com pluralidade». A *Inter* reclama o acesso aos órgãos de comunicação social em geral, e designadamente à televisão.

«No desenvolvimento deste grande debate, deve fazer-se um referendo popular», entende a CGTP, precisando que «resolvidas as questões institucionais que o permitam realizar, esse referendo deve ter lugar antes de qualquer revisão constitucional, sob pena de não ser leal perante o povo português».

Foi ainda decidido «prosseguir este trabalho de análise de Maastricht, produzindo, designadamente no CN, mais debates, em momentos oportunos proximamente, sobre as interrogações e preocupações que existem».

VII Congresso em Março

O Conselho Nacional da CGTP-IN debateu a próxima realização do 7º Congresso da central, marcado para 4, 5 e 6 de Março de 1993. «Trabalhámos já várias áreas, designadamente a organização da ordem de trabalhos, as linhas temáticas fundamentais, uma primeira abordagem de alguns aspectos para a elaboração do regulamento» — informou Carvalho da Silva na conferência de imprensa dada na tarde da passada quinta-feira.

Na reunião de 22 e 23, disse o coordenador da *Inter*, «tivemos evolução no debate, mas não temos conclusões». O Conselho Nacional definiu um calendário de realização do Congresso, cuja divulgação foi anunciada para breve. «Estamos desde já em debate e na fase de pré-preparação dos documentos», adiantou Carvalho da Silva. «Até meados de Outubro elaboraremos o Regulamento, definiremos os grandes temas e avançaremos com as linhas programáticas essenciais, até ao final do ano os documentos estarão em discussão pública com os trabalhadores».

A discussão realizada no CN permitiu ao coordenador da central revelar que «é quase certo» haver quatro áreas de grande aprofundamento:

— a **acção reivindicativa** e, no contexto da acção reivindicativa, as questões da **negociação colectiva**; preocupa a CGTP o facto de que «hoje há um afunilamento perigoso da negociação colectiva a todos os níveis, problema que tem ainda maior dimensão com a evolução das directivas comunitárias e o enquadramento da negociação em termos comunitários»;

— as **questões comunitárias**: prosseguindo o debate iniciado nesta reunião, «vamos procurar dar um grande contributo à sociedade portuguesa para a percepção do que está implícito na nossa presença na CE, procurando dar indicadores que reforcem a posição de Portugal»;

— a **redistribuição da riqueza** é um problema que «vai começar a ser debatido já a partir de Setembro, e vamos procurar intervir com força, designadamente para o Orçamento do Estado»; a este propósito, Carvalho da Silva afirmou que «vemos com imensa preocupação a situação da segurança social e a política fiscal em Portugal, há um desequilíbrio crescente e muito preocupante, e não vamos permitir que isso se mantenha, quer na elaboração do OE, quer na definição de políticas posteriormente»;

— a **organização e estruturação** do movimento sindical será o quarto grande tema do congresso.

O combate vai continuar

Para a CGTP-IN o que não foi votado não tem qualquer validade

A CGTP é de opinião que as modificações da lei da greve que não foram votadas na especialidade «não têm qualquer validade, ficando, por isso, ainda mais limitado o leque das alterações» introduzidas pelo PSD. No final da reunião de dois dias que o Conselho Nacional da central realizou na semana passada, Carvalho da Silva disse esperar que a Assembleia da República «confirme esta leitura à luz da Constituição e do Regimento da própria AR».

Comentando a *gaffe* do PSD, o coordenador da CGTP considerou que ela «mostra uma precipitação, uma urgência desmedida e desfundamentada que, ligada ao facto de os trabalhadores unanimemente se oporem à revisão da lei da greve, mais solidifica as razões de não mexer na lei».

Fernando Loureiro, da Comissão Executiva da CGTP-IN (que, com José Ernesto Cartaxo, acompanhou Carvalho da Silva no encontro com os jornalistas), acrescentou que o sucedido



revela também «a falta de convicção com que muitos deputados votaram». O salto do PSD na votação foi uma «negligência inaceitável» e demonstra «irresponsabilidade num ponto que eles diziam ser tão importante».

Para Carvalho da Silva, «o uso à vontade do poder todo e a governamentalização da AR talvez também justifique alguma coisa» no comportamento dos deputados do PSD.

«Mantemos a mesma determinação, as mesmas razões de alerta; registamos

o que aconteceu, pensamos que é mais um facto que vem aumentar a nossa razão, mas o nosso caminho é continuar a dar toda a atenção a mobilizar os trabalhadores» — afirmou o coordenador da *Inter*.

Uma resolução aprovada no Conselho Nacional da CGTP, que reuniu a 22 e 23 de Julho, refere que a rejeição do projecto do CDS e a queda de parte do projecto do PSD se ficaram a dever «à combatividade demonstrada pelos trabalhadores e à clara demonstração de estarem dispostos a defender, por

todos os meios legais, o direito à greve».

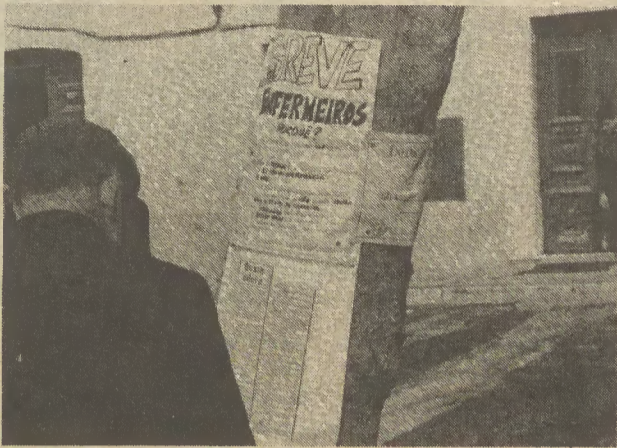
Na reunião da semana passada foram apreciadas «positivamente as posições adoptadas conjuntamente pela CGTP-IN e UGT, na medida em que, não considerando o processo encerrado, mantêm o objectivo de continuar a luta contra a revisão da lei da greve, e tendo também presente que este compromisso cria espaços de acção convergente que se podem desenvolver de imediato».

Para a CGTP é necessário continuar a «defender a lei da greve, para garantir os direitos e a melhoria das condições de trabalho», uma vez que, «fragilizado o direito à greve, que é o direito garantia de todos os direitos, a capacidade reivindicativa dos trabalhadores seria inexoravelmente atingida». A central denuncia que «é esse o objectivo prosseguido pelo Governo e o patronato com a revisão da lei da greve, tendo em vista a aplicação de uma política económica desajustada das realidades do País e socialmente injusta».

TRABALHADORES

Hospitais de Coimbra devem milhares de contos aos enfermeiros

Os Hospitais da Universidade de Coimbra devem mais de 200 mil contos por atrasos no pagamento a enfermeiros. Os períodos são superiores a seis meses. As dívidas referem-se a horas complementares e à não aplicação do processo dos escalões. Para a «regularização da totalidade das dívidas», aqueles trabalhadores, reunidos quinta-feira passada com o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP), deram um prazo ao conselho de administração dos Hospitais (HUC) para pagar até Outubro e decidiram apresentar a situação do Ministério da Saúde, ao Departamento dos Recursos Humanos dos HUC e também à autarquia. O SEP, que emitiu uma nota sobre o assunto, acusa ainda aqueles hospitais de não pagarem subsídios de férias e de Natal «a dezenas de enfermeiros a recibo verde, contrariamente ao que se passa noutras instituições». Caso a situação não se altere, os enfermeiros estão dispostos a recorrer a formas de luta, afirma o Sindicato.



Prestigiados organismos do Estado procedem de maneira a perderem todo o crédito, continuando por este caminho de não pagar a tempo e horas a quem trabalha e vive do seu salário (foto de arquivo)

trabalhadores. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação do Papel, Gráfica e Imprensa, a laboração, que já estava suspensa desde meados de Julho, deve-se à «falta de financiamento bancário». O mesmo sindicato afirma que já em finais do ano passado, «quando na empresa se notou agravamento de dificuldades», se apressou a intervir em conjunto com os trabalhadores junto do governador civil. Na mesma altura, entregaram uma petição à Assembleia da República. «Sempre obtivemos promessas que não se concretizaram», afirma o sindicato. Depois de cortada a água e a corrente eléctrica, impossibilitando, inclusive, o funcio-

namento do único posto médico da freguesia, a fábrica fechou totalmente. Está em causa a sobrevivência de praticamente toda a população da zona. A fábrica foi fundada há mais de trinta anos.

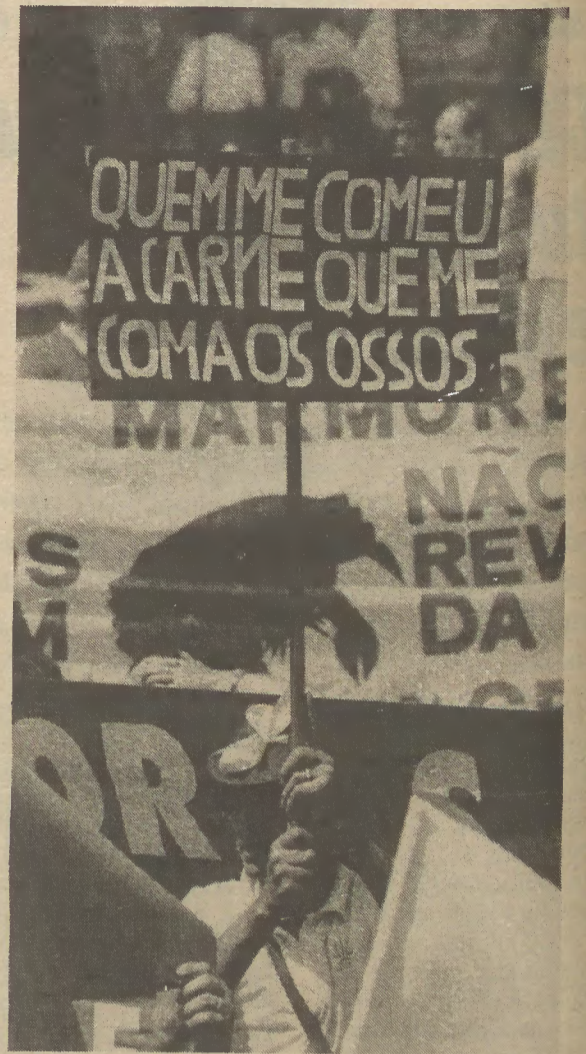
SAAL sem salários e sem administradores

A SAAL, que abastecia aeronaves no aeroporto de Lisboa, há três meses que não paga salários. Segundo a União dos Sindicatos de Lisboa, a empresa «viu a sua administração demitir-se» (tinha um contrato com a TAP, denunciado antes do tempo), «enublado-se ainda mais o futuro dos postos de trabalho e dos créditos dos trabalhadores», que desenvolveram

várias formas de luta para impedir esta situação.

Anomalias afectam também a Reicab da Guarda. O Sindicato dos Metalúrgicos acusa os responsáveis pela empresa, que adquiriu a ex-Renault, de não respeitar «a regulamentação de trabalho e os compromissos que assumiu quanto aos direitos dos trabalhadores». Especificando: «Em Abril, não pagou o prémio trimestral de presença e produção; não aplicou regalias sociais aos trabalhadores, entretanto passados a efectivos ou com mais de seis meses de serviço; não são servidas refeições aos trabalhadores em regime de trabalho nocturno, tendo deixado de funcionar o refeitório nesse horário; há abuso de contratação a termo, com o objectivo de iludir as disposições do contrato sem termo, nomeadamente substituindo os trabalhadores por outros a termo e até estagiários de programas financiados pelo IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional).

Noutro ramo, há despedimentos colectivos na Grundig e na Efacec, «incertezas» na Texas Instruments, «rescisões e reformas compulsivas na EDP», afirmava quinta-feira passada o STIEN (Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte).



Contenção salarial em 93 CGTP condena e vai opor-se

As propostas de política reivindicativa para 1993, que começaram a ser discutidas pelas federações e uniões sindicais da CGTP-IN, sexta-feira passada em Lisboa, excluíam qualquer tentativa de contenção salarial da parte do Governo.

José Ernesto Cartaxo, da Comissão Executiva da Central, disse à Lusa que a CGTP condena e vai opor-se a todas as tentativas nesse sentido. No próximo trimestre, aliás, em sectores como os têxteis, TLP e ramo automóvel, as propostas sindicais de negociação devem variar entre 14,9 e 23,4 por cento.

Segundo o dirigente da CGTP, os critérios definidos pelas federações e uniões sindicais quanto a reivindicações de ordem salarial devem ser a inflação verificada (incluindo a habitação, a produtividade e a carga fiscal), a que se deve acrescentar um factor de correcção que permita a aproximação dos salários dos portugueses à média europeia.

Nas declarações à Lusa, Cartaxo sublinhou que, na reunião foi dado destaque à questão da carga fiscal.

«O Governo diz que este ano não vai aumentar os impostos, mas disse a mesma coisa em 1991, e agora todos admitem que houve um aumento directo e indirecto «devido ao alargamento dos bens tributados com o IVA», acrescentou o dirigente da CGTP.

De acordo com a mesma fonte, além das questões salariais, a política reivindicativa deve incluir matérias relativas a segurança e estabilidade no emprego, a redução do tempo de trabalho, a qualificação, a segurança, a saúde, ambiente de trabalho e Segurança Social.

JOC recebe a CGTP

A CGTP anunciou segunda-feira, que a Direcção Nacional da JOC (Juventude Católica Portuguesa) recebe a Central a seu pedido em 29 do corrente. A entrevista foi solicitada para expor os pontos de vista da CGTP-IN sobre «os aspectos gravosos e inaceitáveis — da revisão da Lei da Greve.

A iniciativa insere-se na

sensibilização de entidades, instituições e opinião pública contra as tentativas nesse sentido.

A delegação da CGTP-IN, conforme foi anunciado segunda-feira, é constituída por Manuel Carvalho da Silva, coordenador, Emídio Martins e Ernesto Cartaxo, membros da Comissão Executiva.

Dez mil sem salários no Porto

Baseada em elementos recolhidos no mês passado, a União dos Sindicatos do Porto revelou em 22 de Julho que existem naquele distrito cerca de dez mil trabalhadores com salários em atraso.

A USP acrescenta que «o total da dívida ascende a um milhão de contos, abrangendo um total de 43 empresas, sendo 30 têxteis, quatro de vestuário, uma de produtos químicos, duas de construção civil, uma gráfica e cinco metalúrgicas».

Para a USP, a «situação é particularmente grave no sector têxtil que, relativamente ao ano anterior, sofreu um agravamento de cerca de 50 por cento, sintoma de que nem tudo vai bem no país laranja».

A Lusa, que transcreve parte do comunicado, acrescenta que «esta situação confirma as preocupações sindicais quanto à crescente degradação da situação socioeconómica do País e, neste caso, da região».

«Os salários em atraso, aliados aos encerramentos e falências de numerosas empresas, com consequências imediatas nos níveis do emprego, fazem prever tempos bem difíceis para os trabalhadores», conclui a União dos Sindicatos do Porto.

4,5 por cento em 93?

Ao dirigir-se à Imprensa sexta-feira passada com um veemente protesto baseado em notícias publicadas naquele dia, a Comissão Executiva da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública emitiu o comunicado que reproduzimos integralmente a seguir:

«A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública considera inaceitável que o Governo, utilizando o clássico processo da «fuga de informações», procure condicionar as negociações salariais da Função Pública, a poucos dias da concretização de uma reunião marcada pelo Ministério das Finanças para lhes dar início».

«A percentagem de aumentos hoje (24) publicitada — 4,5 por cento — totalmente ridícula, pois ninguém de bom senso poderá acreditar que de um ano para o outro a economia portuguesa tenha condições para suportar a redução dos valores da inflação para metade!»

«Aliás, não faz qualquer sentido que o Governo pretenda fixar em Agosto, administrativamente, a taxa de inflação do próximo ano, quando o próprio ministro das Finanças não está seguro de qual será a inflação este ano».

«Os sindicatos não aceitarão que, uma vez mais, sejam os trabalhadores da Função Pública a pagar a factura mais pesada das condições de convergência nominal impostas pelo Tratado de Maastricht».

«E esperam, por isso, que o Governo não venha a confirmar as notícias hoje (24) divulgadas, o que conduziria ao inevitável agravamento dos conflitos e tensões sociais no sector».

PODER LOCAL

Conquistando a maioria absoluta Grande vitória da CDU na Freguesia de Riba d'Ave

Passando de três para seis mandatos e da maioria relativa para a maioria absoluta, a CDU obteve uma concludente vitória nas eleições intercalares realizadas domingo passado para a Assembleia de Freguesia de Riba d'Ave, no Concelho de Vila Nova de Famalicão, derrotando estrondosamente os partidos que haviam provocado a queda do executivo da Junta, o PS e o PSD, com a conivência do CDS. A CDU obteve 1096 votos (mais 396 que nas eleições autárquicas de 1989, num aumento percentual de mais de 60%), contra os 620 votos obtidos por uma denominada «lista independente», mas de facto formada por militantes do PSD e do PS, com o apoio do CDS. A derrota destes partidos é acentuada pelo facto deste resultado da sua lista conjunta (620 votos) pouco mais representar que a votação de um só deles, em 1989 (o PS obtivera 577 votos e o PSD 563).

A história destas eleições está ligada à construção de uma lixeira em Riba d'Ave, contra a qual sempre se bateu a população local, apoiada e mobilizada pela CDU que, recorde-se, é a principal força autárquica da Freguesia.

Uma nota da Comissão Executiva da DORB do PCP esclarece a questão da seguinte forma:

«A acesa luta que nos últimos anos vem mobilizando grande parte da população de Riba d'Ave contra a construção da ETRS/«Lixeira» e a sucessiva demissão dos eleitos do PS, e posteriormente do PSD, da A. Freguesia eleita em 1989 — levando à dissolução da Junta e à realização destas eleições intercalares — conferem aos resultados de ontem um significado bem expressivo que não pode deixar de

merecer a maior atenção, quer por parte dos Partidos concorrentes, quer por parte das entidades envolvidas.

«Assim, a importante vitória da CDU — 1096 votos, mais 395 que em 1989 — não confirma apenas o apoio maioritário da população da freguesia à gestão que vinha desenvolvendo nestes dois anos e meio, ao importante trabalho realizado com reconhecida transparência de métodos, competência e honestidade para a resolução dos problemas e carências locais.

«Pelo peso decisivo que a questão da «Lixeira» e da sua construção numa zona verde da freguesia teve, não só na intensa e participada luta da população nestes anos, mas também nas próprias demissões dos eleitos do PS e PSD na

Assembleia de Freguesia, estes resultados constituem uma inequívoca resposta popular àqueles Partidos, à Câmara Municipal de V. N. Famalicão, à Associação de Municípios de Vale do Ave, que teimam em ignorar os protestos dos Ribadavenses, e ao Governo, cuja cumplicidade no processo de instalação da ETRS se foi tornando cada vez mais claro.

«A população de Riba d'Ave não quer a «Lixeira» à sua porta e, por isso votou massivamente na lista da CDU, a única força que se manteve consequentemente ao lado da população em todos os momentos da sua luta.»

Felicitando a população de Riba d'Ave por esta importante vitória na defesa dos seus interesses, ao mesmo tempo, a C. E. da DORBraga considera que estes resultados «devem merecer uma cuidada ponderação, não só dos Partidos derrotados, como da Câmara Municipal de V. N. Famalicão, AMVA e Governo, entidades comprometidas no processo da «Lixeira», tão claramente repudiado pelos Ribadavenses. É altura de substituir a arrogância e a passividade por um verdadeiro diálogo com a população e os seus órgãos representativos, por forma a encontrar uma justa solução para este

problema», conclui a nota da DORBraga do PCP.

O argumento dos «arruaceiros»

Entretanto face a estes resultados, a Comissão Concelhia de Vila Nova de Famalicão do PCP alinha algumas questões, que passamos a citar:

1.º — A população de Riba d'Ave soube dar valor ao trabalho já realizado pela anterior Junta CDU pelo desenvolvimento da terra e o bem-estar do seu povo e dar a resposta adequada ao manobristo político do PS e PSD que levaram à dissolução dos órgãos da freguesia. A CDU prosseguirá agora na nova Junta a obra iniciada em 89.

2.º — Ao contrário das informações de Agostinho Fernandes e outros responsáveis da AMVA, esta grande votação na CDU prova que não são «meia dúzia de arruaceiros» que contestavam a construção da ETRS/«Lixeira» na Quinta do Mato, mas sim a esmagadora maioria da população de Riba d'Ave.

A sua luta saiu reforçada política e moralmente e certamente irá prosseguir com redobrados fundamentos e razões. A C. C. de V. N. Famalicão do PCP reitera o seu total apoio a todos os Ribadavenses empenhados na luta contra a Lixeira,



A população de Riba d'Ave acorreu massivamente às eleições intercalares de domingo passado

defendendo a saúde, espaços verdes e a harmonia na sua terra.

3.º — A população ribadavense, conhecendo a honestidade dos homens e mulheres que integraram a lista da CDU, a sua combatividade e coerência na luta em defesa dos interesses e aspirações da gente e da terra, soube ainda frustrar e derrotar uma intensa, falsa e despuorada campanha desenvolvida pelo PS, a que se associou o PSD deixando cair a máscara da hipocrisia, desde a queda da Junta até ao dia das eleições para perturbar o eleitoral.

Além da mentira, da exploração sem sucesso de preconceitos anticomunistas de certos sectores da população, merece especial repúdio e há que exigir explicações à edição de um boletim de propaganda da AMVA ilustrado a cores, que, além de ser distribuído como Suplemento de 2 semanários da cidade — Jornal de Vila Nova e Jornal de Famalicão — apareceu profusamente espalhado na Freguesia na véspera do dia de eleições na mira da caça ao voto.

4.º — A luta, persistência e contestação da população à construção da Lixeira esteve no centro deste processo eleitoral. Com esta rotunda votação na CDU, é inequívoco que saiu vitorioso o NÃO À LIXEIRA.

A C. C. de Famalicão do PCP «espera que o Presidente da Câmara de Famalicão, a AMVA e os responsáveis do Governo pelo Ambiente saibam ler estes resultados e aceitar sem demora que têm que ter em consideração o querer do povo de Riba d'Ave» e sublinha: «É imperioso deitar fora toda e qualquer arrogância e prepotência nesta nova fase. É urgente iniciar um verdadeiro, atento e proveitoso diálogo com a população e os órgãos autárquicos agora eleitos».

Finalmente, a Comissão Concelhia «saúda a população de Riba d'Ave em geral e em particular os comunistas, todos os seus aliados e apoiantes e todos aqueles que, mesmo pertencendo ou simpatizando com outros partidos, souberam nestas eleições ser coerentes com a sua posição: como Ribadavenses, primeiro e acima de tudo POR RIBA D'AVE».

Novo atentado do Governo contra as autarquias do País

Utilizando um aparato de segurança, cuja bacoquice custou uma fortuna, o Governo reuniu no passado dia 20 no Forte de S. Julião da Barra para decidir, nomeadamente e em estilo de «banhos», que quer «reduzir a despesa pública» à custa das autarquias.

É conhecido o entremez coreografado há dias pelo executivo de Cavaco Silva: acometido de ânsia balnear, rumou, com as armas e bagagens que o erário público paga, para uma reunião de Conselho de Ministros no Forte S. Julião da Barra, mobilizando os três ramos das Forças Armadas para a protecção (sabe-se lá contra quê...) do seu governamental devaneio.

Como o Governo não dorme, nem quando está para ir de férias, escolheu o espectáculo de S. Julião da Barra para impor ao Poder Local um novo lote de competências, incluindo as da Segurança Social, transferidas das suas próprias obrigações e sem as correspondentes contrapartidas financeiras. A história já é conhecida e tem precedentes históricos, nomeadamente com os equipamentos escolares: o Governo de Cavaco Silva passa para as autarquias um conjunto de responsabilidades do Poder Central, recusando simultaneamente os meios necessários à sua execução, o que deslinda, finalmente, o célebre enigma da omelete sem ovos: o Governo, sem gastar um tostão, resolve os problemas passando-os para os outros. Se esses outros - as autarquias - não podem dar resposta às novas imposições pela linear razão de que o Governo não lhes forneceu meios para isso, o problema já não é de Cavaco Silva nem da sua maioria governamental: eles já «descentralizaram» as competências, como, aliás, toda a gente reclama...

Pois foi isso, entre brisas marítimas e refrescos estivais, que o Conselho de Ministros extraordinário foi decidir a S. Julião da Barra (e que é comentado pela nota da Comissão Política do PCP que publicamos nesta edição).

Entretanto Cavaco Silva já ameaçou: se até Setembro não se concretizar o seu «desejo» de «diálogo com as autarquias» (!) sobre as transferências de competências do Poder Central, está «disposto a propor à Assembleia da República medidas legislativas tendentes a concretizar essas transferências». O que, com aquela espessa maioria, será trigo limpo. Ou sujo, como quando essa maioria PSD deu, em 1988, cobertura a Leonor Beza para a utilização de sangue contaminado pela SIDA, que entretanto matou 20 pessoas e contaminou mais de 100, apesar de «clínicamente» garantido pelo Ministério da Saúde...

É claro que os protestos não se fizeram esperar, nomeadamente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), pela voz do seu presidente, Mário de Almeida, que acusou o Governo de pretender «aliviar responsabilidades que não tem querido assumir», ao preconizar a transferência de competências para as autarquias sem a «desejável seriedade e serenidade». E sublinhou: «As verbas que o Governo quer disponibilizar são totalmente insuficientes para que possamos assumir essas novas responsabilidades».

Acusam vereadores da CDU Loteamentos duvidosos na Câmara de Cascais

Os Vereadores da CDU na Câmara Municipal de Cascais, Vítor Silva e Carlos Sota solicitaram Parecer à Inspeção Geral da Administração do Território (IGAT) sobre o Projecto de Loteamento da Quinta do Patinõ, em Alcoitão/Alcabideche, recentemente aprovado pelo executivo camarário.

Para o Vereador Carlos Sota, «não está em causa a qualidade urbanística do Projecto»; mas haver indícios que «levam a admitir que o Processo revela tratamento preferencial duvidoso quanto à legalidade».

Segundo o Vereador, «este foi o Processo que mereceu maior rapidez de despacho dos Serviços da Câmara: entre o 1.º Parecer e o agendamento para a Reunião de Câmara decorreram apenas 13 dias, quando o normal é demorar meses e até anos».

Por outro lado e na opinião dos Vereadores da CDU, «este processo como 468 000 m² em área rural não estruturada, potencialmente inserida na Reserva Agrícola Nacional e sem Plano de Urbanização, deveria obrigatoriamente ser considerado Loteamento Especial, conforme requereu o requerente (DL. 400/84) e não Ordinária. Assim, não é obrigatório a apresentação do Plano».

Curioso é também o Parecer do jurista da C.M.C. ao admitir-se que «houve deferimento tácito. Grave é o procedimento que levou a esta situação», refere Carlos Sota.

Ainda sobre os factos indiciadores de ilegalidades, refere-se que este Projecto se insere numa área sujeita às Medidas Preventivas — aprovadas pela Câmara — e que só admittem a aprovação se tiver interesse para o Município, o que não é o caso.

Política da SEC provoca demissões no comissariado de «Coimbra, capital do Teatro»

Os representantes da Universidade e da CM de Coimbra no comissariado foram sistematicamente afastados da deliberação e gestão da iniciativa

As demissões de membros do comissariado de «Coimbra, capital do Teatro» dos representantes da universidade de esta cidade e da respectiva Câmara Municipal, tomadas públicas a semana passada, «vêm infelizmente comprovar a justeza das advertências e das previsões feitas pelo PCP, há sete meses atrás», indica uma nota emitida pela Direcção da Organização Regional de Coimbra.

A organização recorda que, num comunicado data-

do de 25 de Janeiro último, considerava que «a escolha governamental da cidade de Coimbra para capital nacional do teatro em 1992 (...) traduzindo a justa valorização de uma cidade e de uma região tradicionalmente ricas em manifestações e produções teatrais, suscita simultaneamente justas críticas quanto ao carácter fechado, discriminatório e elitista que a organização desta iniciativa está a assumir. A secundarização neste processo de prestigiadas associações e colectividades teatrais de Coimbra, com dezenas de anos de elevada e ininterrupta actividade neste domínio, é incompreensível e choca-se com a política cultural defendida e consagrada pelo PCP no seu programa».

A DORC defendeu, assim, desde a primeira hora, que a iniciativa «Coimbra, capital do Teatro» podia e devia ser também um importante veículo da justa promoção e valorização dos agentes culturais da região.

Desta forma, os comunistas afirmam que «é adequado exprimir agora a sua concordância e apoio aos dois principais motivos com que estas personalidades fundamentaram publicamente as suas demissões: os critérios de funcionamento e decisão do comissariado, que sistematicamente têm excluído da deliberação e da gestão dos aspectos mais importantes os representantes da Universidade e da Câmara, deixando toda a iniciativa aos representantes da Secretaria de Estado da Cultura naquele órgão; os projectos que, regra geral, não se têm ajus-

tado a uma intervenção cujo objectivo deveria ser a sua rentabilização em função de prestigiadas colectividades e associações locais longamente comprometidas com a vida cultural da cidade e do distrito».

Para o PCP, a secundarização dos agentes culturais localmente sediados «é tanto mais grave quanto é certo que estas colectividades - cuja acção os representantes do Governo no Comissariado agora menosprezam e esquecem - têm precisamente sido as únicas entidades a levar a cabo, ao longo dos anos, por vezes com enormes e desconhecidos sacrifícios e quase sem apoios, uma agitação pedagógica e cultural regular na cidade e no distrito».

Neste sentido, a DORC considera «compreensíveis as notas mais salientes do

comunicado recentemente subscrito por grupos de teatro amador de Coimbra a este propósito, manifestando o seu apoio à atitude dos representantes da Câmara Municipal e da Universidade de Coimbra, e as maiores apreensões com a saída do comissariado daqueles que consideram os verdadeiros interlocutores dos agentes culturais da cidade, exigindo transparência total no que se refere às decisões e contas relacionadas com as actividades patrocinadas e desenvolvidas sob a égide da iniciativa *Coimbra, capital do Teatro*».

Por fim, o texto da DORC concluiu que «as demissões agora conhecidas não podem deixar de se consideradas mais um corolário da política de fachada, de natureza antipopular e antidemocrá-

ca, que o Governo PSD tem promovido». O PCP sublinha ainda que existem «outros lamentáveis e condenáveis episódios», de que são exemplos recentes «o desmantelamento de instituições culturais e científicas pelas quais o Estado é constitucionalmente responsável; a redução de pessoal e de verbas públicas para a actividade cultural e a pretensão do seu controlo directo pelo Governo; a chamada *reestruturação* da secretaria de Estado da Cultura; as medidas de apagamento e substituição dos agentes culturais e a sua substituição por tecnocratas e pseudogestores; o significativo agravamento do IVA do preço dos livros; os actos inquisitórios e de censura como o que foi alvo do livro de José Saramago «*O Evangelho Segundo Jesus Cristo*».

CAMARADAS FALECIDOS

MARIA CLEMENTINA CARNEIRO MOURA

Com 96 anos, Maria Clementina Carneiro Moura Manta foi a enterrar no passado dia 19 de Julho.

Por sua vontade expressa, não foi tornada pública a notícia da sua morte e por isso muitos dos seus amigos não puderam acompanhando-a na derradeira viagem, prestar-lhe a homenagem que inteiramente mereceu.

Artista de mérito, comunista, fundadora do MDM, Maria Clementina viveu os últimos anos da sua vida imobilizada no leito. Mesmo assim, com o pincel ou a pena ligados ao pulso esquerdo continuou a pintar e a escrever.

O seu último quadro ofereceu à Festa do «Avante!» para decoração das instalações da Quinta da Atalaia.

Viúva de mestre Abel Manta, foi como ele, nos anos 30, professora de pintura e desenho nas Escolas Industriais Afonso Domingues e Marquês de Pombal.

Aos 90 anos, imobilizada pela paralisia, com uma tocante declaração de identidade ideológica e política, aderiu ao PCP.

AMÉRICO MENDONÇA

Faleceu, com 66 anos, Américo Gonçalves Mendonça, natural de Idanha-a-Nova. Era alfaiate e residia na freguesia de Alcântara, onde militava.

JOSÉ JORGE

Faleceu, no passado dia 13, vítima de acidente de trabalho, José Manuel Jorge. Residente na freguesia de Funcheira, no concelho de Garvão, onde estava organizado, José Jorge contava 35 anos e era trabalhador rural.

JOAQUIM COSTA

Faleceu no passado dia 20, Joaquim José Costa, natural de Benavente e residente na Freguesia da Apelação, onde integrava a Comissão de Freguesia do PCP. Contava 52 anos de idade e trabalhava na RN de Sacavém.

JÚLIO RODRIGUES

Faleceu recentemente Júlio Alves Rodrigues, com 56 anos de idade. Militava na célula dos Ferroviários do Barreiro.

MANUEL CASTANHEIRA

Faleceu, no passado dia 3, após prolongada doença, Manuel Ribeiro Castanheira, que contava 61 anos e era operário. Fazia parte da célula da Pedreira Italiana, da Comissão de Freguesia de Paço d'Arcos.

MANUEL PINHEIRO

Faleceu, com 79 anos, Manuel Ferreira Pinheiro, motorista reformado, que pertencia à Organização de S. Jorge de Arroios e desempenhava funções de tesoureiro na Associação de Reformados de Lisboa.

★

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Falta de água

afecta margem esquerda do Guadiana

Os comunistas de Serpa, Mértola, Barrancos e Moura manifestaram a sua solidariedade com as populações da região, que vivem uma situação difícil, fruto da política de abandono, levada a cabo

pelo poder central, agravada este ano pela seca. Os seus efeitos traduziram-se em avultados prejuízos na agricultura, na pecuária, no comércio e nas pequenas indústrias, provocando agora

o aumento do desemprego nos campos e restrições no abastecimento de água a vilas e aldeias.

Representantes das organizações do PCP nos concelhos da margem esquerda do Guadiana, reunidos no passado dia 18, em Serpa, exigiram que o Governo apoie com urgência os municípios da margem esquerda do Guadiana, nomeadamente no que respeita a meios para o reforço do abastecimento de água.

Por outro lado, foi defendido que as autarquias do Alentejo participem na elaboração do novo plano de desenvolvimento regional para o período de 1994/1998, de modo a melhor salvaguardar os interesses das

populações que representam.

A reunião pronunciou-se pela necessidade de o Governo não adiar mais a construção da barragem do Alqueva, considerada fundamental para o desenvolvimento do Alentejo. Igualmente se reveste de grande importância para os concelhos de Mértola e Serpa, o aproveitamento hidráulico da Ribeira do Enxóé, cujo projecto foi já elaborado e resolveria grande parte dos problemas de abastecimento de água nos dois municípios.

Foi ainda analisado o trabalho dos eleitos da CDU que estão à frente deste concelho, de que resultou um balanço muito positivo que permite encarar as próximas eleições com grande optimismo.

PCP reclama reinício das obras de saneamento da Costa do Estoril

As obras de saneamento da Costa do Estoril foram iniciadas há sete anos, mas encontram-se paradas, não se perspectivando a data para o seu recomeço.

Uma nota conjunta das comissões concelhias do PCP da Cascais, Oeiras, Sintra e Amadora, afirma que a responsabilidade cabe ao Governo que, em resolução do Conselho de Ministros, assumiu a construção do sistema de saneamento, na altura orçamentado em 5,4 milhões de contos.

Contudo, o Governo não tem cumprido as suas obrigações alheando-se da continuação das obras, e limitando-se a sucessivas tentativas de transferir os custos da conclusão do empreendimento, estimados actualmente em 30 milhões de contos, para as autarquias de Cascais, Oeiras, Sintra e Amadora.

O Governo pretende que as autarquias dos 4 concelhos sejam obrigadas a pagar

os custos desta obra, através da aplicação de uma tarifa de saneamento calculada em 33 escudos por m³ de água, com um crescimento real de 5 por cento, ao ano, até atingir o valor idêntico ao actual preço da venda de água.

Como refere a nota do PCP, «as autarquias sempre se preocuparam com o andamento das obras, reivindicando o seu prosseguimento e dispõem-se a assumir a gestão do sistema, tendo para o efeito criado uma Associação de Municípios». Todavia, o facto de o valor inicial da obra ter sido completamente ultrapassado não legitima a tentativa do Governo de transferir os custos para outras entidades, já que foi a «incompetência e inoperância governamentais que conduziram à situação existente - obras paradas e elevados custos financeiros». Por tudo isto o PCP dá razão às autarquias e sustenta que «deve ser a administração central a pagar».

Dirigentes do PCP na China

Entre 13 e 27 de Julho, os camaradas Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado, e José Casanova, membro da Comissão Política, estiveram de visita à República Popular da China.

Durante a sua estadia em Pequim encontraram-se com Song Ping, membro do Comité Permanente do Bureau Político do CC do Partido Comunista da China, e também com Zhu Liang e Li Shuzheng, respectivamente, chefe e vice-chefe do Departamento Internacional do PCC.

Para além de Pequim, deslocaram-se também a Xian, Xangai e Dalian onde visitaram empresas e outros empreendimentos e locais de importância económica e cultural e tiveram encontros com responsáveis do Partido e do Estado.

Esta visita teve lugar a convite do Partido Comunista da China e no quadro das relações de amizade e cooperação entre o PCP e o PCC.



DCES apela continuação da luta estudantil

A crescente asfixia financeira ditada pelas restrições do Orçamento de Estado, os escandalosos aumentos das propinas e a desresponsabilização governamental à acção social escolar, são apontados pela Direcção Central do Ensino Superior da JCP como os exemplos mais significativos que marcaram negativamente este ano lectivo.

Numa nota da DCES, divulgada após recente reunião do organismo, considera-se que, «no domínio da política educativa, o ano lectivo de 91/92 fica caracterizado por um conjunto de medidas que no essencial constituem graves atentados contra o ensino superior público e que degradam ainda mais a situação precária em que se encontra».

Sobre a recente aprovação do aumento das propinas na Assembleia da República, proposto pelo Governo de Cavaco Silva, a DCES afirma que «é de extrema gravidade para o futuro do ensino superior público, acentuando a elitização na sua frequência e pondo em causa o desenvolvimento do país».

A DCES chama a atenção para as «inúmeras e diversificadas acções de luta e protesto desencadeadas ao longo de todo o ano pelos estudantes, para as posições por eles assumidas, por inúmeros professores e pelo conselho de reitores das universidades portuguesas».

No comunicado distribuído à imprensa, os estudantes comunistas consideram «inconstitucional o aumento

das propinas por violar a Constituição da República Portuguesa no seu artigo 74º e por não terem sido auscultadas as Associações de Estudantes, como se encontra definido na lei 33/87 — lei das Associações de Estudantes».

A DCES alerta ainda para o facto de em 94/95 os estudantes começarem a pagar «mais de 20 mil escudos, mesmo considerando por absurdo que não haverá inflação, que não aumentará os custos de funcionamento de cada estabelecimento e que o Governo não alterará os escalões».

Relativamente ao apoio social, a DCES defende este que deverá ser integralmente suportado pelo Estado, exi-

gindo a redefinição dos critérios de atribuição de bolsas, o aumento dos seus montantes, a construção de mais residências e cantinas, bem como a melhoria dos serviços prestados.

Esta estrutura da JCP alerta ainda para a recusa do Governo de fiscalizar o ensino superior privado, que continua a proliferar com apoios e incentivos do Estado, apesar da falta de qualidade e de más condições.

As derrotas das listas da JSD, ou por esta apoiadas, e o reforço das listas unitárias e independentes, reflectem segundo a JCP, «a crescente oposição estudantil à desastrosa política educativa do Governo PSD e às posições de conivência e de apoio a esta assumidas pela JSD».

Debate nacional deve preceder reforma das Forças de Segurança

O gabinete de imprensa do PCP lamentou, em comunicado, que o «ministro da Administração Interna tenha aproveitado a sua visita oficial a Paris para anunciar a intenção de, dentro em breve, levar a efeito uma

reforma das Forças de Segurança».

Para o PCP, «é lamentável que declarações desta importância, sobre um assunto tão sensível como o dispositivo e orgânica das Forças de

Segurança nacionais, sejam feitas no estrangeiro».

O texto, afirmando que os comunistas têm «defendido a necessidade de reorganizar as Forças de Segurança, para fazer face ao enorme acréscimo de todos os índices de

criminalidade», alerta «que qualquer reestruturação a empreender deve atender às aspirações das populações e dos profissionais das Forças de Segurança».

O gabinete de imprensa recorda ainda que o PCP apresentou, em meados de Julho, na Assembleia da República, dois projectos de lei tendentes a retirar à Guarda Nacional Republicana e à Guarda Fiscal o estatuto de corpos militares e um pedido de audição parlamentar sobre a situação e o processo de reestruturação da Guarda Fiscal».

Como finaliza a nota, «o PCP procurou assim contribuir para o necessário debate nacional sobre esta área que, em todas as circunstâncias, deve preceder quaisquer medidas legislativas».

JCP contra envolvimento português na Jugoslávia

O Secretariado da Direcção Nacional da JCP emitiu um comunicado em que manifesta a sua «frontal oposição ao envolvimento de militares portugueses numa operação em teatro de guerra, no conflito da Jugoslávia, para impor bloqueios unilaterais, no âmbito de uma ingerência que só agravará os problemas dos países, dos povos e da juventude da região».

A organização pronuncia-se contra todas as ingerências nos assuntos dos povos da Jugoslávia que querem justificar o recurso à força em nome do humanismo. Por outro lado, a JCP afirma que «a única solução para o conflito só pode ser encontrada num quadro pacífico, negociado entre todas as partes envolvidas, sem distinções nem discriminações, no interesse dos povos dos Balcãs».

Esclarecer sobre Maastricht

Recentemente reunida, a Direcção Regional de Setúbal do PCP analisou a luta dos trabalhadores do distrito e fez o balanço das jornadas de divulgação das posições do Partido sobre o Tratado de Maastricht.

A reunião sublinhou o contributo do encontro distrital de Quadros do PCP, realizado a 3 de Julho, em Setúbal, sobre a temática, e que contou com a participação de Octávio Teixeira, membro da Comissão Política do PCP.

Também a Comissão Concelhia de Évora do PCP realizou, no passado dia 21 de Julho, um debate sobre o Tratado de Maastricht, em que participaram os deputados e membros suplentes do CC do PCP, João Amaral e Lino de Carvalho. A iniciativa durou cerca de três horas, durante as quais os presentes colocaram questões, defenderam opiniões e esclareceram dúvidas sobre as posições do Partido sob esta

matéria. A Comissão Concelhia indica que nas acções que tem promovido «verifica-se uma grande compreensão em relação às posições do PCP e, ao mesmo tempo, uma crítica muito grande ao Governo do PSD pela ausência de debate sobre este assunto de tão grande importância para o País».

Em reunião posterior, esta estrutura concelhia, alertou para o agravamento das condições de vida dos trabalhadores, resultante da perspectiva de falência da fábrica «Os Leões» que destruirá 60 postos de trabalho, e da continuação da instabilidade na fábrica «Siemens».

Por outro lado, os comunistas saúdam as trabalhadoras da fábrica «Melka» pela vitória obtida no tribunal contra a administração, por esta recusar a realização de plênários de trabalhadores violando os seus direitos fundamentais.



Vários militantes dedicaram algum tempo das suas férias para fazerem obras de beneficiação do centro de trabalho de Alcabideche

PCP denuncia fogos criminosos

Um comunicado da Comissão de Freguesia de Alcabideche considera que alguns dos fogos que têm devastado zonas protegidas como a Ribeira da Penha Longa, Pisão, Janes e outras, visam claramente abrir caminho para a construção de projectos imobiliários. Segundo o PCP, «o Governo e a Câmara de Cascais tem grandes responsabilidades. O secretário de Estado já admitiu a construção do empreendimento AOKI na zona protegida da Penha Longa, não tendo em conta a necessidade de preservar esta área».

Os comunistas condenam veementemente a tentativa de desertificação da Serra de Sintra/Cascais e exigem que as entidades competentes tomem medidas que defendam a zona verde de Sintra/Cascais através da reflorestação urgente das áreas queimadas e da melhoria da vigilância aos fogos.

Comissão Concelhia elege executivo

Na reunião efectuada no passado dia 18, a Comissão Concelhia de Grândola, na sequência das conclusões da 6ª Assembleia, elegeu o executivo definiu a sua estruturação e debateu alguns dos aspectos mais significativos da situação política.

Foi eleito o executivo, constituído por nove camaradas, bem como foram criadas comissões de trabalho vocacionadas para áreas como a organização, poder local, desenvolvimento integrado do concelho, juventude, organização de massas, movimento associativo, comunicação social e informação e administração financeira.

Lei das propinas é inconstitucional NÃO VAMOS PAGAR!

— afirma Filipe Rosas da DCES ao «Avante!»

O anúncio do aumento das propinas no superior despoletou, no final de 91, movimentações de estudantes há muito inéditas no nosso país. Fizeram-se referendos e maiorias esmagadoras disseram não aos aumentos. Não obstante, o diploma do Governo aí está para ser aplicado já em Setembro. Filipe Rosas, membro da DCES da JCP, afirma que «a luta não terminou, existe a consciência de que é uma medida injusta e os estudantes estão determinados a não pagar».

«Avante!» - Qual é a leitura que a JCP faz da recente lei das propinas?

Filipe Rosas - O diploma prevê a introdução do aumento das propinas, que rejeitamos porque vem sublinhar ainda mais o carácter elitista do ensino superior público. Por outro lado, como é sabido, a lei contempla um determinado número de escalões, pretendendo criar a ideia de que são os ricos que vão pagar as propinas, o que é inteiramente falso. De acordo com o diploma actual, já no ano lectivo de 94/95 os alunos do superior vão estar a pagar, no mínimo, qualquer coisa como 25 contos por mês, ou seja 250 contos por ano. Ora, hoje, mesmo sem propinas, já são suficientemente grandes as despesas que decorrem da frequência de uma faculdade, como a aquisição de livros, fotocópias, etc.

«Avante!» - Mas, segundo o que o ministro tem afirmado, as famílias mais pobres ficam isentas de propinas.

FR - O problema é que, na prática, as pessoas que vão beneficiar de isenções correspondem a uma camada muito restrita. É claro que para atenuar o impacte social de uma medida tão impopular como esta, o Governo pensa na sua introdução gradual, mas, dentro de muito pouco tempo, o valor das propinas tenderá a aproximar-se do custo real do ensino. Uma família que tenha um rendimento de 150 contos mensais já paga propinas pelo escalão mínimo, e este, em 94/95, atingirá os tais 25 contos por mês.

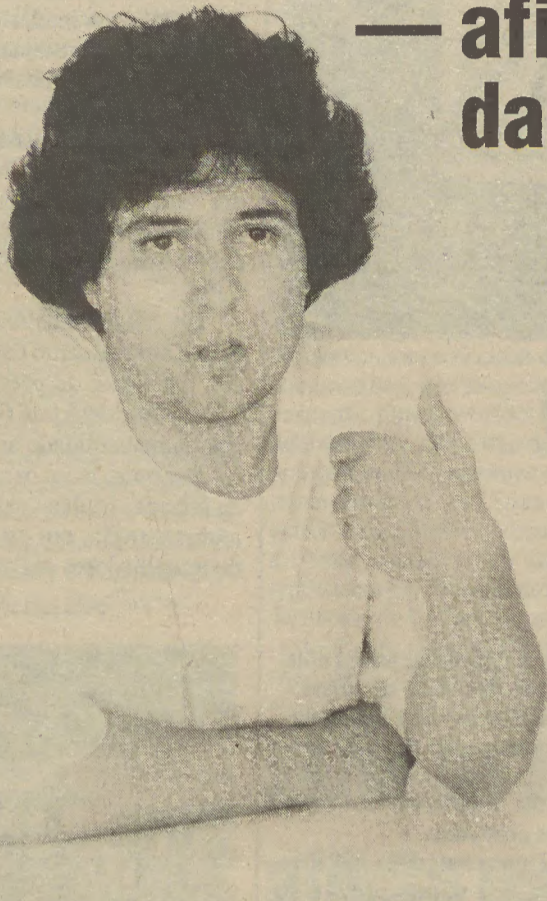
Segundo a lei, os montantes das propinas são estabelecidos de universidade para universidade e, dentro destas, de faculdade para faculdade. Isto significa que um estudante pode pagar mais no Técnico do que, por exemplo, em Direito.

Esta situação é agravada pela tendência que revela a política de apoio social deste Governo. Designadamente, fala-se na extinção dos serviços sociais, na aproximação aos preços reais nas cantinas, na substituição do sistema de atribuição de bolsas pelos empréstimos, que os estudantes levariam o resto da sua vida a pagar.

O diploma é inconstitucional

Por outro lado, este diploma é inconstitucional, já que a Lei Fundamental estabelece que todos os graus de ensino tendem a ser progressivamente gratuitos. Até aqui existia de facto essa tendência uma vez que o montante das propinas não era aumentado, nem sequer à luz das taxas de inflação.

A partir de agora passará a verificar-se o contrário e um argumento muito utilizado é precisamente a necessidade de actualizar o valor das propinas que não é alterado desde



os anos 40. Penso que é importante perceber que, no tempo do fascismo, só uma minoria restrita dos jovens tinha acesso ao ensino superior público, até porque as propinas eram elevadas. Em nossa opinião, não faz sentido hoje actualizar as propinas, sob a pena de voltarmos à situação anterior ao 25 de Abril.

Av! - Se o apoio social fosse melhorado, estarias de acordo com um aumento das propinas?

FR - Pensamos que uma coisa é o ensino superior público, outra coisa é o apoio social, e não concordamos que a melhoria deste

último dependa do aumento das propinas. Contestamos decididamente a perspectiva mercantilista da prestação de apoio social. Defendemos um ensino superior e público, que passe por uma aposta clara do Governo, do Estado, na criação de condições para a formação de quadros no nosso país, independentemente da origem social dos estudantes e das condições económicas que têm.

Av! - Mas, no caso das propinas serem aumentadas, as faculdades poderiam criar melhores condições de ensino...

FR - Esse é também um argumento muito utilizado, mas é completamente falacioso porque seguindo essa lógica os montantes cobrados teriam de ser elevadíssimos, permitindo apenas a uma minoria frequentar as universidades. De outra forma, as propinas não poderão resolver minimamente os problemas do ensino superior público. Neste momento, por exemplo, na Faculdade de Ciências os estudantes, que são mais de 4200, têm aulas em três edifícios, todos eles distantes uns dos outros. Um está na 24 de Julho, outro na Rua da Escola Politécnica e outro no Campo Grande. Isto é claramente uma questão de opção política. Podemos pensar que o Governo não tem dinheiro, mas isso não é verdade. Veja-se o caso do Centro Cultural de Belém que foi construído com uma rapidez impressionante, quando uma Faculdade de Ciências, que devia ser um pólo fundamental do progresso e da formação de quadros necessários ao desenvolvimento da actividade científica do nosso país, está desde 1978 para se construir.

Há contudo outros exemplos. Na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, os novos alunos têm aulas em instalações fora da faculdade, na Pinheiro Chagas, onde nem sequer casa de banho há. Isto acontece num momento em que o próprio Governo afirma que tem como prioridade a educação, o que é uma grande hipocrisia.

Av! - Que apreciação faz a DCES das movimentações estudantis que decorreram este ano contra as propinas?

FR - Durante este ano, assistiu-se ao renascer do movimento estudantil em toda

a linha. Desde o ensino secundário, com lutas contra o sistema de acesso ao ensino superior, contra o *numerus clausus* contra a PGA, e no superior, contra o aumento das propinas. Arrisco dizer que desde os anos setenta que não se via tal agitação entre os estudantes e desde já são salientes alguns efeitos que teve. Um dos méritos foi ter relançado ao debate público uma série de questões como a concepção de ensino superior público, a análise e discussão do ensino superior que temos, o apoio social, para além da medida imediata do aumento das propinas.

Por outro lado, esta onda de protesto levou a uma profundíssima derrota da JSD no plano associativo. Sublinhe-se que a JSD perdeu a Associação Académica de Coimbra, a Associação de Estudantes do Técnico, onde estava há dez anos, perdeu a Faculdade de Letras e não ganhou nenhuma nova associação. Os estudantes impuseram derrotas estrondosas à JSD, elegendo preferencialmente as listas que se empenharam no processo de luta contra as propinas.

Recordo que o movimento contra as propinas começou em Novembro de 91, com uma manifestação que interrompeu a abertura do ano lectivo na Universidade Clássica, onde estava o secretário de Estado da Educação, e em que a palavra de ordem fundamental era «bolsas sim, propinas não!». Esta acção surgiu na sequência de uma manifestação realizada no Porto, em que os estudantes foram brutalmente espancados pela polícia. A partir daí realizaram-se manifestações no superior, no dia 26 de Fevereiro deste ano, no dia 24 de Março, Dia do Estudante, que registou uma participação maciça, e recentemente, em finais de Maio. Em todas estas acções, a luta contra as propinas foi o principal motivo de mobilização, mas estiveram sempre subjacentes a defesa da concepção do ensino superior público, a melhoria da prestação de apoio social e outras questões.

«De acordo com o diploma actual, já no ano lectivo de 94/95 os alunos do superior vão estar a pagar, no mínimo, qualquer coisa como 25 contos por mês»

É importante sublinhar que, embora o novo ministro da Educação apareça com uma imagem diferente do anterior, a verdade é que revela uma atitude arrogante e uma visão deturpada da participação dos estudantes e das suas associações no debate da política educativa. Refiro-me, designadamente, ao pacote sobre o aumento de propinas sobre o qual os estudantes do superior não foram minimamente consultados, numa clara violação da lei das associações de estudantes (lei 33/87), a qual prevê claramente a consulta das associações de estudantes.

A lei estipula que devem ser consultadas as associações académicas, mas, na prática, o Governo apenas consulta as federações académicas, que são na sua maioria controladas pela JSD, e, quando o não são, não lhes liga nenhuma.

Não vamos pagar em Setembro!

Av! - Pensas que os estudantes vão reagir com novos protestos contra os aumentos decretados?

FR - Há uma perspectiva clara de no início deste novo ano lectivo não pagar as propinas, havendo já muitas iniciativas previstas para concretizar esta ideia.

Objectivo desta luta foi desde o início travar o aumento das propinas. Nunca tivemos ilusões acerca das dificuldades que tínhamos pela frente mas, neste momento, existe a consciência generalizada de que se trata de uma medida injusta, por isso estou certo de que o movimento antipropinas vai continuar.

Os resultados dos referendos realizados em inúmeras faculdades mostram claramente que a maioria esmagadora dos estudantes está contra as propinas. Posso referir que no ISEL 90 por cento votaram não, em Letras, 78 por cento, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 69,9 por cento, só para citar alguns exemplos.

«Pensamos que uma coisa é o ensino superior público, outra coisa é o apoio social, e não concordamos que a melhoria deste último dependa do aumento das propinas»

Orçamento comunitário sem fundo de coesão

Presidência britânica e ricos da Europa cortam verbas do fundo de coesão

Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda votaram contra o projecto de orçamento comunitário para 1993, aprovado dia 23, em Bruxelas, por este não reservar qualquer verba para o fundo de coesão.

O projecto, aprovado por maioria qualificada pelo Conselho de Ministros do Orçamento da CEE presidido pelo titular britânico, John Cope, incluía inicialmente - por proposta da Comissão Europeia - uma dotação de reserva no montante de 1,56 mil milhões de ecus (cerca de 200 milhões de contos), destinada ao fundo de coesão aprovado em Maastricht para apoiar os quatro países menos desenvolvidos da CE, nas áreas do ambiente e transportes. Por iniciativa da presidência bri-

tânica, apoiada pelos países do norte da Europa, a dotação, mesmo a título de reserva, foi retirada. O que significa que, a existir fundo de coesão, será necessária a aprovação posterior de um orçamento rectificativo.

A reacção dos quatro países afectados não se fez esperar. Para além do voto contra, reservam já as suas posições para o Conselho Europeu de Edimburgo, em Dezembro, onde todas as decisões têm de ser tomadas por unanimidade: A manter-se o bloqueio ao fundo de coesão, a cimeira de encerramento da presidência britânica poderá andar bem longe do consenso.

Entretanto, sejam quais forem os desenvolvimentos da questão, o futuro próximo está já comprometido, como

de resto reconheceu a delegação portuguesa em declaração distribuída no final da reunião do Conselho de Ministros. No documento, afirma-se que "as dotações para pagamentos referentes aos fundos estruturais são insuficientes para permitir uma execução dos quadros comunitários de apoio que correspondam ao actual ritmo de execução" e, por outro lado, "são insuficientes para cumprir os objectivos fixados em 1988", os quais prevêem uma duplicação dos fundos estruturais para os países do 'objectivo 1' em 1993, ou seja, os quatro 'países da coesão'.

Acresce que, a manter-se a situação até Dezembro, o início dos projectos a financiar pelo fundo de coesão não poderá efectuar-se antes de

meados de 1993 porque, mesmo que venha a ser aprovada, a verba de 'coesão' não poderá estar disponível antes dessa data.

O orçamento agora aprovado deverá ser apreciado, em primeira leitura, na sessão de Setembro do Parlamento Europeu. Se, como se espera, o PE aprovar a reintrodução das verbas cortadas, o orçamento voltará ao Conselho de Ministros. O processo repete-se e deverá haver uma segunda leitura na sessão plenária do PE, em Outubro. A arrastar-se o diferendo até Dezembro, a cimeira de Edimburgo poderá transformar-se num confronto norte-sul.

A gravidade da situação não pode ser escamoteada. Após terem conseguido o que pretendiam em Maas-



tricht, os mais ricos dos Doze propõem-se agora apertar os cordões à bolsa. As piedosas promessas de apoio à coesão económica e social, reafirmadas em Lis-

boa, não passam de intenções cuja concretização se remete para as calendas gregas. E ainda os acordos de Maastricht não foram ratificados.

Trabalho feminino e desenvolvimento

Luta contra o desemprego exige combate à desertificação

A situação da mulher no mercado de trabalho foi tema de debate em recente reunião, em Bruxelas, da Comissão dos Direitos da Mulher do Parlamento Europeu. Na ocasião, efectuou-se uma primeira troca de impressões sobre o relatório a elaborar pelo eurodeputado Sérgio Ribeiro, membro da referida Comissão, sobre os resultados das iniciativas desenvolvidas e a desenvolver na luta contra o desemprego.

Para o deputado comunista, se é um facto que têm sido tomadas importantes iniciativas contra o desemprego, tal não impede que continue a ser indispensável considerar a questão "na óptica do orçamento regional, no contexto regional" e analisar a problemática do desemprego no âmbito do mercado de trabalho feminino. Por isso mesmo considera importante, no seu relatório, sublinhar a existência de camadas sociais mais desfavorecidas do que outras, o que exige a luta contra a discriminação social, e a importância das iniciativas a favor do emprego nas regiões menos favorecidas (objectivo 1) e as que se encontram em declínio industrial.

Como referiu Sérgio Ribeiro, são regiões "com tendência para a desertificação", o que tem por exemplo "importantes consequências na redução dos empregos na agricultura, o que será acelerado pela reforma da PAC". Sublinhando que "a diminui-



ção dos empregos na agricultura é um problema para as mulheres do sul da Europa e, no sul, um problema específico de certas regiões", Sérgio Ribeiro considerou importante recordar que "as mulheres são as últimas a abandonar as regiões com tendência para a desertificação". Diversas são as razões disso, mas avultam as de ordem sociocultural. Pelo que, considera o eurodeputado, assumem particular importância as iniciativas locais de emprego tendentes a fixar os trabalhadores. Tendo em conta a liberdade de circulação e o mercado interno, torna-se necessário fazer circular os trabalhadores para zonas com condições de investimento mais

atraentes. Ou, como defende o eurodeputado comunista, criar "condições de investimento mais atraentes nas regiões que correm o risco de desertificação". Sérgio Ribeiro considera essa opção vital para o desenvolvimento regional, dado que tal significa iniciativas regionais de emprego, com o objectivo de ter uma população mais estável nessas regiões.

É necessário sublinhar - afirmou o eurodeputado - que estas políticas locais de emprego devem ser integradas noutras políticas, tendo em conta o 3.º programa de acção comunitária para 1995.

No debate, em que participaram diversos membros da Comissão, foi referida a

importância da descentralização, em particular da administração pública e dos serviços (sector terciário), em que a mão-de-obra feminina continua a ser predominante, bem como de novos sectores em que aquela pode vir a ter expressão (cultura, ambiente, novas tecnologias...) desde que devidamente preparada. Aspectos que o relatório de Sérgio Ribeiro deverá contemplar, tendo como acento tónico a interligação entre as iniciativas para o emprego feminino e o combate à desertificação, em particular nas regiões periféricas e ultraperiféricas onde os problemas de desemprego e desenvolvimento se colocam com maior acuidade.

Inflação continua a subir

O ministro das Finanças, Braga de Macedo, veio a público anunciar as perspectivas do executivo para o próximo ano no respeitante à taxa de inflação: qualquer coisa entre os 5 e os 7 por cento. Aproveitando a embalagem, o Governo preparava o terreno colocando a fasquia dos aumentos da função pública na casa dos 4,5 por cento. A indignação e o espanto das organizações sindicais não se fez esperar. Não porque não estejam desejosos de ver a inflação baixar, mas porque consideram irrealistas os números do Governo. Uma opinião que os dados divulgados a semana passada pelo serviço de estatística da Comissão Europeia parecem confirmar, já que Portugal foi um dos seis países da Comunidade cuja taxa de inflação subiu durante o mês de Junho.

Com um agravamento da ordem dos 0,4 por cento, a variação registada em Portugal é a mais alta do grupo dos chamados "aumentos moderados", sendo apenas ultrapassada pela Grécia, que registou um aumento da ordem dos 1,7 pontos percentuais.

Para além destes dois casos, os "moderados" (Bélgica, Itália, Alemanha, Luxemburgo e Reino Unido) apresentaram uma variação entre os 0,3 e os 0,1 pontos percentuais, enquanto os restantes países comunitários mantiveram no mês de Junho os respectivos índices de preços no consumidor, com excepção da Holanda que foi o único país a registar uma redução, da ordem dos dois pontos percentuais, da taxa de inflação.

Apesar das prestações de Portugal e da Grécia, a taxa de inflação homóloga para o conjunto dos países da CEE desceu para 4,5 por cento em Junho, menos 0,3 pontos percentuais do que no mês anterior. Publica-se de seguida as taxas de inflação nos Doze, por ordem decrescente e os respectivos valores em Junho de 1991:

Junho	1992	1991
Dinamarca.....	2,3	(2,9)
Bélgica.....	2,6	(3,6)
França.....	3,0	(3,3)
Irlanda.....	3,1	(3,1)
Luxemburgo.....	3,6	(3,3)
Reino Unido.....	3,9	(5,8)
Holand.....	4,0	(3,6)
Alemanha.....	4,3	(3,5)
Itália.....	5,4	(6,6)
Espanha.....	6,2	(6,2)
Portugal.....	9,4	(11,6)
Grécia.....	15,1	(18,9)

Manágua

O 3.º Encontro do Forum de S. Paulo marca nova reunião para Havana

De 16 a 19 de Julho reuniu-se em Manágua o III Encontro do Forum de S. Paulo em que o PCP esteve representado pelo camarada Albano Nunes, membro do Secretariado do Comité Central.

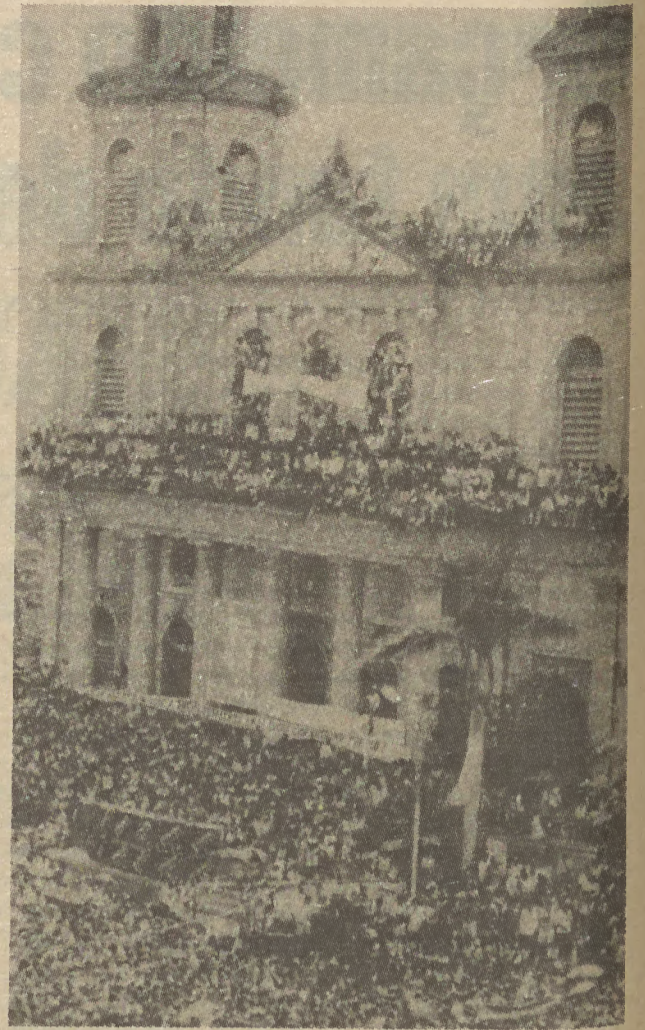
Neste encontro — que se segue aos realizados em 1990 em S. Paulo e 1991 no México — participaram 61 organizações e partidos políticos de 17 países da América Latina e Carafbas (122 delegados) e 43 organizações e partidos observadores



de África, Ásia, Europa, EUA e Canadá, num total de 182 participantes.

A aprovação da «Declaração de Manágua» e a decisão de realizar o IV Encontro em Julho do próximo ano em Havana, contam-se entre as suas mais importantes resoluções.

No seu próximo número, o «Avante!» publicará um artigo acerca deste importante encontro de organizações e partidos de esquerda, progressistas e revolucionários.



Grande comício assinala aniversário da Revolução Sandinista

O 13.º Aniversário da Revolução Popular Sandinista de 19 de Julho de 1979 foi assinalada na Nicarágua com iniciativas populares em vários pontos do país.

Em Manágua, teve lugar um comício na Praça da Revolução em que perante uma multidão entusiasta e combativa (que o «Barricada» avalia em mais de 50 000 pessoas) usou da palavra Daniel Ortega, Secretário-Geral da Frente Sandinista de Libertação Nacional.

As delegações presentes no 3.º Encontro do Forum de S. Paulo, que entretanto se realizava na capital nicaraguense, assistiram a este Comício em que a solidariedade para com os povos de El Salvador e de Cuba foi particularmente sublinhada.

Saudação do PCP à Frente Sandinista

O Comité Central do Partido Comunista Português enviou à Direcção Nacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional a saudação que publicamos na íntegra:

Queridos Camaradas:

Em nome dos comunistas portugueses transmitimos calorosas e fraternais saudações por motivo do 13.º aniversário da revolução popular sandinista acontecimento do maior alcance e significado libertador para o povo nicaraguense e para os povos, da América Latina e de todo o mundo, que lutam pela sua emancipação nacional e social.

Por experiência própria, os comunistas portugueses sabem que o caminho da liberdade, da independência, do progresso e da justiça social é complexo e acidentado, comporta avanços e recuos, vitórias e derrotas, tanto ao nível de cada povo e país como no plano internacional. Em Portugal, fazemos frente a uma vasta ofensiva da direita visando restaurar o domínio dos monopólios e do imperialismo e liquidar direitos e conquistas democráticas alcançadas com a revolução do 25 de Abril. E no plano mundial, perante o brutal

desequilíbrio de correlação de forças resultante das derrotas do socialismo, assistimos a uma ofensiva dos EUA e do imperialismo em geral visando impor uma «nova ordem» mundial contra os povos. Consciente das dificuldades da hora presente o nosso Partido mantém inteira confiança nos trabalhadores e nas massas populares, confirma os seus ideais e objectivos revolucionários, empenha-se no fortalecimento da amizade e cooperação de todas as forças do progresso social, factor indispensável para contrariar e finalmente derrotar as pretensões hegemónicas do imperialismo.

Na nossa acção em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo português temos sempre presentes as experiências de luta de outros povos e forças progressistas. Temos sempre presente o valor histórico da revolução popular sandinista e somos solidários com a luta que os nossos camaradas da FSLN travam nas novas condições por uma Nicarágua livre, próspera e progressista.

Formulando os melhores votos à vossa acção em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo nicaraguense, expressamos a nossa vontade de fortalecer sempre mais as relações de amizade, cooperação e solidariedade entre o PCP e a FSLN.

Paz para Cuba Fim ao bloqueio!

Angariação de fundos para a compra de leite e outros produtos de primeira necessidade e uma campanha de esclarecimento da situação que se vive em Cuba, foram algumas das iniciativas que assinalaram em Lisboa o 39.º aniversário do assalto ao quartel de Moncada, marco fundamental da revolução cubana. Tendo como lema «Fim ao Bloqueio», a Associação de Amizade Portugal/Cuba saiu à rua distribuindo um folheto de protesto contra o bloqueio norte-americano e suas consequências para o povo cubano, ao mesmo tempo que angariava fundos para prosseguir a campanha de solidariedade que já permitiu enviar de Lisboa para Havana duas toneladas e meia de leite em pó.

O texto recorda o boicote com que desde meados dos anos 60 os sucessivos governos dos Estados Unidos da América tentam sufocar a

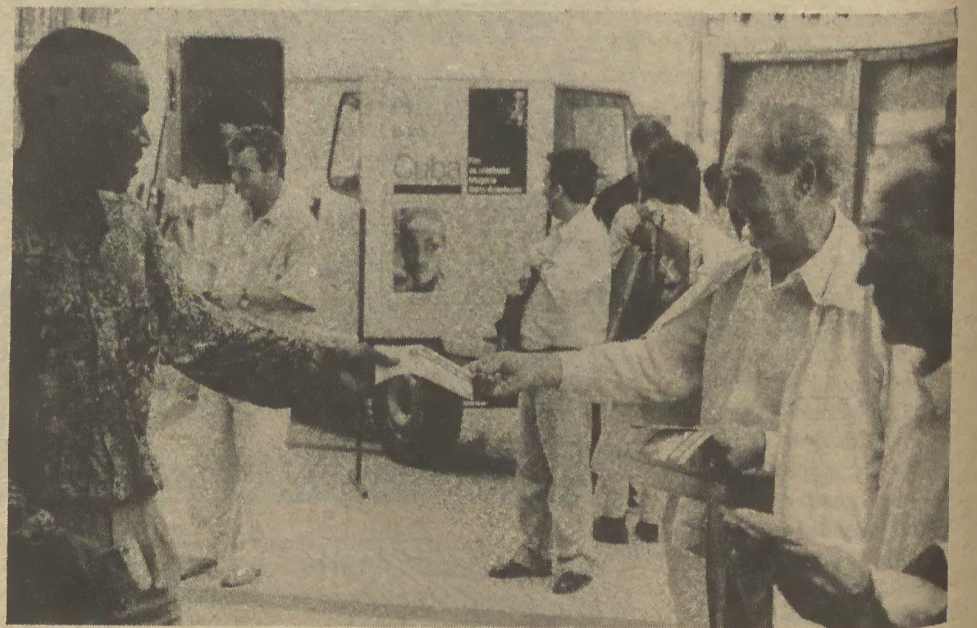
economia de Cuba, não olhando a meios: corte de fornecimentos próprios, pressões de toda a ordem sobre outros países, intervenção em numerosas empresas de várias nacionalidades (espanholas, canadianas, suecas,...), proibição aos próprios cidadãos americanos de viajarem para Cuba, etc., etc.

Salientando que tais actos de continuada agressão violam várias resoluções da Assembleia Geral da ONU e são contrários ao direito internacional, o texto denuncia os profundos e injustos sacrifícios que o bloqueio impõe aos cubanos e estima os prejuízos económicos provocados nos últimos trinta anos em vários milhares de milhões de contos.

Ser solidário é preciso!

Alertando que o bloqueio a Cuba «tem braços que atin-

gem Portugal», designadamente através de «campanhas de intoxicação da opinião» que «encontram espaço nalguma comunicação social portuguesa», o documento da Associação de Amizade Portugal/Cuba salienta a importância da solidariedade internacional para com o povo cubano. E dá exemplos: em Dezembro, partida do Havre do «Barco para Cuba», com centenas de toneladas de medicamentos, por iniciativa do Comité francês de solidariedade, com apoio de 16 países da Europa, entre os quais Portugal; em Fevereiro, levantara do Rio de Janeiro o «Voo de solidariedade», de cuja Comissão faziam parte conceituados nomes como Chico Buarque, Maité Proença, Niemeyer, Frei Beto, que foram recebidos em concerto com Pablo Milanès; nos EUA, o apelo «Paz para Cuba» foi subscrito por personalidades como



Rogério Paulo, da Associação de Amizade Portugal/Cuba, participa na denúncia do bloqueio dos EUA a Cuba

Ramsay Clark, Linus Pauling, Chomsky, Pollack, Belafonte, Kristofferson; em todo o mundo multiplicam-se as acções de solidariedade a Cuba e denúncia do bloqueio dos EUA, quer através de comícios, concertos, abaixo-assinados, manifestações junto das embaixadas norte-americanas, quer de brigadas de voluntários (em Julho partiu uma de Portugal) para ajudarem o povo cubano a vencer as consequências do garrote imperialista.

O documento sublinha

ainda que quem participa na solidariedade a Cuba «são padres e bispos de diferentes confissões que se juntam a dirigentes dos mais diversos partidos políticos de dezenas de países (como o abaixo-assinado que em Portugal recolheu milhares de apoios), são deputados e eleitos municipais, são homens, mulheres e jovens para quem a defesa dos direitos humanos não é uma hipócrita cortina para impedir os povos de decidirem eles próprios o seu destino».

A este imenso movimento de solidariedade humana e moral juntou-se a material. Medicamentos, petróleo, leite, arroz, são alguns dos produtos que estão a ser canalizados da Europa, América Latina e Ásia para Cuba. Como se afirma no documento distribuído em Lisboa, serão uma gota de água na maré das necessidades de Cuba, mas mostram que este é um bloqueio pela fome e que nem hesita perante a eminência da doença e da morte.

EM FOCO

CONFERÊNCIA
DE **ÁLVARO CUNHAL**

NO CURSO "LOS ROJOS
Y LAS NUEVAS
IZQUIERDAS
EMERGENTES"

**PARTIDOS
COMUNISTAS
FORÇA
INSUBSTITUÍVEL
DA ESQUERDA**

UNIVERSIDADE COMPLUTENSE - MADRID

22-7-92

CONFERÊNCIA DE ÁLVARO CUNHAL

Senhoras, senhores:

O tema deste ciclo de conferências intitula-se «Los rojos y las nuevas izquierdas emergentes». Não sei com rigor a quem a palavra «rojos» se destina. De qualquer forma justifica duas palavras introdutórias.

Partidos que foram comunistas abandonaram a sua bandeira e a cor. Também partidos socialistas o fizeram. O Partido Socialista Português, por exemplo, substituiu há poucos dias a cor «roja» do partido pela cor-de-rosa e ninguém negará que foi uma mudança apropriada.

Para o partido a que pertença, o Partido Comunista Português, não há qualquer motivo para deixar de ter o vermelho como cor da bandeira.

O vermelho foi ao longo dos tempos a cor da insubmissão e da revolta. Porquê substituí-la agora?

Os comunistas portugueses não nos intitulamos «os vermelhos», mas somos comunistas que mantêm a cor vermelha da sua bandeira - cor legítima, honrosa e histórica da luta dos trabalhadores e de todos os explorados e oprimidos do mundo.

O século XX na história da Humanidade

Senhoras e senhores:

A história da Humanidade deixou grandiosos e exaltantes testemunhos de avançadas civilizações. Entusiasmamo-nos ante as pirâmides do Egipto e os conhecimentos científicos que nelas estão contidos. Ante a democracia grega, os seus templos e esculturas, a sua filosofia e a sua literatura. Ante Roma antiga, a sua arte e o seu direito. Mas por vezes esquecemos que todas essas magníficas civilizações assentaram não apenas no engenho das classes dominantes mas na submissão e no trabalho forçado e cruel dos escravos que os exércitos iam acorrentar noutros povos.

Através de milénios, o homem explorado imaginou, sonhou, revoltou-se por vezes. Espíritos esclarecidos elaboraram utopias. Mas só a partir do séc. XIX, com o ascenso do proletariado como nova e poderosa força social, a imaginação, o sonho, a revolta e a utopia tiveram expressão num projecto político e acção revolucionária, que veio a concretizar-se no séc. XX numa revolução vitoriosa que se propôs criar uma nova sociedade na qual não mais os homens explorassem outros homens.

Verificaram-se ao longo do século que agora termina fascinantes e vertiginosas conquistas no domínio da ciência, das tecnologias, das forças produtivas, da comunicação e do relacionamento entre os homens e do homem com a natureza.

Entretanto, no que respeita à organização social, uma reflexão serena e objectiva que se desprenda de argumentações ao sabor dos ventos dominantes conduz à conclusão de que **aquilo com que o século XX marca a história da humanidade**, depois de milénios de sociedades caracterizadas pela forçada e violenta exploração do homem pelo homem, **é o empreendimento revolucionário transformador e criativo, visando construir uma nova sociedade da qual sejam erradicadas as grandes desigualdades, injustiças e flagelos sociais.**

A partir da revolução russa de 1917, a vida mundial ao longo do século tem marcas profundas deste empreendimento revolucionário, dos seus êxitos, conquistas, realizações, exemplos e experiências.

É certo que a construção da nova sociedade defrontou dificuldades e obstáculos superiores aos que previram os seus pioneiros. Que houve precipitado optimismo quanto ao desenvolvimento do processo. Que se acreditou demasiado numa evolução mundial imparável e irreversível a favor do socialismo, determinada pelo que se acreditou serem leis objectivas concebidas de forma mecanicista. Que se subestimaram as potencialidades do sistema capitalista ultrapassar, pelo menos temporariamente, as

suas crises. Que não se analisou suficientemente a possibilidade de um fracasso e da reversibilidade do processo de transformação em resultado de faltas, de erros, de corrupção e de práticas que afastaram o curso dos acontecimentos dos seus objectivos essenciais - aliás, sempre proclamados mesmo quando desrespeitados.

Daí grandes derrotas sofridas pela causa do socialismo que obrigam a nova e desinibida reflexão.

É porém uma verdade histórica que os grandes progressos verificados nas sociedades ao longo do século (direitos dos trabalhadores e dos cidadãos em geral, políticas sociais, derrota do fascismo na guerra e em numerosos países, libertação de centenas de povos do jugo colonial) são inseparáveis das concepções e da luta dos comunistas, da revolução russa de 1917, da construção da nova sociedade e da solidariedade política, diplomática, económica e militar da União Soviética e de outros países socialistas à luta dos trabalhadores e dos povos do mundo.

Hoje há quem, tendo-o afirmado, receie voltar a afirmá-lo. Porque é uma verdade histórica, nenhuma razão existe para que deixemos de afirmá-lo.

O fracasso de um «modelo» que se afastou dos ideais dos comunistas

Os acontecimentos na União Soviética e outros países do leste da Europa e a derrocada final dos regimes aí existentes propiciam a acusação de que esses acontecimentos, esses regimes e o seu fracasso revelam e traduzem a verdadeira natureza e a condenável experiência do ideal e da luta dos comunistas.

Um exame atento aos acontecimentos conduz-nos à conclusão contrária: **que a causa dos acontecimentos e do desmoronamento verificados se devem, não à concretização do ideal dos comunistas, mas, pelo contrário, a orientações, a soluções e a práticas que se afastaram do ideal dos comunistas em aspectos essenciais.**

Trata-se de uma reflexão serena e obrigatória nos tempos que correm.

Assim, verifica-se que no decurso do processo de construção da nova sociedade, o poder político dos trabalhadores, o poder popular, foi substituído por um poder político fortemente centralizado, cada vez mais afastado da opinião e da vontade expressa do povo.

A democracia política, anunciada como uma nova forma de democracia participativa que, no dizer de Lênine, seria mil vezes mais democrática que a mais democrática das democracias burguesas, deu lugar à acentuação do carácter repressivo do Estado e a infracções à legalidade.

O desenvolvimento económico acabou por ser entravado por uma economia excessivamente centralizada, pela desincentivação do empenhamento e da produtividade dos trabalhadores e pelo completo desprezo pelo papel do mercado.

O papel dirigente e de vanguarda do partido deu lugar a partidos com uma direcção centralizadora e burocratizada, ao afastamento dos trabalhadores e das massas populares e a práticas de imposição administrativa das decisões, tanto do partido como do Estado agravadas pela fusão e confusão das funções do Estado e do partido.

A teoria (o marxismo-leninismo), que deveria ser

concebida como uma teoria viva, em movimento, capaz de responder às novas situações e aos novos fenómenos, foi dogmatizada e imposta como doutrina do Estado, substituindo respostas criativas por citações de textos teóricos cristalizados.

E (ideia fundamental) na evolução dos acontecimentos, um princípio essencial do ideal dos comunistas acabou por ser esquecido: **que uma sociedade socialista só pode ser construída pela acção revolucionária e o empenhamento dos trabalhadores e das massas populares, nunca sem o seu empenhamento e muito menos contra a sua vontade.**

Tratou-se de facto de um «modelo» que se afastou em aspectos vitais do ideal dos comunistas e que, com justiça e rigor, mais que erros, desvios ou falhas humanas, se pode considerar responsável pelas derrotas sofridas.

Em resultado de um tal «modelo» uma crise profunda estava há muito latente. Tornava-se imperioso superar uma tal situação, reconduzir a construção do socialismo aos seus objectivos e valores essenciais, encontrar soluções renovadoras. A palavra «reestruturação» (Perestroika) continha à partida um tal conceito. Reestruturar com o povo, o Estado, a sociedade e o Partido para reencaminhar o socialismo, reforçar o socialismo, levar por diante vitoriosamente a construção de uma sociedade socialista. O facto é que logo à partida (e pela nossa parte logo o sublinhámos), à sombra da perestroika e invocando o seu nome, se desenvolveram forças e processos visando não a rectificação mas a destruição do socialismo.

E o facto é que nenhum dos grandes objectivos proclamados teve concretização. O encaminhamento da URSS e outros países para o capitalismo, criou situações desastrosas e caóticas. Isso foi possível porque com o negativismo e a renegação de todo o passado, o processo contra-revolucionário foi desencadeado e conduzido por muitos dos mais altos dirigentes do Partido e do Estado.

A situação mundial criada pela desagregação da União Soviética e dos países do leste da Europa é extremamente grave para a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos do mundo. O imperialismo ganhou nova força. Desequilibrou-se a correlação mundial de forças. Entretanto, segundo a nossa observação, alarga-se o sentimento geral de que a União Soviética faz falta ao mundo e à perspectiva de um desenvolvimento progressista da história. E os grandes desastres sofridos não permitem que se conclua que o projecto de uma nova sociedade perdeu a razão de ser.

O comunismo nasceu no século XX e tem o futuro à sua frente

Para os historiadores, talvez não haja critério mais enganador do que escrever ou reescrever a história passada ao sabor de razões da conjuntura histórica em que estão escrevendo.

Enganadora se tem assim de considerar a actual tentativa de reescrever apressadamente a história do século XX a partir das opiniões que germinam na actualidade por virtude da desagregação da URSS e dos regimes existentes na URSS e noutros países do leste da Europa e do novo fôlego ganho pelo capitalismo.

Segundo tais critérios, tratar-se-ia de fracasso e erro de todo o processo revolucionário conduzido para a construção de uma nova sociedade libertada do capitalismo. Ou seja: tratar-se-ia do fracasso do comunismo. E a partir da ideia de que o comunismo fracassou facilmente deduzem e proclamam alguns «a morte do comunismo».

Mas se vida ou morte é a validade ou não do projecto de um empreendimento revolucionário visando a transformação profunda da sociedade e pondo fim à exploração do homem pelo homem e ao sistema capitalista, então não poderá dizer-se que **o comunismo morreu no séc. XX** e que não foi mais que um incidente, um episódio e uma lembrança do passado, **mas ao contrário teremos de concluir que, por muito desfavorável que seja o momento actual e por muitas dificuldades e obstáculos que o esperam, o comunismo nasceu no séc. XX e que tem o futuro à sua frente.**

A luta pela democracia parte constitutiva da luta pelo socialismo

Um dos maiores equívocos ideológicos no ajuizar do século do comunismo, da nova arrumação das forças políticas e das chamadas novas esquerdas, é a contraposição tantas vezes repetida de comunismo e democracia.

A verdade é que a luta pelo socialismo é inseparável da luta pela democracia. E por isso às forças políticas que colocam como objectivo a construção de uma sociedade socialista há que perguntar por um lado qual a configuração que propõem para uma tal sociedade; há que perguntar por outro lado quais os objectivos



Avante! festa!

AMORA-SEIXAL • 4, 5 e 6 SETEMBRO

Avante!

Director
Carlos Brito
SUPLEMENTO Nº 2
30 de Julho de 1992
Não pode ser vendido
separadamente

PARA A
SEMANA
SUPLEMENTO
A CORES

Músicas de Portugal Brasil, Irlanda ou África

Que programa!

Rui Veloso, Resistência, Sérgio Godinho, Júlio Pereira, Sitiados, Rádio Macau e a Brigada Vitor Jara irão estar presentes em espectáculos da Festa do «Avante!» deste ano, num programa que irá transformar três dias de Setembro na Atalaia na mais significativa reunião de música do nosso país feita nos últimos anos, mesmo numa iniciativa como esta, que habitualmente dá lugar privilegiado à produção musical nacional. Chieftains da Irlanda, Morais Moreira do Brasil, Tubarões de Cabo Verde, Boogie Brothers de Inglaterra e três norte-americanos que vêm expressamente a Portugal recordar o *Jazz Messengers* de Art Blakey, são nomes de atracções internacionais da Atalaia. Toda a informação sobre estes e outros nomes que vão estar nos palcos da «festa!» será dada para a semana num suplemento especial, a cores. Para já aqui ficam algumas indicações.

O melhor da Irlanda

A edição de 1992 da Festa do «Avante!» traz a Portugal o que é considerado o mais importante e influente grupo de música folk irlandesa: os *Chieftains*. Ao longo de uma carreira de 20 anos, os *Chieftains* reunem um dos mais impressionantes palmarés da música tradicional. Ao longo da sua carreira, os *Chieftains* gravaram cerca de duas dezenas de álbuns, entre os quais se incluem diversos com convidados tão significativos como Van Morrison, Gary Moore, Art Garfunkel, Jackson Brown, Marianne Faithfull, Nancy Griffith, etc.

O que falta do Brasil

Ao longo das suas 15 edições, a Festa do «Avante!» apresentou em Portugal pela primeira vez alguns dos nomes mais importantes da música brasileira: Chico Buarque, Edu Lobo,

MPB 4, Simone, Elba Ramalho, Alceu Valença, Ivan Lins, Gonzagão, Gonzaguinha, Baden Powell, Beth Carvalho.

Em 1982 estará no palco da Atalaia quem é talvez o único grande nome da MPB que Portugal ainda não viu: o nordestino *Morais Moreira*.

Considerado, com Alceu Valença, o mais importante músico do Nordeste brasileiro, *Morais Moreira* recolheu na Europa críticas entusiásticas, entre as quais se destacam as que referem a sua presença do Festival de Montreux de 1986.

Exímio tocador de guitarra, *Morais Moreira* está profundamente ligado aos dois estilos musicais nordestinos mais populares: o frevo pernambucano e o forró, música de baile que os pernambucanos e baianos consideram bem mais fascinante e estimulante que o samba...

Na sua apresentação na Festa, *Morais Moreira* será acompanhado por um grupo de seis músicos.



Recordando os Messengers

O Palco «25 de Abril» da Festa do «Avante!» acolherá na noite de Sábado um espectáculo com traços de ineditismo em Portugal: uma apresentação em grande palco da *Big Band do Hot Clube de Portugal* com um conjunto de consagrados músicos americanos num espectáculo que recorda um dos mais influentes grupos da história do jazz: os *Jazz Messengers* do baterista Art Blakey.

São três veteranos dos *Messengers* e músicos da primeira linha da cena jazz norte-americana que, por proposta da Orquestra do Hot, a Festa convidou para uma apresentação conjunta na noite de Sábado: o saxofonista Benny Golson, o trombonista Curtis Fuller e o trompete Eddie Henderson, a que se junta ainda o baterista Greg Bandy.

Além da apresentação na noite de Sábado, os quatro músicos norte-americanos tocarão na noite de Domingo no Auditório «1º de Maio» com os músicos portugueses Pedro Moreira (sax), Bernardo Moreira (contrabaixo) e Bernardo Sasseti (piano).

Revival Soul

Em 1990 a Festa trouxe a Portugal uma banda completamente desconhecida e que verdadeiramente «arrasou» a audiência: os Bogus Brothers não escondiam onde iam colher a inspiração e o vigor de uma

memorável actuação que o ano passado se repetiu - a música soul dos anos 60 e 70 e de nomes como Otis Redding, Aretha Franklin, Solomon Burke, e tantos outros.

Estava descoberto um filão! Este ano, a Festa apresenta nova banda que se reclama igualmente desta herança musical, a *revival soul*: são os *Boogie Brothers*, um grupo de tradicional formação: dois sax e um trompete, teclados, baixo e guitarra, bateria e dois vocalistas. Ou melhor, um vocalista e uma vocalista.

África

Pode dizer-se que foi há 11 anos que, com a presença dos Tubarões na Festa, o grande público português descobriu essa riquíssima realidade que é a música cabo-verdiana.

Assinando uma apresentação memorável nesse ano (quem se esqueceu do «Tabanca» que durante semanas as rádios portuguesas transmitiram?), os Tubarões transformaram-se num dos mais notáveis casos de popularidade no nosso país, ajudados ainda por um amadurecimento do seu trabalho bem patente no último concerto que deram em Lisboa, no Coliseu.

No palco da Festa, igualmente se apresentará um grupo composto por músicos cabo-verdianos e guineenses, os *Issabary*, agora também a caminho de gravarem o seu primeiro disco.

Watts, varilites e follow spots

Os espectáculos centrais da Festa decorrerão nos dois palcos habituais: o Palco «25 de Abril», ao ar livre, e o Auditório «1º de Maio», instalado numa tenda de circo com cerca de 60 metros de diâmetro.

Com uma boca de cena de 28 metros, uma profundidade de 12 metros e uma altura de 9 metros, o Palco «25 de Abril» é presentemente a maior estrutura cénica fixa existente em Portugal.

O equipamento sonoro que ali será instalado este ano terá uma potência de 70 000 Watts, incluindo uma delay tower instalada na torre frontal que assegura uma extensão em profundidade da propagação do som.

Dada a complexidade técnica de alguns dos grupos que actuarão em 1992 e o esforço de melhorar ainda o ritmo de mudanças de cena, o sistema de *house front mixer* a insta-

lar este ano será o maior de sempre usado na Festa, compreendendo um conjunto de mesas de mistura que assegurará um total de cerca de 250 vias, permitindo montagens e substituições de maior rapidez.

A iluminação do palco conta com cerca de meio milhão de watts de luz, incluindo 24 Varilites, 6 follow spots e diverso outro equipamento.

Como habitualmente, o palco disporá de back line fixo que inclui todos os instrumentos necessários.

O Auditório «1º de Maio» disporá de um PA de grande qualidade com 7 500 watts de potência, um sistema de iluminação com 85 000 watts, prevendo-se a instalação de um sistema de video wall que apoiará cenográficamente as apresentações e disporá de uma programação autónoma de vídeos musicais e vídeo arte.

Em conferência de imprensa, na passada terça-feira, Fernando Vicente, Ruben de Carvalho e Henrique de Sousa (da esquerda para a direita) divulgaram os pormenores relativos à preparação e conteúdo da XVI Festa do «Avante!» e adiantaram alguns dos nomes que integrarão o programa de espectáculos



Recordar Adriano

Completam-se em 1992 dez anos sobre o desaparecimento, com quarenta anos apenas, de Adriano Correia de Oliveira.

Em Julho de 1982, no Alto da Ajuda, Adriano faria, acompanhado pela guitarra de Paulo Vaz de Carvalho, uma das suas últimas apresentações em público.

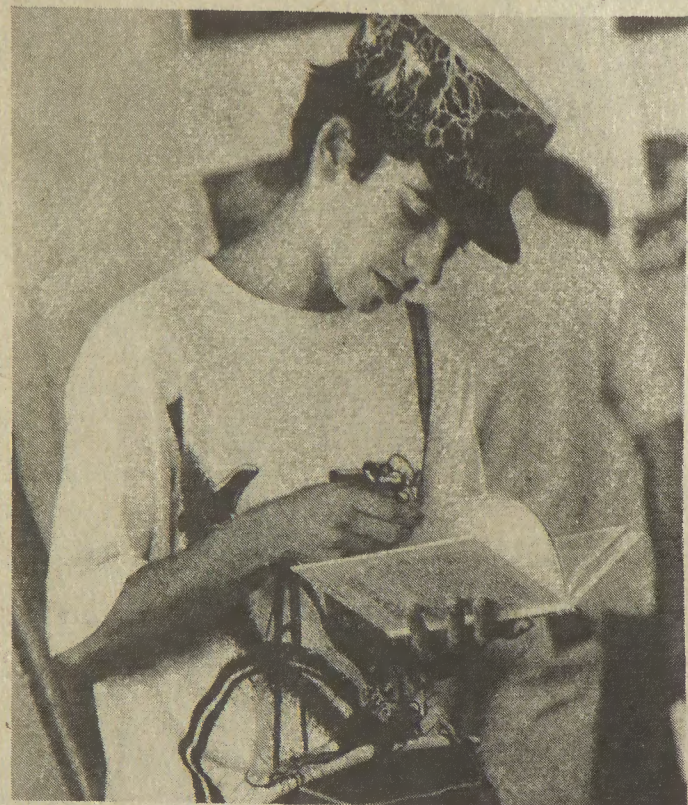
A noite de Sábado, 5 de Setembro, no Auditório «1º de Maio», será inteiramente

preenchida com um espectáculo dedicado ao cantor da «Trova do Vento que Passa» com uma participação em tudo digna da importância que Adriano teve na música e na vida do seu País: Vitorino, Janita Salomé, Sérgio Mestre, Paulo Vaz de Carvalho, o grupo de guitarras de Coimbra de António Portugal e poemas ditos por Manuel Alegre. De sublinhar que, após o

espectáculo no Auditório «1º de Maio», realizar-se-á ainda uma sessão no Café-Concerto do Sector Intelectual da Organização de Lisboa, também dedicada a Adriano Correia de Oliveira, que contará com a presença, além dos artistas já citados, de músicos e poetas que com ele trabalharam, nomeadamente Manuel da Fonseca e José Niza.

Livros, discos e... brinquedos!

A Cidade do Livro e do Disco tem sido, anualmente, na Festa do Avante! um local de divulgação e venda de livros e discos e de grande animação cultural. Este ano terá ainda novos aliciantes. Pela primeira vez o Centro do Livro e do Disco terá um espaço reservado à exposição e venda de brinquedos. Neste espaço de cultura os visitantes, crianças, jovens e adultos encontrarão verdadeiras surpresas. Lá encontrarão, a par com as últimas novidades e os grandes êxitos editoriais de momento, uma grande zona de saldos a preços verdadeiramente convidativos. Neste espaço estarão, uma vez mais, diversos escritores autografando as suas obras.



Portalegre

«Poder Local e Desenvolvimento» é o tema da exposição do espaço do distrito de Portalegre na Festa do «Avante!». Variada, genuína e muito cuidada é a restante participação. Na sua implantação inspiram-se no monte alentejano e nos granitos de Alpalhão.

Apostam forte no rico artesanato do Norte Alentejano: artigos em pele (sapatos, chinelas e malas) de Terrugem; bordados e aplicações em feltro de Nisa; barros de Nisa e Flor da Rosa; cortiça (tarros) de Barbacena; capotes de St.ª Eulália; cestaria da Comenda.

Na venda de produtos regionais encontram-se: vinhos (Portalegre, Abreu Calado-Benavila, Mouchão-Sousel); mel; azeitonas (Campo Maior); enchidos; queijos e pão. Ensopado de borrego é a especialidade do seu restaurante.

Tapas de queijo, chouriço e morcelas ou azeitonas podem ser saboreados no seu snack-bar a acompanhar a «imperial».

Tem ainda uma quermesse com bons prémios. De Portalegre vai todos os anos muita gente à Festa. Um grupo muito especial, o Grupo de Teatro «O Semeador», vai actuar no espaço central de teatro: o Avante-teatro.

Já há muitas excursões em organização e que partem de Portalegre, Foros do Arroz, Ponte de Sor, Torre das Virgens e Avis.

As inscrições nestas excursões estão abertas nos CT's do PCP na região.

Leiria Vidro pão e petiscos

Leiria terá este ano na Festa um vasto leque de focos de interesse para o visitante. A exposição política será apresentada em painéis e tratará das questões do Desenvolvimento Regional, das lutas dos trabalhadores e dos camponeses da região. A participação cultural terá como principal atractivo um forno de vidro, onde um conceituado artista marinhense de uma bola incandescente de fogo, vai fazendo como por magia nascer das suas mãos as mais diversas formas — é o artesanato vidreiro — que o visitante pode, além de assistir à sua feitura, adquirir ali mesmo. Mas de vidro, vai haver muito mais e no já tradicional Stand do Vidro, o visitante encontrará os mais belos cristais e vidros produzidos nas maiores e mais conceituadas empresas da região a preços bastante vantajosos.

O visitante encontrará também o artesanato da região com destaque para a cerâmica artística.

Outra expressão da vida do povo de Leiria é a feitura do pão no forno tradicional a lenha, ainda hoje usado nas zonas rurais do

distrito. E o forno de pão de Leiria lá estará proporcionando ao visitante dois prazeres — o de assistir à feitura do pão e o de se deliciar com o já tradicional pão quente com chouriço.

Ainda em Leiria estará uma quermesse de elevada qualidade com mais de sete mil e quinhentos prémios em peças de arte e utilitários vindos de todos os pontos do distrito.

No campo da gastronomia também Leiria oferece ao visitante qualidade e diversidade. Assim: O snack-bar das Caldas da Rainha servirá sopa de legumes, pastéis de bacalhau, rissóis e outros salgados, sandes ou pratinhos de «crise», sandes de ovo e cachorros e as respectivas bebidas, além dos já famosos pequenos-almoços.

O snack-bar da Marinha Grande servirá arroz de feijão com fritada de carne, bifanas ou carne assada no pão e pipsis. Para local de convívio, agradável ponto de encontro temos o «Kakus Bar», que serve bebidas variadas para além de mais de duas dezenas de cocktails variados.

Desporto no distrito de Setúbal

Milhares mobilizados para promover a «Festa!»

Futebol de salão, chinquilho, conquinha, tiro ao alvo, damas, xadrez, pesca desportiva, atletismo, cicloturismo, são algumas das modalidades que organizações do PCP no distrito de Setúbal têm vindo a realizar em competições de promoção do desporto na Festa do «Avante!». Um esforço que envolve já milhares de atletas, de todas as idades, e também inúmeras pessoas que participam na organização de torneios e campeonatos. Centralizando toda esta organização está uma equipa constituída por António Joaquim, Sílvio Soares, Joaquim Rema e Vítor Pinho. Apesar dos resultados extremamente positivos que este grupo de trabalho pode registar, os elementos desta equipa

dejam mais: «ainda não estamos satisfeitos», diz António Joaquim, «há organizações que não estão a dar a resposta que nós pensamos que seria possível». Este responsável pela organização do desporto da «festa!» na região de Setúbal, aguarda no entanto que essa resposta venha ainda a acontecer antes da «festa!» em iniciativas como a pesca desportiva, damas, xadrez, atletismo. Para dar uma ideia da dimensão que estas coisas têm em Setúbal, diga-se que o Torneio de Futebol de Salão envolve 804 atletas participantes distribuídos por equipas em concelhos como Almada (20 equipas), Palmela (18), Moita (4), Sesimbra (4), Setúbal (3) e Barreiro (6). Os torneios de



Da esquerda para a direita: Sílvio Soares, Joaquim Rema, António Joaquim e Vítor Pinho

chinquillo malha grande, malha pequena e conquinha envolvem 277 participantes. O tiro ao alvo antes da «festa!» terá no distrito de Setúbal três torneios. O primeiro já decorreu e os próximos serão no Ramiro da Costa a 9 de Agosto e no dia 23 nas instalações do Estrelas da Fonte Santa. Participantes são cerca de 480! Finalmente, nesta listagem impressionante de participações no desporto de promoção à Festa do «Avante!», refira-se a prova de cicloturismo que

se realizará no domingo anterior ao começo da «festa!», para a qual se espera uma participação acima de 500 cicloturistas para um circuito que ligará a Atalaia a Almada, passando pelo Seixal e regressando à Atalaia. Esta equipa organizadora das iniciativas de promoção do desporto da «festa!» trabalha em conjunto já há dois anos, e envolve amigos que não são militantes do PCP, tal como aliás acontece nas competições propriamente ditas. Um facto que acontece com naturalidade,

já que este tipo de iniciativas oferece condições para uma participação desportiva e competitiva raras de encontrar. Por exemplo, Joaquim Rema foi um dos campeões de futebol na Festa do «Avante!» de 1979, sendo o caso de um desportista que passou a organizador e que participa nos torneios na qualidade de árbitro. Sílvio Soares, por seu lado, é um homem há muitos anos ligado à organização de torneios de xadrez e damas em várias autarquias e colectividades do distrito de Setúbal, estando envolvido em todas as mais importantes realizações do género na região, estando por isso ligado há alguns anos aos torneios da «festa!» naquelas modalidades. Vítor Pinho está ligado ao trabalho da concelhia de Almada, nomeadamente na organização do torneio de Futebol de Salão (em cujo concelho se reúne o maior número de equipas participantes na «festa!»). A final aliás já se realizou há duas semanas.

O Grupo de Chinquillo da Anunciada (Setúbal) venceu o Torneio Concelhio de Setúbal da Festa do Avante! e apurou-se para a final, a realizar na Quinta da Atalaia, a 4, 5 e 6 de Setembro.

A iniciativa decorreu no passado domingo, no campo dos Amigos do Chinquillo do Bairro Afonso Costa, e contou com a presença de 6 equipas. Do 2º ao 6º lugar classificou-se respectivamente a equipa A dos Amigos do Chinquillo, Algeruz, Pontes B, Amigos do Chinquillo B e Pontes A.

João Formiga, da equipa vencedora, arrebatou ainda o primeiro lugar da malha corrida e recebeu a medalha do jogador mais idoso (84 anos). A medalha do mais jovem foi entre a Miguel Pincelheiro, das Pontes (20 anos). O jogador mais pontuado foi Joaquim Nogueira, de Algeruz.



Valdemar Santos, que fez a entrega dos prémios em nome do PCP, salientou que «neste torneio da Festa do Avante!, como em muitos outros que as próprias equipas realizam ao longo do ano, não há propriamente vencedores e vencidos, porque prima o espírito da amizade e da solidariedade.

Mas temos pela frente duas batalhas que importa aos trabalhadores e ao nosso país, e só a eles, vencer: a batalha contra as alterações à Lei Laboral e a batalha contra o Tratado de Maastricht, em defesa da independência e soberania nacionais. Nestas matérias, não é indiferente sabermos quais os vencedores!»

Viseu

O Pátio Beirão

Viseu esteve sempre presente na Festa com o melhor da sua gastronomia regional, procurando desta forma proporcionar aos visitantes o contacto com os paladares desta região beirão.

Este ano poderá visitar o «Pátio Beirão», restaurante que tem dos melhores pratos e vinhos que se servem na Festa.

A sopa de cebola, os rojões à moda da Beira, as favas à beirão, o peixe do rio em molho de escabeche e um foliar de Vouzela regados com os melhores vinhos (tintos e brancos) do Dão, Terras do Demo ou Lafões, são um ótimo manjar para quem na «Festa do Avante!» gosta de apreciar o que de melhor se come por este País.

O «Pátio Beirão», identificado com pormenores de Viseu, pela sua localização proporcionará a visita do palco principal e outros pontos importantes da festa, e enquanto se delicia com qualquer destas especialidades poderá ouvir as músicas da Beira Alta em animado

ambiente. De Viseu vai muita gente à Festa. Está em organização uma excursão, que parte às 6.30 horas de sábado 5 de Setembro e que regressa pelas 23 horas de domingo, dia 6. Estão abertas inscrições no Centro de Trabalho do PCP de Viseu e ainda em Mangualde, Nelas e Carregal.



Bragança

No Pavilhão-Bar de Bragança na Festa do Avante há um espaço reservado à arte: a fotografia com imagem da vida na região. E há sobretudo uma grande vontade em partilhar com os visitantes da Festa a gastronomia e os vinhos do Nordeste.

Lá pode-se saborear os pratos habituais das feiras e romarias: o rancho e a feijoadá transmontana; as apreciadas alheiras de Mirandela; o salpicão e canelos (pernis de porco fumados); as trutas do Tuela ou Baceiro; as azeitonas e o saboroso pão de centeio.

Para acompanhar pode-se escolher um dos bons vinhos da região: Vila Flor, Macedo de Cavaleiros ou Sendim. Na secção de venda de produtos regionais há artesanato nordestino: as máscaras de madeira de Ousilhão, a cestaria de Cidões, a cutelaria de Palaçoulo e produtos que a terra produz e o homem transforma: Vinhos, bagaceiras e aperitivos de Vila Flor, Casal de Vale Pradinhos, Macedo de Cavaleiros e Sendim; azeite, mel e queijo duro de ovelhas famadas e típicos produtos da Terra Quente transmontana.

Aveiro

Recriar um castelo

A Organização Regional de Aveiro do PCP vai levar à Festa aspectos da actividade dos comunistas no distrito (em exposição alusiva), a gastronomia da região, o folclore e a animação musical.

O castelo de St.ª Maria da Feira nos seus traços característicos é o motivo da implantação do espaço de Aveiro, que inclui ainda uma exposição da sua história. Prato forte desta presença é sem dúvida a gastronomia da região. O leitão da Bairrada é o rei. Servido em prato ou em sandes, acompanhado com vinhos da Bairrada, Branco Velho e Tinto, bem como o Castiço e Espumoso que dispensam comentários. E as enguias de escabeche, apenas para os apreciadores. No restaurante há música e animação com o conjunto Iconevadis. Os ovos moles tradicionais serão o cartão de visita para a doçaria regional, bem acompanhados do Pão de Ló de Ovar, Caladinhos e Fogaças da Feira. De Aveiro vai muita gente à Festa. Nesta altura organizam-se excursões que partem de S. Paio de Oleiros, Espinho, Ílhavo, Mealhada e Águeda. As inscrições nestas excursões estão abertas nos centros de trabalho do PCP na região.

Muitas organizações do PCP vão recriar na «festa!», como motivos decorativos, elementos do património edificado das regiões que representam. Um exemplo será o espaço da Organização Regional de Braga que receberá os seus visitantes com uma réplica do Arco da Porta Nobre, um dos ex-libris da cidade, que «estará» na Atalaia numa reconstituição muito próxima do tamanho natural daquele monumento do século XVIII

JORNADAS DE TRABALHO MILITANTE

Avante com a construção da NOSSA Festa do «Avante!» 92!

Lista de disponibilidades (assinalar com uma cruz os compromissos)

Organização:

Meses	JUNHO							JULHO							AGOSTO							Os últimos dias antes da FESTA				
	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7		1	2	3	4
NOMES																										
PROFISSÃO																										

Só faltam 10 jornadas antes da «Festa!»

Há muito que fazer na Atalaia e todos os esforços são necessários para ajudar a edificar mais uma Festa do «Avante!». Gente com ou sem especialização pode contribuir para a construção da cidade dos três dias, participando nas Jornadas de Trabalho. Faltam apenas dez, inscreva-se numa delas (pelo menos), contactando o Gabinete da Festa do «Avante!» pelos telefones 793 09 73 ou 796 91 47, ou ainda o colectivo da Atalaia. Vamos lá ajudar!

Avante com a venda antecipada da EP



30 de Agosto
Quinta da Atalaia

Compra já a tua EP, ingresso e título de solidariedade para com a Festa do «Avante!»

1.º Prémio:
Duas viagens à Tunísia em colaboração com Agiturismo



2.º Prémio:
Câmara de filmar vídeo modelo SV500/Super VHS

3.º Prémio:
50 contos em livros em colaboração com a CAMINHO

imediatos que inspiram, movem e determinam a acção que quotidianamente desenvolvem.

Se se fala em socialismo e em democracia não bastam afirmações e definições proclamadas em abstracto. Importa analisar no concreto a actuação e o comportamento. No que se refere a partidos e no que se refere a governos.

Falando de Portugal, é curioso anotar que aqueles que defendem e conduzem no concreto uma política antidemocrática acusam os comunistas de não serem democratas. Já Salazar o fazia. E são os comunistas, não apenas por declarações, mas por dezenas de declarações, mas por dezenas de anos de luta e de dezenas de anos de provas dadas ao longo de 71 anos de existência do seu partido, que se revelam e confirmam dia a dia ser os mais coerentes e firmes lutadores pela liberdade e a democracia.

Esclarecedor é um breve confronto entre a política do governo actual e a actuação do Partido Comunista.

O Governo proclama diariamente a democracia, mas no essencial a sua política, as suas decisões e medidas concretas, são dirigidas contra a democracia política, contra a democracia económica, contra a democracia social e contra a democracia cultural.

Contra a democracia política - governamentalizando todo o poder político, negando independência aos tribunais, liquidando instrumentos e mecanismos legais de fiscalização da acção governativa, alargando o âmbito do segredo de Estado, limitando os direitos de organização, pretendendo liquidar praticamente o direito à greve, fabricando novas leis eleitorais antidemocráticas, tentando tutelar o poder local, abafando inquéritos parlamentares à actuação do Governo, instrumentalizando a Televisão e outros grandes meios de comunicação social.

Contra a democracia económica - procedendo a uma vertiginosa centralização do capital e da riqueza, através de um processo escandaloso de privatizações, do esbulho de bens do Estado, da entrega fraudulenta de empresas e sectores básicos aos antigos grandes monopolistas do tempo do fascismo e a novos grandes grupos económicos constituídos no mar sujo das privatizações, da especulação financeira e do desvio de fundos da CEE dos seus verdadeiros objetivos.

Contra a democracia social - com a liquidação de direitos vitais dos trabalhadores, a queda dos salários reais, a degradação dos serviços públicos da saúde e do ensino, as pensões de miséria, as crescentes discriminações das mulheres, o alargamento das manchas de pobreza acompanhando a centralização dos capitais e a formação de grandes fortunas.

Contra a democracia cultural - restringindo o âmbito de fruição dos bens culturais e o livre desenvolvimento das formas populares de criação e fruição, aplicando medidas de efectiva censura, impondo uma política de educação marcada por critérios e discriminações de classe e promovendo o reavivar de valores obscurantistas do passado.

E, complementariamente, procurando inserir e encobrir toda esta política antidemocrática numa pretensa necessidade e inevitabilidade internacional, aceitando graves limitações à independência e soberania nacionais no quadro de uma União Europeia comandada pelos países mais fortes e mais ricos.

E o Partido Comunista?

Toda a sua história ao longo de 71 anos (durante os 48 anos de ditadura fascista, na revolução de Abril e desde então) está marcada não apenas em teses programáticas mas na acção pela luta pela democracia nas suas quatro vertentes: a política, a económica, a social e a cultural. E assim como a política antidemocrática caminha a par da aceitação de graves limitações à independência, assim a luta pela democracia e o socialismo é inseparável da luta em defesa da independência e da soberania nacionais.

O actual Programa do PCP propõe ao povo português «uma democracia avançada no limiar do século XXI». Os seus objetivos, largamente desenvolvidos, resumem-se em seis componentes essenciais: um regime de liberdade no qual o povo decida do seu destino, um estado democrático, o desenvolvimento económico assente numa economia mista, uma política social que garanta a melhoria das condições de vida do povo, uma política cultural que assegure o acesso generalizado à livre criação e fruição culturais, uma pátria independente e soberana com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos.

25 DE ABRIL



No nosso horizonte está uma sociedade socialista e é uma ideia essencial a reter que o **nosso projecto de socialismo incorpora, desenvolve e enriquece os elementos fundamentais de democracia avançada que propomos.**

Um projecto válido de sociedade socialista

Muito antes da derrocada da URSS e dos outros regimes do leste da Europa já o PCP tinha inscrito no seu programa soluções diversas daquelas que caracterizaram o «modelo» que fracassou, embora não tivéssemos explicitado a seu tempo as nossas discordâncias com ele.

Os acontecimentos, a análise feita, a reflexão que se impunha, reforçaram a clara definição de objetivos da sociedade socialista para o futuro de Portugal no desenvolvimento e aprofundamento da democracia que actualmente propomos.

Propomos o poder do povo, assegurado e institucionalizado na estrutura do próprio poder político e do Estado e em formas participativas.

Propomos uma democracia política e as liberdades e direitos dos cidadãos, incluindo a liberdade de imprensa, o direito de formação de partidos políticos, a liberdade sindical, como parte integrante do regime.

Propomos estruturas socioeconómicas assentes na propriedade social dos sectores básicos, mas incluindo formações económicas diversificadas e descentralizadas, assegurando sistemas de gestão em que os trabalhadores estejam directamente empenhados e tendo em consideração o papel do Estado.

No que respeita ao Partido, concebemos o Partido como um grande e democrático colectivo combatente, estreitamente ligado aos trabalhadores e às massas populares, com uma base teórica desdogmatizada, dialéctica e criativa.

Uma questão que se coloca com particular premência na actualidade é a do condicionalismo que a situação internacional e no que respeita à Europa, o condicionalismo que aos países membros da CEE a integração coloca a qualquer projecto democrático próprio e mais ainda a um projecto socialista.

Trata-se de uma questão que não pode ser arrumada com a afirmação simplista de que a integração exige uniformidade de estruturas económicas e de regimes políticos.

A divisão internacional do trabalho, a internacionalização dos processos produtivos, a intensa e profunda cooperação internacional, constituem necessidades objectivas colocadas pelo avanço vertiginoso da ciência e das tecnologias. São necessidades objectivas do desenvolvimento económico e socio económico seja no sistema capitalista, seja no sistema socialista.

Uma coisa é porém uma intensa e profunda cooperação internacional e sistemas de integração que a traduzam. Outra são sistemas de integração com instâncias supranacionais que acabam por impor aos países mais pequenos, mais fracos e mais

pobres os interesses e a vontade dos países maiores, mais fortes e mais ricos. Defendemos uma política portuguesa no quadro da CEE. Mas opomo-nos à transformação do Mercado Comum numa União Europeia, federalista, com instâncias supranacionais que significam, se for aprovado o Tratado de Maastricht, gravíssimas limitações à independência e soberania nacionais, retirando nomeadamente aos mais pequenos países (como é o caso de Portugal) a competência para decidir da sua política económica, do seu desenvolvimento, da sua política financeira e monetária, da sua política externa, da sua política de segurança, da sua política de defesa.

As chamadas «coesão económica» e «coesão social» que ficam à margem como declarações piedosas mas avança para uma política económica comum, uma política externa comum, uma política de segurança comum, uma política de defesa comum, políticas comuns - políticas comuns obrigatórias para todos mas efectivamente dirigidas pelos dois ou três maiores da União.

Creio ficar bem clara a fundamentação da atitude firme e coerente que assumimos dizendo «**Não a Maastricht**». É puro disparate ver neste Tratado um alargamento do internacionalismo em que a Esquerda deveria apostar.

A importância da questão justifica que acrescentemos mais algumas palavras sobre a matéria.

A Europa é um continente cuja realidade histórica e realidade actual acusam a fortíssima afirmação de identidades nacionais, definidas através de muitos séculos de formação e de vida. **O projecto de uma Europa federal, dispondo de poderes centralizados supranacionais, se vier a concretizar-se não resistirá, a curto ou a médio prazo, às provas da história.**

Torna-se legítima a advertência (baseada na experiência e na história dos povos e dos Estados, tanto de sistema capitalista, como de sistema socialista) de que a **institucionalização da supranacionalidade em desfavor das nações e estados mais fracos é um caldo de cultura para conflitos nacionais e explosões exacerbadas de nacionalismo.**

Assistimos na actualidade a tais conflitos e explosões no quadro interno de alguns Estados. De reacar que nos venham a surpreender no quadro mais amplo de relações internacionais.

Ao contrário do que afirmam os defensores do federalismo europeu, a **independência das nações e a soberania dos Estados é, no complexo quadro nacional da actualidade, uma contribuição para a evolução das sociedades no sentido da liberdade, da democracia, do progresso social.**

Não são de aceitar poderes supranacionais que amarrem para sempre os povos a um sistema capitalista imposto do exterior e impeçam a possibilidade de um povo optar pelo socialismo.

O capitalismo sistema que não serve

O capitalismo pretende aparecer neste final de século como um sistema triunfante, pleno de virtualidades, como único sistema capaz de resolver os grandes problemas da Humanidade.

A história do século XX aponta-nos entretanto um sinistro historial do capitalismo. Não apenas com as características intrínsecas e genuínas do sistema e da sua natureza de classe: exploração, desigualdades, injustiças e flagelos sociais. Fazem parte inseparável da história do capitalismo no século XX sangrentas ditaduras fascistas e reaccionárias, repressões violentas dos povos, esmagamento de justas revoltas democráticas e nacionais, duas guerras mundiais que causaram muitas dezenas de milhões de mortos, numerosas guerras de agressão, guerras coloniais, agressões militares, gigantescas operações de genocídio, operações de terrorismo de Estado, redução de centenas de milhões de seres humanos à fome, à miséria, à doença, ao obscurantismo e à morte.

O historial do capitalismo é tão esmagador que o capitalismo e os capitalistas têm por vezes vergonha do próprio nome. Resuscitam por um lado como últimas novidades as velhíssimas fórmulas de «democratização do capital» e do «capitalismo popular», insistem por outro lado em substituir por palavras mais inofensivas os nomes malditos, chamando ao capitalismo «economia de mercado» e aos capitalistas «empresários».

O capitalismo conseguiu é certo grandes êxitos no domínio da ciência, da técnica, da tecnologia, do desenvolvimento das forças produtivas.

Mas duas características básicas do capitalismo se mantêm: a sua natureza exploradora e a sua natureza agressiva.

Esta problemática suscita reflexão não apenas relativamente à teoria, mas à caracterização da política e da acção concreta de governos e estados.

A divisão da sociedade em classes, as contradições de classes, a natureza de classe das políticas dos governos e da estrutura dos Estados, e a luta de classes como tradução viva destas realidades sociais, são questões que legitimamente devem ser examinadas no terreno da teoria. Mas a **teoria relativa à realidade social não pode ser elaborada fora da análise dessa mesma realidade e de olhos fechados para essa realidade.** E a reali-



CONFERÊNCIA DE ÁLVARO CUNHAL

dade confirma ideias fundamentais de Marx e Lênine sobre esta matéria.

Se, por exemplo, um governo prossegue uma política de protecção ao grande capital, de esbulho de bens do Estado e sua entrega aos capitalistas, de concentração e centralização do capital, ao mesmo tempo que impõe novas formas de exploração e a liquidação de direitos vitais dos trabalhadores, incluindo o direito à greve, que aprofunda as discriminações e desigualdades sociais no domínio da saúde, do ensino e da habitação, que reprime os trabalhadores e dá cobertura a todas as ilegalidades dos seus exploradores, tal política confirma a sua própria natureza de classe e, no plano institucional, testemunha a luta de classes como eixo e motor da política do governo e do Estado.

No que respeita à natureza agressiva do capitalismo reflexão semelhante se impõe.

O capitalismo como sistema mundial (o imperialismo) sofreu grandes transformações desde que Marx e Engels lançaram o Manifesto Comunista em 1848. Lênine sistematizou as transformações desde então verificadas no seu célebre livro sobre o imperialismo. Nos 70 anos que decorreram desde a obra de Lênine, o capitalismo sofreu novas e profundas transformações, que estão entretanto no plano teórico por sintetizar com rigor.

A vida e as relações económicas mundiais, as pressões, imposições e bloqueios económicos impostos aos países mais fracos, a política externa dos principais países capitalistas, a nova ordem internacional compreendida como a pretensão de restabelecimento da hegemonia mundial, a imposição pela força das armas aos povos mais fracos de soluções sobre questões da sua política interna pelos Estados Unidos e agora também pela Comunidade Europeia - exemplos tão esclarecedores como a intervenção em Granada, a invasão do Panamá, o odioso apoio financeiro e militar a movimentos terroristas contra países do Terceiro Mundo, a guerra do Golfo, as agressões à Líbia, a intervenção na Jugoslávia.

O imperialismo procurou justificar os sistemas militares integrados - nomeadamente a NATO - pela ameaça militar soviética e pela política dos blocos. Desapareceu a ameaça soviética. Desapareceu o bloco comunista. E entretanto a NATO reforça a sua capacidade operativa e a CEE apressa o seu próprio sistema militar integrado com a declarada intenção de intervenção e imposição de vontade própria em vastas regiões do globo.

Esta realidade indica que o capitalismo não é um sistema único e final, não é um sistema que possa dar resposta aos mais graves e profundos problemas da sociedade e do mundo, e pelo contrário ofende, contraria e reprime necessidades vitais, aspirações legítimas e vontades expressas dos povos.

As alianças sociais e a unidade das forças de esquerda

É um conhecimento elementar que o desenvolvimento do capitalismo provoca profundas alterações na composição social das sociedades, tanto nos países mais desenvolvidos, como nos países em vias de desenvolvimento e nos países do chamado Terceiro Mundo.

Por isso, há muito se discutem as modificações que esse processo de desenvolvimento provocou no âmbito e na composição da classe operária, na classificação de classe de intelectuais e quadros técnicos, no peso e características de classe da população agrícola. Trata-se de um tema apaixonante, profusamente abordado. Pode dizer-se entretanto que as respostas são contraditórias e provisórias e que não é a insistência na certeza afirmada de algumas respostas que lhes confere maior rigor e credibilidade.

As alterações produzem-se a nível mundial mas apresentam diferenciações importantes de país para país.

Se se fala nos conflitos de classe, na arrumação de forças de classe, nas chamadas alianças de classe, é necessário ter em conta a existência dessas diferenças entre os vários países (além



de diferenças de regimes políticos e de políticas de governo). Não existe qualquer receita universal, que possa considerar-se válida, de uma política de alianças.

Em Portugal, por exemplo, vivendo-se actualmente um processo de reconstrução e restauração dos grandes grupos monopolistas e do capitalismo monopolista de Estado, consideramos que o sistema de alianças contra tal processo comporta a classe operária, os trabalhadores assalariados em geral, os pequenos e médios agricultores, os intelectuais e quadros técnicos e forças sociais com interesses específicos como os reformados, a juventude e as mulheres.

Noutros países e em diferentes momentos a arrumação das forças de classe é necessariamente diferente.

Quando se aborda o sistema de alianças não é porém só da arrumação das forças sociais de que se fala mas também da arrumação e alianças das forças político-partidárias.

A este respeito pode também dizer-se que não existe uma arrumação e um sistema de alianças válido para todos os países, incluindo os países capitalistas com sistemas de maior semelhança, como é o caso da Europa.

O problema da chamada «Esquerda» tem de considerar-se neste contexto. Por vezes fala-se de Esquerda com uma ideia estereotipada que se forma mais a partir dos nomes do que da política real dos partidos. Observa-se então com mais frequência que ideias defendidas no plano geral e internacional são desmentidas por realidades nacionais.

Foi por exemplo frequente em tempos recentes partidos comunistas europeus privilegiarem em termos gerais, como expressão central da unidade de esquerda, a unidade (ou, se se quiser, a aliança) de partidos comunistas e socialistas e social-democratas. É porém curioso que alguns desses partidos, ao mesmo tempo que estabeleciam relações privilegiadas com partidos socialistas e social-democratas de outros países, consideravam e afirmavam que, no seu próprio país, esses partidos conduziam uma política de direita.

Se se fala de esquerda e direita, a política e o posicionamento de tal ou tal partido na arrumação de forças político-partidárias não se pode nem deve definir pelos nomes, mas pela realidade da sua orientação e acção.

Portugal oferece a este respeito situações curiosas.

O partido que está no governo e tem maioria na Assembleia da República chama-se Partido Social-Democrata. Mas este nome é manifestamente um nome de empréstimo e cobertura a este partido que é sem contestação o maior partido de direita, cuja política se pode sem qualquer exagero caracterizar como antide-mocrática.

O Partido Socialista, partido do qual foi secretário-geral o actual Presidente da República, Soares, pela sua composição e posições políticas é um partido democrático mas dificilmente se pode considerar na actual conjuntura um partido com uma política de Esquerda, uma vez que, em numerosas questões centrais da política nacional (revisão da Constituição e das leis eleitorais, reconstituição do capitalismo monopolista, liquidação de direitos dos trabalhadores, etc.), se identifica com a política e acção do governo de direita e com este colabora.

O PCP, na sua luta contra a política de direita, tem uma política unitária diversificada. Dinamiza movimentos sociais unitários (sindical, campesino, de intelectuais, da juventude, de mulheres) assim como as mais variadas formas de organização e associação de massas. Constituiu uma Coligação Democrática eleitoral com o Partido Ecologista dos Verdes e com milhares de democratas independentes, obtendo uma dinâmica representação parlamentar e a maioria e a responsabilidade da gestão municipal em vastas e importantes regiões; insiste ao mesmo tempo na necessidade de unidade ou convergência dos democratas, nomeadamente do PCP e do PS. Uma valiosa concretização desta orientação é o município de Lisboa, onde uma coligação do PCP com o PS alcançou a maioria, afastou a direita que havia 11 anos detinha o poder, e assegura actualmente uma gestão municipal comunista-socialista na capital do país.

Com características diferenciadas, problemas semelhantes se verificam noutros países.

E daí a legítima busca de novas formas de cooperação, aliança, convergência e unidade.

Em vários países, com base em diversos partidos e outros agrupamentos políticos e sociais, procurando abranger novos

movimentos e novas forças como é o caso dos ecologistas, constituíram-se (em diversos casos por iniciativa de partidos comunistas ou de partidos que deixaram de o ser) movimentos e organizações que, com um ou outro nome mas contendo os conceitos de Unidade e de Esquerda, se apresentam como representando a Esquerda e como força alternativa aos partidos de direita e aos partidos socialistas e social-democratas.

Em alguns casos, esses movimentos ou organizações aproximam-se dos partidos socialistas e social-democratas, nos objectivos programáticos e na forma de intervenção. Mas tem de dizer-se que, pelo menos em alguns casos, a sua influência na sociedade, nomeadamente a sua influência eleitoral, é mais reduzida do que já foi (e a nosso ver pode ser) a influência dos partidos comunistas.

Não contestamos que possa haver razões para tais concepções, iniciativas e práticas.

Consideramos entretanto que se tais concepções e práticas significam o apagamento, a diluição ou mesmo a dissolução dos partidos comunistas em tais movimentos ou organizações de carácter unitário, a esquerda não se fortalece, antes sai enfraquecida de tal evolução. Continuamos a pensar que, não apenas em Portugal, os partidos comunistas são necessários aos trabalhadores, ao povo, aos países respectivos.

Os partidos comunistas partidos necessários

É tão forte a nossa convicção de que os partidos comunistas são necessários aos povos, às sociedades e ao mundo, que outra convicção se fundamenta na primeira: a convicção de que em países onde desaparecem os partidos comunistas, os trabalhadores, os povos, as forças progressistas acabarão por criá-los de novo.

Não certamente seguindo qualquer modelo ou a cópia de orientações e soluções alheias. Mas no quadro de uma profunda reflexão e renovação e de respostas criativas aos desafios que as mudanças da situação exigem, com aspectos fundamentais da sua identidade comunista no que respeita a objectivos políticos, à ligação aos trabalhadores e às massas populares, à coerência, à convicção, à coragem e ao amor pela verdade.

As ideias de que o comunismo morreu e de que o capitalismo renovado é o sistema universal capaz de resolver os problemas da Humanidade, são acompanhados de uma outra ideia que decorre das primeiras: que os partidos comunistas não têm mais razão de existir, que estão condenados a desaparecer no imediato ou a um «declínio irreversível» que os conduziria também ao desaparecimento num breve espaço de tempo.

Estas ideias encontram repercussão pelo facto de que, em vários países, partidos comunistas decidiram abandonar os seus objectivos revolucionários, a sua natureza de classe, a sua ideologia, os critérios próprios de democracia interna, as suas posições internacionalistas para se transformar em partidos social-democratas ou social-democratizantes.

É talvez ao facto de haver também quem defenda a dissolução dos partidos comunistas em novos movimentos políticos que possivelmente se refere a temática «nuevas izquierdas emergentes» do «curso de verão» em que se integra esta conferência.

Nós, os comunistas portugueses, temos opinião contrária se a ideia é considerada em termos gerais e universais. E contrária na concepção, na prática e na vida relativamente ao nosso próprio Partido.

Relativamente ao nosso próprio partido não desapareceram, antes se reforçam, as motivações que estão na origem da sua criação, que inspiraram ao longo de muitas dezenas de anos a sua luta e que mantêm necessária e viva a sua presença e intervenção na sociedade portuguesa. É uma realidade histórica que o PCP tem sido ao longo do século a força mais coerente, mais firme e mais dedicada na luta pela liberdade, a democracia, o progresso social e a independência e soberania nacionais. A luta por estes objectivos ficaria gravemente enfraquecida e mesmo comprometida se o PCP deixasse de existir. Não é concebível a Esquerda sem o Partido Comunista.

Pelo nosso lado, a evolução do mundo não alterou a necessidade para os trabalhadores, para os povos, de terem um partido próprio que lute pela sua libertação da exploração e da opressão, um partido com uma política inteiramente independente dos interesses, da ideologia, da influência e das formas de actuação das classes exploradoras que dominam a sociedade e governam o Estado.

Finalmente, tão-pouco alteram a necessidade de uma força política de combate que ponha em causa, não apenas a política de direita em tal ou tal conjuntura mas o próprio sistema capitalista, e mantenha vivo o projecto de uma sociedade nova e melhor, uma sociedade socialista.

É com estas convicções profundas que vos falo. Creio que elas nascem da própria vida social e a esta respondem. Por isso, ao analisarmos e reanalisarmos o passado e ao intervirmos no presente, estamos voltados para o futuro.

Eleições americanas

Tempestade no deserto

Com o afastamento de Ross Perot da corrida à presidência dos Estados Unidos, com a subida nas sondagens da popularidade de Clinton, o candidato democrata, as eleições americanas vão mais uma vez ser decididas entre o burro e o elefante, isto é, entre os candidatos dos partidos «tradicionais», respectivamente o Republicano e o Democrata. Apesar da distância a que vêm, as presidenciais ocupam os candidatos, tanto Bush como Clinton. E as decisões que tomam visam quase exclusivamente esse desafio eleitoral. Só que, pelo andar da carruagem, corre-se o risco de ver as eleições serem ganhas fora do campo. Apesar dos enormes problemas internos que os Estados Unidos atravessam — e o económico é o maior deles — este jogo «democrático» está a deslocar-se rapidamente «e em força» para um teatro onde já se jogou um drama: o Iraque. Nos bastidores, o secretário de Estado, James Baker, ajuda como pode, tentando deitar água nas fervuras do resto do Médio Oriente. Por seu lado, o vice-presidente Quayle, cujo passado de ultra e cuja desastrosa actuação no papel poderiam manchar a já pobre imagem de Bush, anunciou a intenção de se apagar.

Depois do anúncio da desistência, Perot, que não chegara a anunciar a candidatura, é agora assediado pelos muitos apoiantes, e por alguns que se consideram mesmo lesados, não apenas nas suas esperanças mas até nos empregos que alguns deixaram para participarem activamente na pré-campanha. Um grupo de apoiantes ameaça mesmo processá-lo, alegando terem gasto tempo e dinheiro. O recuo de Perot parece, no entanto, irreversível, acabando com o sonho que alguns manifestavam de trocarem a sua condição pela de empregados do presidente. Uma coisa é certa, a acreditarmos em sondagens: os americanos querem mudar. Se não for Perot a concretizar essa mudança, ao menos que seja Clinton. É o que se retira dos números que ainda na semana passada davam Bill Clinton como favorito, apresentando uma vantagem de 30 pontos percentuais sobre o seu rival. Com efeito, o candidato democrata arrecadava 63 por cento das intenções de voto, enquanto que o Presidente Bush, republicano, apenas registava 33 por cento. Estes números, publicados pela «Louis Harris and Associates» não são desmentidos no essencial por uma outra sondagem efectuada mais ou menos simultaneamente pela CNN-USA Today, que dava a Clinton 54 por cento e a Bush 34, considerando o resto como indecisos.

Que mudança promete, entretanto, o opositor de Bush? Como sempre, nada de realmente decisivo. Num país cercado pela crise, em que se sucedem os encerramentos de empresas e a falência de bancos, a situação social é preocupante. O Departamento de Estado do Trabalho anunciou que, na primeira semana do corrente mês, os pedidos de subsídio de desemprego aumentaram nada menos que 2,1 por cento, atingindo o número de 422 mil pedidos a 11 de Julho, registando o nível mais elevado dos últimos dois meses. Neste período,

19 mil pessoas candidataram-se à atribuição de subsídio, contra as previsões do Departamento do Trabalho que esperavam «apenas» 10 mil. No mês anterior, a taxa de desemprego atingia o seu nível mais elevado dos últimos oito anos — 7,8 por cento.

«Aqui é a América!»

Face a esta situação, que diz Bill Clinton, o homem da «possível mudança»? Nada que revele a intenção de tomar medidas radicalmente novas. «Queremos devolver a este país um verdadeiro sentido comunitário e de solidariedade», declarou ele em Saint Louis, no Missouri, ao encerrar na semana passada uma maratona eleitoral de cinco dias. «Aqui é a América, actuemos de novo como ela!», disse ainda, segundo o despacho da Lusa, de 23 do corrente, que fala de «25 mil apoiantes entusiastas», das caravanas em que participaram Clinton e Al Gore, das suas mulheres, dos estados que atravessaram «sempre entusiasticamente recebidos».

Acrescentava ainda o despacho da Lusa que Clayton Yeutter, um dirigente da campanha rival dos republicanos, embora reconhecesse o «interesse» que provocara a jornada democrata, comentava que esta «não trouxe nada de novo em matéria de respostas aos problemas». E o despacho continuava: «Esta digressão eleitoral decorreu numa altura em que as sondagens confirmam que Clinton conta com um sólido avanço nas intenções de voto e aumentam as especulações de que o Presidente George Bush vai entregar a direcção da sua campanha ao secretário de Estado James Baker». Al Gore comentaria estes rumores classificando-os como «sinal de pânico na Casa Branca».

Mas que tem feito Baker, senão a campanha possível para George Bush? No momento em que, à falta de propostas «para resolver os problemas», o prato forte da

campanha parece virar-se «para fora» dos Estados Unidos, Baker anda numa rodaviva no seu princípio pelo Médio-Oriente.

Almoça no Cairo com Mubarak, vindo de Damasco, onde falara com o seu homólogo sírio, Faruk al Chara. Aí declara que os EUA fazem depender as garantias bancárias a Israel à suspensão da construção de colonatos no Golan, na faixa de Gaza e na margem ocidental do Jordão, em territórios ocupados pelos israelitas. No mesmo dia, volta à Síria. No Cairo, antes de partir, garante já que obteve garantias de Rabin, o novo Primeiro-Ministro de Israel, de um «corte drástico» nas construções dos colonatos. Na Síria, ao fim do dia, encontra-se com Assad. Na manhã seguinte chega ao Líbano, por estrada, encontrando-se com o Presidente Kahleh e, em Beirute, com o Primeiro-Ministro e o ministro dos Negócios Estrangeiros. Daí, parte para a Arábia Saudita, deixando pelo cami-

positivo avanço nas negociações entre árabes e israelitas? Preparar o terreno para nova intervenção dos Estados Unidos contra o Iraque?

Eleições no «deserto»

É, com efeito, para o Iraque, que se voltam as atenções dos americanos. O mesmo é dizer que o mundo volta os olhos para aquela devastada zona, na expectativa do pior.

Com o pretexto da recusa das autoridades iraquianas em deixar entrar no edifício do Ministério da Agricultura, em Bagdad, a equipa de «peritos» da ONU encarregados de «verificar» se existem ou não programas de armamento nuclear ou químico no país, a administração dos EUA volta a agitar o espectro da guerra.

Os «peritos» acampam durante duas semanas em frente do edifício, onde, segundo afirmaram, «suspeitam de existirem dados sobre armamento químico e bális-

deixaram entender que não excluem qualquer solução, incluindo a solução militar. Penso que, se enviarmos um ultimato, nada deve ser excluído»...

Sob a pressão dos Estados Unidos, como se vê, todos se mobilizam. Em Istambul, o primeiro-ministro turco, Demirel, adianta que o seu país actuará «segundo as decisões da ONU», e revela que «não está prevista de momento» a utilização da base turco-norte-americana de Incirlik.

Na passada quinta-feira, Bush e os seus colaboradores do Pentágono «examinaram diversas opções militares» contra o Iraque. O secretário da Defesa, Dick Cheney, e o Chefe do Estado-Maior, Colin Powell, declaram que, a haver intervenção, esta deve ser efectuada «inteligente e calmamente». Expressões como «prudência e circunspeção», «agir com precisão e força», revelam que os Estados Unidos pretendem reeditar a «guerra cirúrgica» mostrada ao mundo pela CNN e comentada por Albarran...

Aliás, a comunicação social afecta aos «aliados» desencadeou logo as operações. Ia haver golpe no Iraque. Saddam tinha sido destituído. Talvez estivesse morto. As notícias verdadeiras, porém, vieram desfazer esta primeira cabazada de «informação». Saddam Hussein presidia na quinta-feira a uma reunião do Conselho Supremo do Comando da Revolução. Tarek Aziz, no mesmo dia, em Bagdad, afirmava que «o povo e os dirigentes do Iraque estão prontos a assumir as consequências» da recusa em autorizar a inspecção da ONU às instalações do Ministério da Agricultura, reiterando que o seu governo «está determinado a rejeitar todas as exigências que atentem contra a sua soberania».

Todos prontos para tudo...

As razões dos iraquianos não têm a divulgação que seria de esperar, se não se tratasse, como parece ser certo, de utilizar o pretexto da recusa do Iraque para desenvolver uma campanha em larga escala a favor de nova guerra que distraia os americanos do que realmente está em jogo no seu país e no mundo.

A «teimosia» iraquiana em não renunciar à soberania baseia-se, segundo as autoridades de Bagdad, na própria resolução 687 da ONU que, especificou Aziz, autoriza os técnicos a visitar «quartéis, fábricas, centros industriais», mas não os ministérios.

Tarek Aziz acusou os Estados Unidos de se servi-

rem da ONU «e em particular da Comissão Especial, para espiar o Iraque». «O Iraque», afirmou, «não tem problemas com o Conselho de Segurança, mas sim com os três países colonialistas que actualmente dominam aquela instância — França, Grã-Bretanha e EUA». Apelando ao Conselho de Segurança da ONU para que levante o embargo que há dois anos é aplicado ao Iraque, Aziz declarou que «as equipas de inspecção prosseguem uma actividade inútil, porque o Iraque respeitou os compromissos assumidos no quadro da Resolução 687».

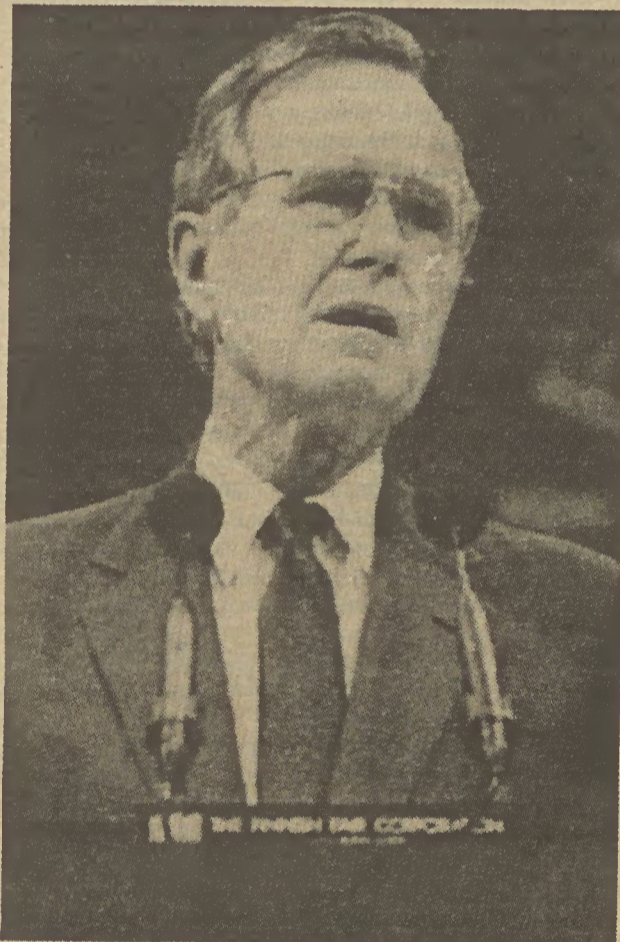
Em contrapartida, as autoridades iraquianas propuseram que inspectores de países neutros ou não alinhados pudessem inspeccionar o Ministério da Agricultura em substituição da equipa para ali enviada, ao mesmo tempo que manifestou a intenção de convidar para a visita jornalistas estrangeiros e diplomatas.

Optando pela política de força — repetindo a atitude que levou à Guerra do Golfo — anunciando medidas militares em vez de diligências diplomáticas, a administração Bush colocou de novo na ordem do dia a hipótese da guerra. O porta-voz da Casa Branca salientava já na semana passada que a situação era «a mais grave» depois da operação «tempestade no deserto». Na mesma altura registava-se um súbito crescimento de actividade na base aérea americana de Dharan, na Arábia Saudita, a mesma que foi usada para os bombardeamentos ao Iraque em Janeiro do ano passado. O porta-voz da Casa Branca anunciava entretanto que a modificação das manobras da Sexta Esquadra era «uma mensagem para Saddam Hussein».

Não longe dali, no final do seu périplo no Médio Oriente, James Baker garantia que os Estados Unidos «estão prontos para tudo»...

Face a estas pressões, Bagdad chega a acordo com a ONU, autorizando as inspecções aos Ministérios da Agricultura. Para os falcões de Washington tratou-se de um golpe baixo. O adjunto de Baker afirmava no domingo, em tom de queixa: «Mesmo que os iraquianos nos deixem entrar, isso não quer dizer que não aconteça mais nada».

O pior, nisto tudo, é que não são apenas os tradicionais falcões — o burro republicano — quem defende uma intervenção no Iraque para lançá-la na balança eleitoral. As pombas — o elefante democrata — apostam também na guerra. Clinton apressava-se a declarar, no Arkansas, que apoiaria a intervenção militar dos Estados Unidos, caso «a ONU decida fazer uso da força»...



Num país com graves problemas internos, a «saída airosa» para as eleições parece ser uma nova guerra. Tanto para Bush (na foto), como para o seu rival democrata

nho muitas palavras de júbilo pela forma como têm corrido as negociações na zona.

É nesse mesmo dia que começam os rumores da substituição de Baker. É mesmo adiantado o nome de Eagleburger, subsecretário de Estado. Apesar de oficialmente negados, estes rumores têm origem em fontes do próprio Departamento de Estado, indicando o nome de Baker para dirigir a campanha de Bush.

Que foi Baker fazer ao Médio Oriente? Tentar arrumar a casa? Produzir algum

tico». No mundo, as baterias da comunicação social «aliada» viram-se para o Iraque, que volta às primeiras dos jornais. O Conselho de Segurança, câmara de eco das intenções dos Estados Unidos, reúne e «discute» um ultimato.

À margem de qualquer decisão, os EUA e os seus aliados tomam as suas medidas. Sempre em nome da ONU. Em entrevista a um jornal parisiense, Roland Dumas, ministro dos Negócios Estrangeiros da França, afirma que «os americanos

Reforma da PAC

Dez sofismas laudatórios (2)

5. A Reforma da PAC é boa para o Terceiro Mundo. Vai significar abertura do mercado da CEE às produções agrícolas dos povos do Sul.

«É um crime contra o Terceiro Mundo» *dixit* B. Moura. Que assim clarifica a anterior PAC (antes da Reforma A. Cunha). «E o Terceiro Mundo ganha um novo mercado em que até agora não entrava» *dixit* Jorge Wemans.

Mentira. A CEE vai continuar tão aberta como antes ao Terceiro Mundo. A nova PAC, apesar dos acordos ACP (Acordos de Lomé), vai, tal como as restantes agriculturas e mercados de produtos agrícolas de outros pólos do capitalismo desenvolvido (EUA, Japão, etc.), prejudicar os países do Terceiro Mundo, sem possibilidades orçamentais de apoiarem os seus agricultores. «As multinacionais das «agro business», fundamentalmente marca EUA, continuarão com carta branca para pressionar os povos do Terceiro Mundo a produzir culturas de exportação a baixo preço, à custa das produções alimentares que necessitam.»

Há uma ligeira (!) confusão daqueles defensores do Terceiro Mundo: **é identificar nesta matéria os interesses do Terceiro Mundo com os interesses do Brasil, Argentina e Indonésia que, juntos ao Canadá, Austrália, Nova Zelândia, formam o Grupo de CAIRNS, de 14 países exportadores que representam 22% das exportações mundiais, e que nas negociações do GATT, em geral, sustentam as posições dos EUA.**

Contrariamente ao afirmado, a Reforma da PAC pode mesmo indiciar um possível agravamento da situação. A baixa dos preços dos cereais e o aumento da sua utilização na pecuária intensiva da CEE implicará uma necessária redução dos preços dos produtos de substituição dos cereais (PSC) (mandioca,...) que os países do Terceiro Mundo exportam (bem como os EUA). Há mesmo quem pense, na CEE, na criação de taxas aduaneiras sobre os PSC para incentivar aquela utilização dos cereais.

Outra «confusão» é pensar que a CEE produz café, cacau, chá, frutos tropicais, etc., e que portanto com a Reforma da PAC aquelas produções dos países do Sul vão entrar mais livremente no mercado comunitário! Ou então que a Nestlé, a Ferruzzi e outras multinacionais europeias vão passar a pagar melhor a exploração desenfreada que fazem dos agricultores desses países... Certamente por coincidência do destino o cacau atingiu, em 1992, o preço mais baixo dos últimos 20 anos!

Há de facto na CEE uma produção fortemente concorrente das produções do Terceiro Mundo: a do açúcar. Mas segundo a Comissão, a sua Reforma fica a aguardar melhores dias! Nem baixa de preços, nem redução de quotas, nem nada.

É que são os grandes países do Norte e as grandes superfícies desses países as que «absorvem» muitos milhões de «ECU» na produção da beterraba sacarina, para um açúcar que custa cerca do dobro do preço a que os países do Sul poderiam fornecer, se o mercado fosse livre! Uma tonelada de ramas na CEE custa cerca de 85 contos e nos países africanos anda à volta dos 30 contos.

Mas a CEE não só não abdica da protecção do seu mercado de açúcar, como ajuda a encharcar o mercado mundial, à custa de brutais subsídios à exportação!

6. A Reforma da PAC é boa para Portugal, porque se adapta às necessidades da nossa agricultura. É boa porque aumenta as transferências de fundos. É boa porque permite uma poupança de divisas na Balança de Pagamentos.

«Com a aprovação da Reforma (...) a Agricultura Portuguesa (passa) a dispor de uma política mais ajustada às necessidades.» Ministério da Agricultura *dixit*. «Em opinião global considera-se que os resultados alcançados para Portugal na recente negociação são positivos e favoráveis. (...) cerca de 36 milhões de contos o aumento das transferências anuais directas do FEOGA-Garantia (...) nos (...) «efeitos directos na Balança de Pagamentos, a melhoria (...) aproxima-se de 45 milhões de contos», Ministério da Agricultura (re) *dixit*!

Não há dúvida, não há pior cego do que aquele que não quer ver! Ou então aquele que tudo vê na óptica estreita do seu mealheiro!

Afinal a PAC - garantia de preços e escoamento, protecção face aos mercados internacionais - foi ou não uma política adaptada às economias agrícolas dos países da Europa após a II Grande Guerra? Foi ou não a política ne-

cessária para o crescimento da produção numa Europa carente de alimentos e com uma deficiente estrutura agrária?

Como é que a Portugal, encontrando-se exactamente nessa situação - produzindo pouco, importando muito - se ajusta então uma política de sentido contrário?

É evidente a enorme mentira da adaptação da Reforma aprovada às necessidades da nossa agricultura e do País.

Como é possível dizer que a Reforma da PAC se ajusta às nossas necessidades, quando o Governo deixou escandalosamente cair o princípio da especificidade da nossa agricultura? Quando, como se soube muito posteriormente, aceitou à porta fechada, sem dar conhecimento prévio à A.R., a liquidação da 2ª etapa do período de transição?

Como temos um grave, crónico e estrutural défice agro-alimentar, precisamos de produzir mais e vamos, segundo a Reforma, produzir menos.

Precisamos de utilizar bem todos os pedaços de terra boa que o País possui (e não são muitos como é sabido), e a Reforma quer que parte dessa terra seja posta em pouso. Quer que alguma dessa terra seja florestada.

Precisávamos de produzir melhor e a Reforma congela o subdesenvolvimento da nossa agricultura, ao desanimar o crescimento da produtividade por via da baixa dos preços, ao incentivar a extensificação de uma agricultura em geral muito pouco intensiva (das menos intensivas da CEE), ao estabelecer «patamares de produtividade» para Portugal muito abaixo das médias comunitárias. E não adianta dizer que os valores negociados são superiores aos actuais valores médios portugueses, porque certo e seguro é o agricultor português, de produtividade idêntica à de um belga, receber uma compensação que é metade ou menos!

E o significado de uma desaceleração, redução da actividade agrícola nos sectores a montante e a jusante das explorações agrícolas? O que vai acontecer (ou já está a acontecer) às centenas de pequenas oficinas de arranjo e manutenção de maquinaria agrícola, à produção e comércio de máquinas agrícolas (o que se passa com a Valmet, inaugurada com o sr. Ministro da Indústria em cima de um tractor em vésperas de eleições?), à produção e comércio de adubos, pesticidas, etc. - (sinais de dificuldades na Quimigal e Sapec), às empresas fabricantes de rações e alimentos para o gado?

O que vai acontecer a tantas das empresas agro-alimentares do País com um peso razoável na ocupação de mão de obra e no VAB da indústria transformadora? Vão aumentar as compras no exterior da matéria-prima que não encontram cá? (É oportuno lembrar a intensa crise que vive hoje a indústria nacional de transformação de tomate, produto mediterrânico sem protecção significativa, na nova como na velha PAC).

E qual o resultado de toda esta intrincada teia de relações económicas e sociais no agravamento do processo de desertificação, no crescer das dificuldades regionais, das regiões do interior Norte e Centro, do Alentejo, que entretanto dizem querer combater?

Fala-se dos mais de 36 milhões de contos do FEOGA-Garantia para os agricultores e esquecem-se nessas contas de fazer o balanço de quantos milhões vão os agricultores portugueses (já perderam e estão a perder) perder pela baixa dos preços, quer das produções (cereais, carne de bovino e ovino) que vão ter compensações, quer das que (foram sempre) são esquecidas pela Reforma da PAC, vinho, batata, hortícolas, etc.

Elevam ao altar das vantagens os ganhos de 45 milhões na Balança de Pagamentos pelos pagamentos a mais baixo custo das importações agrícolas e esquecem-se, mais uma vez, de fazer o balanço dos gastos com o inevitável aumento do volume das importações por via da redução da produção interna. Isto, sem referir aqui o possível fenómeno de uma queda significativa dos preços das outras produções agrícolas (como o vinho, que tem constituído uma fracção significativa do valor das exportações portuguesas) induzida por uma Reforma que significa uma desvalorização profunda do trabalho e da produção agrícola. Além do mais, «boas contas faz» quem espera por sapatos de defunto! Que garantias tem o Governo de que o curso dos preços dos cereais e da carne vão manter-se no nível dos mercados internacionais em 1992??? É garantia made in USA?!

E finalmente, mas não menos importante, a segurança alimentar do País (o que é hoje ponto assente em impor-

Ou, de como se esconde, manipula e mistifica, para se obter mais uma data histórica...

tantes instituições internacionais), não diz nada ao Governo e a certa gente? É uma coisa assim tão sem sentido o falar-se da necessidade do País, mesmo pequeno, ou até mesmo por isso, ter garantido para o seu povo, um nível mínimo de auto-abastecimento alimentar?

Se por absurdo as Comunidades estivessem dispostos a pagar (e era uma gota de água no Orçamento Comunitário), nós aceitaríamos não produzir nada?

7. A Reforma da PAC é boa porque assegura os rendimentos dos agricultores portugueses.

Assegura «maior estabilidade no rendimento dos agricultores oferecendo-lhes simultaneamente perspectivas de futuro», Ministro da Agricultura *dixit*.

Esta é certamente outra das grandes mistificações. Em primeiro lugar, há que dizer alto e bom som: os agricultores portugueses não precisam de estabilizar os seus rendimentos. **Eles precisam, eles querem, é ver aumentados os seus rendimentos!** Eles têm hoje rendimentos que são metade, um terço e até um quarto dos dos seus congéneres europeus. Eles têm o seu trabalho desvalorizado na sociedade portuguesa, mesmo considerando o baixo nível médio dos salários dos trabalhadores portugueses. Por isso, não é a estabilidade que é necessária, é a desestabilização, para cima, dos seus rendimentos.

Em segundo lugar «esquece-se» que o rendimento dos agricultores é sempre a diferença entre o que gastam a produzir - o custo dos factores de produção, salários e o próprio custo do seu trabalho e familiares - e o que ganham com a venda da sua produção.

Ora, falar da «estabilidade dos rendimentos» e não dizer nada sobre os custos do gasóleo, dos adubos, das rações, das máquinas, etc., é, no mínimo, uma refinada tentativa de enganar incautos! E isto é sobretudo verdade no caso português, pois são conhecidos os valores elevados desses produtos em Portugal, relativamente aos outros países da CEE. Os agricultores portugueses e as suas cooperativas pagam uma taxa de juro que é, em geral, o dobro, e chega a ser o triplo, da taxa de juro paga pelos outros agricultores!

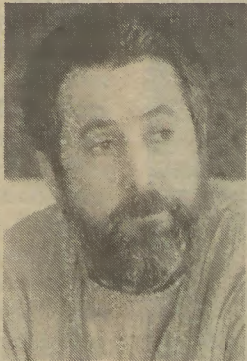
Por outro lado, não há qualquer garantia de que os preços dos factores de produção vão estabilizar. Bem pelo contrário, até pela elevada taxa de inflação da economia portuguesa e que não dá sinais de baixar, tudo indica que esses preços vão continuar a subir. Ou seja, a única coisa que vai continuar barata é o trabalho do agricultor!

Relativamente à venda da sua produção há que relevar o facto de que apenas 1/3 dessa produção é abrangida pela Reforma da PAC, isto é, por compensação para a baixa dos preços. A situação presente (como já atrás referimos) e as perspectivas indicam com algum grau de certeza, que os restantes 2/3 da produção vão ter, por motivos diversos, os seus preços acentuadamente degradados.

Em terceiro lugar, nada indica que as compensações decididas (pagamento compensatório para os cereais e prémios para o gado) sejam suficientes para obstar à baixa dos rendimentos da grande maioria dos agricultores portugueses, em geral com dificuldade de atingir os preços institucionais definidos pelas Comunidades, habitualmente com maiores problemas no acesso aos mercados e escoamento dos seus produtos, e a braços com enormes desvalorizações por via da normas de qualidade. Não há também qualquer garantia de que essas compensações se mantenham para além de cinco anos e que sejam valorizadas em função da inflação de forma a que se mantenha o nível de compensação.

Esta situação, já tão cheia de «ses», agrava-se ainda mais com a liquidação anunciada pela Comissão do período transitório (2ª etapa de transição) para a agricultura portuguesa que deveria vigorar até 1986, e no caso específico dos cereais, até 2001.

(conclui no próximo número)



AGOSTINHO LOPES
Membro da Comissão Política

Como é possível dizer que a Reforma da PAC se ajusta às nossas necessidades, quando o Governo deixou escandalosamente cair o princípio da especificidade da nossa agricultura?

Cartas dos leitores



Conflitualidade

Este Governo (de Cavaco Silva), que mais não tem feito que semear ventos de instabilidade, é o primeiro e único responsável por toda a conflitualidade que hoje existe na sociedade portuguesa.

(...) A mais-valia produzida não reverte para o sector produtivo, isto é, não se transforma em novo investimento, pelo contrário, é absorvida pelo capital financeiro como forma de pagamento dos juros. Por outro lado fala-se muito em aumento da produtividade mas esse aumento, parece-me, também não tem servido para modernizar ou revitalizar o aparelho produtivo do país tornando os nossos produtos mais competitivos, criando melhores condições de trabalho nas empresas, melhores salários e melhores condições de vida para o povo; pelo contrário, tem-se traduzido em investimentos de lazer e divertimento.

(...) Saberá Cavaco Silva que uma empresa de capital estrangeiro em Portugal paga com 40% do produto produzido todo o custo de produção incluindo os salários dos trabalhadores e a segurança social? Que os outros 60% em forma de lucros se destinam ao país de origem da empresa-mãe?

Sabe com certeza! Ele, quando era estudante no Liceu de Faro, até sabia quantos figos tinha uma figueira que o pai tinha no quintal!

E como pode dizer que, a partir de 93, Portugal, então contribuinte para o orçamento comunitário, pague menos e a Alemanha pague mais? Quer isto dizer mais poder negocial para Portugal, menos poder negocial para a Alemanha? (...) E já não falo na censura feita a Saramago pelos Lara nem nos polícias secretos a vigiarem os estudantes em luta contra a famigerada PGA e o aumento das propinas.

Nem nas taxas moderadoras. Nem na situação de abandono em que vivem milhares de pequenos e médios agricultores. Paga-se-lhes para não produzirem, quando o país importa 80% dos produtos alimentares que consome.

Que fazer então? Qual a resposta a dar a este Governo?

A resposta tem sido dada pelas massas trabalhadoras através da luta firme e determinada. Tem sido dada pelos trabalhadores das Câmaras e Juntas de Freguesia, pelos professores, pelos médicos

e enfermeiros, pelos magistrados, pelos militares, pelos estudantes, pelos polícias, pelos agricultores, pelos reformados, pelas gentes serranas em defesa dos baldios, enfim... pelo movimento sindical unitário com destaque para a CGTP sempre de forma empenhada na defesa de reivindicações justas. Tem sido dada pelo nosso Partido através da sua acção constante e consequente na A.R., nas autarquias, no M.E., nas empresas, nos bairros, nos campos, nas escolas, na rua, sempre em defesa dos interesses e da dignidade do povo que trabalha e que come por vezes o pão que o diabo amassou.

Mas a resposta tem que passar também por um «não» fortíssimo ao tratado de Maastricht.

(...) Eu que aprendi na escola que o primeiro rei de Portugal se chamava Afonso Henriques, que a revolução de 1383-85 teve como causa a defesa da soberania e da independência nacional, que 1640 significou restaurar o poder dos portugueses, que em 1820 o liberalismo triunfou sobre o absolutismo, que 1910 foi o ano em que foi implantada a República... eu aprendi que foi em Portugal que tudo isto aconteceu, não foi na Alemanha, na França ou na Itália e, porque sou povo português e tenho uma relação com a história do meu país, não posso nem quero estar submetido à vontade de alheios, não abdicar da minha liberdade. Mas se tivesse que estar, então seria um português-europeu-cidadão do mundo livre e nunca um português-europeu submetido aos Kohl ou Mitterrand da CEE, não foi para isso que foi feito o 25 de Abril. Não foi para isso que deram a vida centenas de comunistas numa luta sem tréguas contra a ditadura fascista.

Cristóvão Jacinto
Almansil

O executivo PS está podre no «reino» de Salvaterra

O PS, é, como sabemos, um saco de gatos. O poder PS em Salvaterra de Magos não foge à regra. Embora com uma ligeira nuance: «não há tréguas. Vejamos alguns factos: um vereador PS da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos acusa publicamente de compadrio um seu correligionário presidente da Junta de Freguesia

daquela localidade. Para tanto bastou o «Alhandra Sporting Club» lamentar a falta de apoio prestado pela Câmara e pela população à sua tradicional (e a vários títulos, espectacular) regata anual que aporta a Salvaterra todos os anos por meados de Junho. As comadres respingam e vem à tona toda a sorte de impropérios (não transcritos nos jornais, claro, mas escutados na Praça Pública à ver «O Público» de 12.7.92) pouco atinentes com as responsabilidades que ambos o vereador a tempo inteiro Joaquim Mário Antão, o presidente Armando Rafael de Oliveira à desempenham localmente. O vereador que sim, que a Câmara tinha apoiado, o sr. presidente da Junta é que, por compadrio, encarregou a família do fornecimento de secos e molhados sem cuidar de dividir as compras pelos diversos comerciantes locais que, sentindo-se prejudicados, viraram costas ao evento. O presidente da Junta muda a agulha, que não, que é gente séria e corrupto é ele, vereador, porque há que dar de comer aos esfaimados componentes da regata e a Câmara paga mal, tarde e a más horas e crédito só o obtém da família.

Mais um exemplo. O referido vereador do PS, Mário Antão, tentou manobra de envolvimento junto de um vereador independente da CDU, propondo-lhe o lugar de 2º vereador a tempo inteiro de notar que este esforçado militante da Rosa travestida de Couve Lombarda é o responsável local do Partido Socialista em troca de uma possível passagem daquele autarca para lugar de destaque em futuras listas.

A manobra (ensaiada, como sabemos, a nível nacional) não colou, tendo a estratégia causado sérios rombos mais um na esburacada piroga em que o PS navega no Poder Local. Um vereador do PS, pouco sensível a jogatinas de «bisca lambida», encheu-se de brios, não se conteve e, solene, despejou para a Acta da Sessão Ordinária de 5/5/92, a prosa que se transcreve (com a devida vénia, evidentemente): «No início do presente mandato fui dispensado das funções de vereador a tempo inteiro, por o mesmo não se justificar e ser incompatível financeiramente; alguns meses mais tarde o sr. presidente do executivo apresentou uma proposta à Assembleia Municipal, no sentido de viabilizar a admissão de um vereador a tempo inteiro, tendo o grupo do Partido Socialista, em

maioria absoluta no referido órgão, retirado a proposta por a considerar inviável; com a aprovação da ordem de trabalhos apresentada à Sessão da Assembleia Municipal no dia 22 de Maio, e com a admissão a tempo inteiro/ou meio tempo do vereador Francisco Madelino, entendo necessário e urgente definir a minha presença neste órgão: manter-me-ei nas funções de vereador para que fui eleito até ao final do mandato; as minhas funções serão apenas exercidas em reuniões de plenário do órgão executivo, dispensando desde já qualquer convite para qualquer actividade extra; as minhas posições deixarão de estar vinculadas politicamente à maioria aqui representada pelo Partido Socialista, defenderei o que entender mais positivo para os munícipes que represento; não acatarei tomadas de posição políticas, actuarei apenas na ajuda de resolução de problemas de interesse local. Sendo a Câmara Municipal um órgão político, pensarão alguns que seria mais lógico a apresentação da minha renúncia ao mandato de vereador, no entanto, e no meu entender, os munícipes que com o seu voto me elegeram e que felizmente se encontram longe destas jogadas de bastidores tomadas por políticos pouco escrupulosos, (sublinhados meus) não entenderiam certamente a minha saída, daí a continuação apenas e só na tentativa de defesa dos seus interesses» (sic). Paradigmático de um certo mal-estar intestino, vivido nas hostes do PS de Salvaterra, os exemplos transcritos indiciam uma prática política que no plano do concreto tem deixado as populações à míngua de soluções para os seus problemas mais imediatos. É o saneamento básico que não se faz, o Património que se degrada, as Escolas que não se constroem, o meio-ambiente que se destrói. Esta prática tem um nome: incapacidade. A única força coerente e capaz de tirar Salvaterra do marasmo em que subjaz é o PCP e os seus aliados da CDU. As próximas eleições autárquicas vão poder mudar a face deste País: em Salvaterra de Magos a mudança é não só necessária mas possível.

José Domingos dos Santos
Vereador da CDU
na CM de Salvaterra



Um vasto conjunto de análises, reflexões e orientações a que o debate em curso em torno de Maastricht confere renovada actualidade, importância e utilidade

PORTUGAL
INDEPENDENTE
NO MUNDO
EM MUDANÇA

Encontro
do PCP
sobre a
Independência
Nacional

20-21 Out. 1990
ALMA DA

edições
Avante!



À venda

Alterações à lei eleitoral

■ Jorge Cordeiro — Membro da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP

Cabe-me abordar como contribuição para este debate duas das alterações à lei eleitoral para as autarquias locais: a limitação de mandatos dos presidentes de câmara e a alteração do sistema eleitoral para as Câmaras Municipais.

Sobre a primeira — limitação de mandatos — traduzida no impedimento dos presidentes de câmara se recandidatarem a mais de três mandatos, e que o PSD chegou a fazer aprovar em lei na Assembleia da República, o Tribunal Constitucional deliberou, em Junho de 1991, pela respectiva inconstitucionalidade. Esta decisão confirma que tal limitação constitui uma violação dos direitos individuais dos cidadãos e dos próprios partidos e, a ter sido aprovada, impediria de se recandidatarem a novo mandato cerca de 120 dos actuais presidentes de câmara.

Não se vê, aliás, em que disposição de natureza legal se sustenta tal objectivo. Desde logo porque o presidente da câmara não é um órgão. Mesmo com as sucessivas alterações impostas à lei das atribuições e competências nos últimos anos (primeiro com a substituição da lei n.º 79/77 pela lei n.º 100/84 e, mais recentemente, com as alterações a esta última pelas leis n.ºs 25/85 e 18/91) que vêm acentuando o pendor presidencialista na gestão dos municípios com o empobrecimento da colegialidade e do funcionamento democrático dos órgãos, a verdade é que o presidente da câmara não se configura à luz da legislação e da Constituição como um órgão uninominal.

Não é argumento sério que se utilize para sustentar este objectivo dizer-se que havendo limitação idêntica para o Presidente da República também a deveria haver para os presidentes de câmara. Escamoteia-se assim que não sendo este um órgão, como o Presidente da República o é, aqueles estão não só sujeitos à prática da tutela administrativa como a fiscalização dos seus actos é garantida pelo órgão colegial a que pertencem.

As verdadeiras razões que estarão na origem desta obstinada posição do PSD são de natureza política e partidária. Não só para por via deste mecanismo poder porventura resolver problemas com alguns dos seus próprios presidentes de câmara, mas sobretudo para procurar obter

por via administrativa o que por vontade expressa das populações não vem conseguindo. É aliás suficientemente elucidativo que a propósito desta alteração Cabrita Neto tenha afirmado em Faro (DN-26/8/90), numa iniciativa com a presença de Cavaco Silva que «os Algarvios sempre apoiaram o PSD em termos nacionais já em termos autárquicos em que predominam as pessoas e favores a vantagem é do PS». Para bom entendedor meia palavra basta. Resolva-se com uma alteração à lei aquilo que a vontade popular não tem permitido.

A avaliação e o julgamento político ao trabalho dos eleitos municipais e designadamente dos presidentes de câmara deve decorrer naturalmente da vontade expressa pelas populações em acto eleitoral. Que razões podem motivar o impedimento de um eleito de prosseguir o seu trabalho se a população lhe decidir confirmar a sua confiança para um quarto mandato?

O enaltecimento às virtualidades democráticas do voto popular tão presente no discurso do PSD parece afinal destinar-se a uma aplicação conjuntural, de acordo com os estritos interesses e motivações partidárias, e não como valor universal.

A declaração de inconstitucionalidade não pôs termo em definitivo a este objectivo. É quase certo que o PSD o retomará, como publicamente declarou na sequência da decisão do TC, em sede da próxima revisão constitucional.

Se o não tentar antes, de forma avulsa, como se verifica com os eleitos que tendo perdido o mandato se encontram impedidos de se recandidatarem por força de uma disposição da lei da tutela.

Sobre a alteração do sistema eleitoral para as Câmaras Municipais proposta pelo PSD e secundada em versão alternativa pelo PS, a concretizar-se, constituiria um sério factor de empobrecimento da vida política democrática ao nível dos órgãos municipais.

Para o PSD, em nome dos chamados «executivos maioritários», transformar-se-iam as maiorias relativas em absolutas, através de uma grosseira violação da regra da proporcionalidade.



Para o PS, em nome dos «executivos homogêneos», eliminar-se-ia a eleição directa para as Câmaras, substituindo-a por um esquema de negocismo partidário à margem da vontade manifestada pela população.

A pretexto de estabilidade e operacionalidade, o que se visa é sacrificar a representatividade e legitimidade democrática.

O argumento da estabilidade é desde logo falacioso porque as situações onde o presidente de câmara se encontra em minoria é extremamente limitado (74 em 305 municípios, ou seja, menos de 25%). Depois, porque a estabilidade e o bom funcionamento dos órgãos têm sido assegurados no quadro da actual lei. Contam-se pelos dedos de uma mão as situações em que se registaram eleições intercalares para as Câmaras Municipais. Nos últimos dez anos (1982 a 1991) registaram-se apenas três eleições intercalares, uma média de uma por mandato (menos de 0,3%), numa das quais S. João da Madeira, se verificava aliás uma situação de maioria absoluta na vereação.

Para quem procura vender a ideia de que residiria na maioria absoluta a maior garantia de estabilidade, lembre-se também, que de 1982 a 1989, das 131 freguesias onde se realizaram eleições intercalares com origem em falta de quorum em 88 delas (quase 70%), se verificava uma situação de maioria absoluta. Casos houve, cerca de dez, em que nem a concentração da totalidade dos mandatos numa única força política impediu a «instabilidade» que conduziu à realização de eleições.

Não deixa de causar alguma perplexidade a súbita preocupação por um alegado aumento de operacionalidade a que a constituição de executivos municipais maioritários condiziria. As percentagens elevadíssimas (80% e por vezes mais) de deliberações aprovadas por unanimidade revelam não residir, em regra, na composição plural dos executivos municipais, a razão de inoperacionalidade ou menor eficácia do funcionamento dos órgãos.

São conhecidos casos (vale a pena referir Sintra) onde a contribuição maior para o funcionamento eficaz e operacional da gestão resulta da actividade de vereadores de outras forças políticas que não aquela que detém a presidência. Eis um caso (e mais haverá) que desmente aquilo que categoricamente Falcão e Cunha, secretário-geral do PSD, afirmou (DN-6/9/90) ser o objectivo da alteração a introduzir à lei eleitoral «garantia da capacidade de execução dos programas apresentados ao eleitorado por parte de quem ganha». Em Sintra, se há capacidade de execução, deve-se exclusivamente aos vereadores da maioria.

A rejeição que fazemos da transformação artificial de maiorias relativas em absolutas radica, na nossa concepção democrática do funcionamento dos órgãos, e não em quaisquer interesse estritamente partidários. Dos 50 municípios em que a CDU dispõe da presidência apenas em 12 se encontra em maioria relativa.

Pela nossa parte afirmamos que com maioria absoluta ou relativa manteremos inalterável a nossa forma de gerir.

**DEMOCRACIA
POLÍTICA
E LEGISLAÇÃO
ELEITORAL**

para autarquias locais

em diálogo, com apelo à participação e ao desenvolvimento no trabalho de todos os eleitos interessados na resolução dos problemas.

Para os que agora se apresentam tão aparentemente preocupados com o reforço da operacionalidade, daqui os convidamos a adoptar as medidas legislativas que permitam o aumento do número de vereadores a tempo inteiro, a elevação da capacidade financeira das autarquias, a garantia de uma maior fixação de quadros e trabalhadores na Administração Local.

O sistema eleitoral para as Câmaras Municipais, único na Europa e que traduz um real avanço democrático característico do nosso Poder Local, a ser alterado, conduz a uma violação de um princípio democrático e constitucional básico: a regra da proporcionalidade na transformação dos votos em mandatos. Com que legitimidade um partido que disponha de quatro mandatos em onze (Sintra) os veria transformados em seis para usufruir de uma maioria absoluta que lhe foi negada por sufrágio como propõe o PSD? Com que justificação, nesta situação concreta, cada vereador do PSD representaria 5200 votos e para a segunda e terceira força essa proporção seria de 9600 e 13 400 votos, respectivamente? Será a isto que Falcão e Cunha (DN-6/9/90) se referia como sendo «parte integrante de um sistema político mais aberto, moderno e consentâneo com a vontade das populações»?

Não deixa de ser significativo que numa sondagem feita por um semanário em 1/9/90 a maioria dos inquiridos se tenha pronunciado favoravelmente no sentido de que a composição do executivo expresse da forma mais real possível a vontade do eleitorado.

A alteração do sistema das Câmaras constituiria um elemento limitativo da democraticidade do Poder Local. A ser adoptado traduziria um novo factor de empobrecimento da democracia política que se impõe combater. Significa uma deslegitimação da vontade directa das populações, uma limitação à colegialidade e pluralismo na gestão das autarquias, e prejuízos para a conjugação de esforços entre eleitos de várias políticas interessadas na resolução dos problemas dos seus concelhos. Estas alterações expressam a concepção antidemocrática e o pendor autoritário para quem o debate democrático e construtivo e a busca de consensos se revela um exercício excessivamente exigente. É possível que, para os que no Poder Local pautam a sua actividade por uma cega oposição e pela intolerância para com os contributos e opiniões de outros, gerir sem maioria absoluta se revele insuportável. A solução não está porém na adaptação do sistema ao seu estilo, mas sim na conversão da sua prática às características democráticas do sistema.

Sublinha-se ainda que as alterações ao sistema eleitoral que conduzem à constituição de executivos «maioritários» ou «homogéneos» traduzir-se-iam numa acentuada redução dos meios e possibilidades de fiscalização da gestão da força maioritária. A note-se a curiosa observação feita por Francisco Sousa Tavares («Público» - 1/9/90) a propósito das alterações propostas por Cavaco Silva: «há que rejeitar a eliminação dos vereadores minoritários das

Câmaras Municipais. Bem ou mal são uma garantia mínima de legalidade, de contenção de ambições mal sãs e de limpeza administrativa».

Se da parte do PSD tais propostas não constituem qualquer motivo de estranheza, já a posição do PS em relação a esta matéria se revela preocupante.

Rejeitando a concepção de «executivos maioritários» subjacente à proposta do PSD e substituindo-a pelo conceito de «executivos homogéneos» (declarações de Lopes Cardoso ao Expresso em 1/9/90), o PS mais não faz que admitir uma nova forma de constituição dos executivos municipais com resultados aos visados por Cavaco Silva.

A proposta do PS de composição das Câmaras na base da sua eleição pela Assembleia Municipal corresponde de facto ao termo da eleição directa das Câmaras Municipais tal qual hoje existe no nosso regime jurídico e constitucional. A composição das Câmaras ficaria assim dependente de acordos políticos de bastidores capazes de desvirtuar ainda mais a vontade manifestada pelas populações. Desta forma, por exemplo, uma força política com 30%, 40%, ou mais, pode ver-se integralmente arredada do executivo municipal.

Tal sistema, a ser introduzido, corresponderia, ele sim à criação de factor de instabilidade no funcionamento dos executivos municipais. Mesmo a chamada moção de censura construtiva que se encontra acoplada à proposta do PS, não impede a possível alteração (ou alterações) de equipas municipais durante um determinado mandato com todas as consequências que daí resultam. Os acordos políticos que hoje são necessários para viabilizar os objectivos de uma gestão num executivo sem maioria absoluta (que como a vida mostra têm sido conseguidos) teriam que passar a ser procurados desde logo e também para viabilizar a própria composição do órgão a construir. A aplicação desta alteração traduzir-se-ia na possibilidade de introduzir profundas distorções no sistema de representação proporcional com claras violações da vontade das populações.

É que já hoje sucede em muitas Juntas de Freguesia (eleitas pelo método que o PS agora pretende estender às Câmaras Municipais) onde não raras vezes a própria força maioritária fica em situação de reduzida representação por força de acordos entre partidos.



É curioso que Jorge Lacão ao mesmo tempo que afirma («Expresso», 20/10/90) que a «democracia exige o respeito pela vontade popular» considere por este processo «genuína a forma de alcançar a estabilidade». Há que perguntar a Jorge Lacão como compatibiliza a sua afirmação em defesa da proposta do PS «garante-se a regra da substituição dos executivos na base de maiorias positivas e deixe-se funcionar a democracia», e os resultados deste virtuoso método que permite que uma força maioritária com 6400 votos e mais de 30% fique no executivo de uma Junta de Freguesia com um único eleito (o Presidente, e por força da lei), enquanto que duas outras forças minoritárias com 5900 e 5400 votos fiquem com seis representantes constituindo aquilo que o PS eufemisticamente chamará um executivo homogéneo por força do acordo com o PSD.

É este o resultado que confirmará a afirmação de Jorge Lacão («Expresso» - 1/9/90) de que «a democracia exige o respeito pela vontade popular»?

Apontar à composição plural dos executivos camarários as causas dos bloqueios que o Poder Local enfrenta, é procurar desviar atenções. É na política centralista do Governo, na ausência de regionalização, nas restrições à autonomia financeira e administrativa das autarquias e na obstrução ao fortalecimento das freguesias que se encontram as reais causas e responsabilidades dos bloqueios existentes. A insistência em tais propostas não visam mais do que prosseguir e ampliar a outras áreas a generalizada ofensiva de descaracterização e empobrecimento da democracia política.



PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Ofensa

O Ângelo Correia que fígado nos seus pregos ficou, palaciano descobriu elevado que Cavaco é humano.

Ângelo ingénuo de gerais remessas nunca falei à toa. Olha que ofensas dessas Cavaco não perdoa!

Popó faz pum!

Braga macedo tem um popó todo bacana, todo líró.

Com uma luz e sirene também iguais àquelas que a Polícia tem.

Acende, acende e grita o seu euredo lá vai o Braga de Macedo

grande estádão de Mercedagem grande cifrão na cilindragem

lá vai o Macedo de estádão pela ribanceira da inflação...

Humor negro

O ministro mandara reagir. Que as empresas não guardassem o dinheiro e comessem a investir no estrangeiro!

Não guardar o dinheiro? Competir investir no estrangeiro? Ó homem, por favor, você governa ou faz humor?...

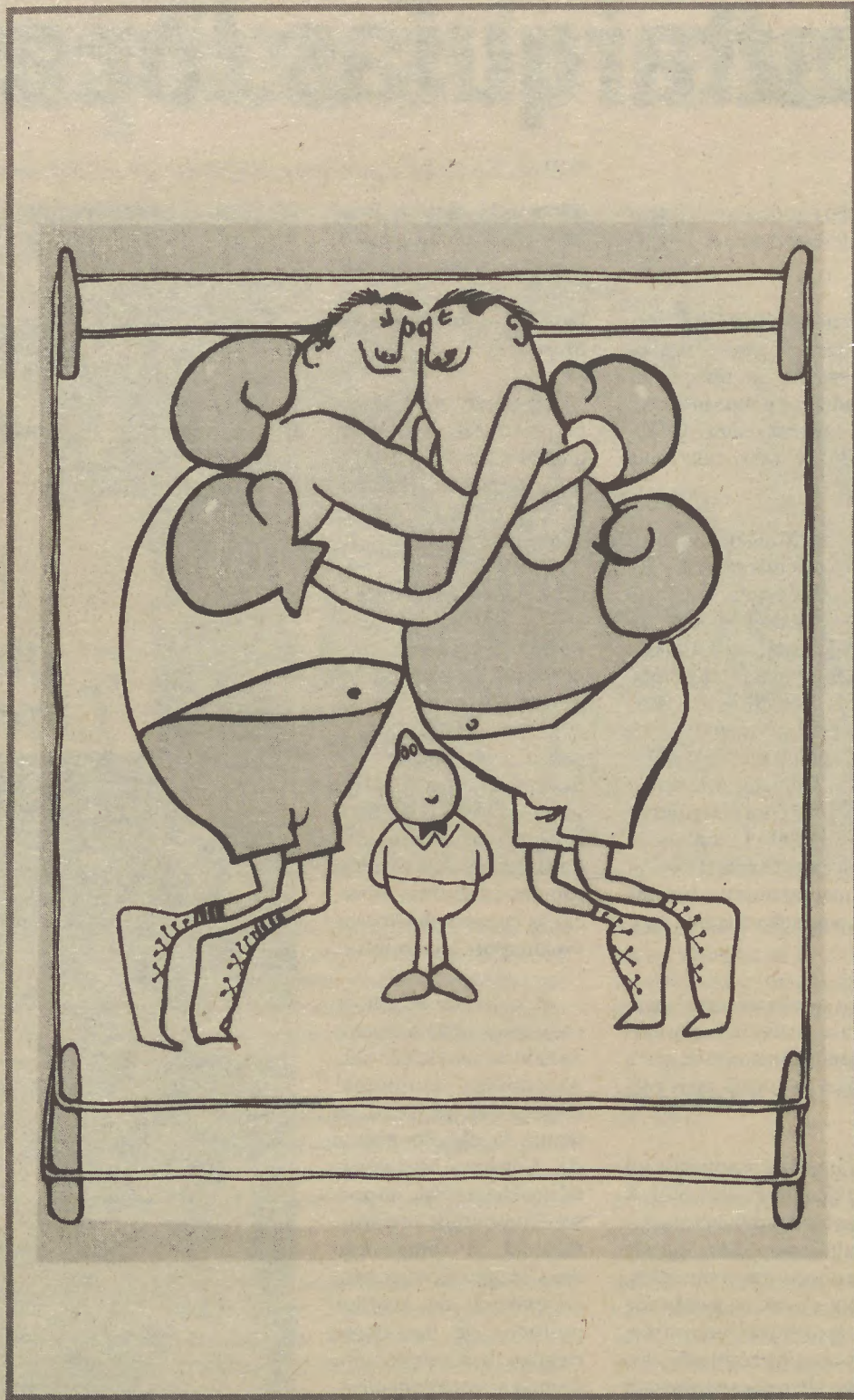
Optimismo, pessimismo

Cavaco disse sendo assim... e tendo em vista... bom... é claro... pois... Enfim: está optimista.

Mas o ministro Mira Amaral enfim... pois... tendo em vista... enfim... a coisa vai mal... Está pessimista.

Resolvam lá essa questão em ismo. Vamos para o céu ou para o abismo?...

■ IGNOTUS SUM



Objectivamente I

Durante mais de uma semana, noticiários em todos os «suportes» — TV, rádio, jornais — prepararam o português para o pior. Vinha af uma nova Guerra do Golfo. Já se imaginava Albarrã a colocar a máscara que lhe sobrava do deserto, e Cáceres a afiar a máquina Azert. Imagens profusas davam conta de um grupo de pobres «peritos» da ONU acampados em frente a um perigoso Ministério da Agricultura, em Bagdad, onde Saddam Hussein teria escondido devastadoras armas químicas e nucleares. Títulos em garrafal ora davam Saddam como morto, ora como organizando uma guerra infernal. Por seu lado, a «ONU», quer dizer, o presidente Bush, aparecia para salvar a humanidade. Finalmente, o Iraque chegou a acordo com as Nações Unidas. Perdeu então todo o interesse. As notícias passaram logo para a página 10 do «Diário de Notícias». Na RTP, pela hora do almoço, anunciava-se que o Iraque tinha «cedido»...

Objectivamente II

Numa cimeira ibero-americana em que, à falta de melhor, se fosse olhar ao escândalo, seria de esperar que a imprensa perguntasse o que faria ali um estadista como Collor de Melo,

acusado das mais espantosas cumplicidades, fraudes e corrupções. Que fossem glosadas as abundantes ausências de chefes de Estado. Que se perguntasse que, com tanta democracia no discurso, ali poderia fazer a Colômbia, em estado de droga, ou o Peru em estado de emergência. Mas não. A vedeta, todos o disseram, foi... Fidel Castro.

Não porque se tratava de um dirigente de um dos poucos países socialistas a resistir ao descalabro. Não porque se tratava de um resistente, entre resistentes, de um país ameaçado pelos «democráticos» Estados Unidos. Mas porque se trata de um... «dinossauro», como dizem os muitos democráticos jornalistas, glosando a tirada infeliz do Presidente português, que lá não pôs os pés.

À sorrelfa, lá foram contando que, à parte os mafiosos de Miami, que tomaram o avião para virem a Espanha vaiair Fidel, muitos espanhóis o aplaudiram em Madrid. Lá foram contando, a contragosto, que na Galiza, foi entusiasticamente recebido por muitos jovens. Mas a «objectividade» puxava-lhes para o «golpe em Cuba», para a «reforma de Fidel na Galiza», para a «desistência do líder cubano». Etc. Muito objectivamente...

Incompatibilidades

Foi a semana das incompatibilidades. Maria Elisa, incompatibilizada com o Director-Geral da SIC, a TV privada que a contratara, despediu-se, perdendo «centenas de contos por mês». Não sem se compatibilizar com a RTP donde fora corrida, porque, como ela teria dito, «é muito difícil viver sozinha sem emprego».

A outra incompatibilidade já foi. É o caso de Ivo de Pinho, nomeado para a presidência do IFADAP — o Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas. Passada a incompatibilidade que foi ter sido dirigente do PRD, Ivo de Pinho já pode servir para o cargo...

A outra incompatibilidade colunável é a de Manuel Gamito. Presidente da Confederação do Comércio Português, onde tantas vezes apareceu a defender o pequeno comércio contra as «grandes superfícies», Gamito demitiu-se daquele cargo para continuar a manter o de vice-presidente do Entrepósito Comercial que, segundo se diz, vai adquirir a Supa, do grupo Pão de Açúcar. Passando assim a defender as grandes superfícies contra as mais pequenas...

frases da Semana

“Com um heroísmo que assim podemos catalogar sem qualquer exagero de romântico, os sérvios passaram praticamente o último século a lutar. Antes de tudo contra os otomanos, já se deixa ver, conseguindo primeiro uma autonomia formal sob a suzerania da Porta, em 1856, e finalmente a independência após os conflitos balcânicos de 1875-8 e a guerra russo-turca de 1877-78.”

Sebastião Lima Rego. «O Público» - 27.07.92

“E foram os sérvios que em 1914 suportaram o peso enorme, violentíssimo, do ataque da Austria-Hungria como resposta ao “desafio” do tiro fatídico de Sarajevo, ataque que desencadeou a Guerra Mundial de 14-18. Foram eles que, em 1915, depois de uma resistência frenética, acabaram por soçobrar às forças combinadas dos dois impérios germânicos.”

Idem

“E acontece a enxurrada nazi, a Guerra de 39-45. Sem entrar em pormenores escusados, não evitemos recordar que a Jugoslávia despedaçada, mas muito particularmente a Sérvia e os sérvios odiados pelo Eixo sofreram como poucos outros povos nessa época (os russos, os polacos, naturalmente os judeus, não mais) sob o delírio imperial nazi-fascista. Como consequência, foram igualmente os guerrilheiros sérvios, mas como “jugoslavos”, um dos principais ferros de lança anti-nazi de toda a Europa ocupada. Os soldados de Tito, um servo-croata providencial, ganharam com sacrifícios inenarráveis, e talvez como nenhum outro país europeu, o direito a mandar na sua pátria, depois da Guerra, segundo a lei que haviam conquistado com o seu próprio esforço.”

Idem

“Duvido muito, aliás, que uma Europa unificada no Oeste e no Centro e ultradividida no Leste represente uma garantia duradoura de equilíbrio futuro. Prevejo sim como provável que, daqui a cinquenta anos, os historiadores e os estadistas lamentarão a morte da Jugoslávia, essa expressão de consenso e de convivência federal que, ao longo de quase oitenta anos, representou um dos pilares da Europa viável”

Idem

“O fim da Jugoslávia é, para a Europa da paz, da solidariedade, do convívio, uma catástrofe evidente. A derrota do sonho jugoslavo, esse sonho sérvio de tantas gerações, é uma derrota da Europa.”

Idem

festa da unidade 92

1 e 2 AGOSTO

No Pinhal Junto ao Campo da M6

S. Pedro da Cova

T6mbola
Fados e Guitarradas
Comes e Bebes

N6cleo de S. Pedro da Cova
de Pioneiros de Portugal
Roda Viva
Agrupamento Musical O6asis

INTERVEN66O POL6TICA
DE
HENRIQUE SOUSA
Membro do Secretariado
do Comit6 Central do PCP

ORG. DA C. F. DE S. PEDRO DA COVA DO PCP

Agenda

À sexta-feira
no Terraço

Noites do Vit6ria

M6sica ao vivo
esta semana:

Noite de Fado
com o Fado de Abril

... e em Setembro as noites continuam!

Odivelas

Sexta-feira, às 21.30 no Centro de Trabalho
Plen6rio de militantes com o camarada
Francisco Pereira

Excurs6es promovidas pela Organiza66o Cidade de Lisboa

● CEUTA

3 dias
25, 26 e 27 de Setembro


Preço por pessoa: 25.500\$00
(incluindo viagem, alojamento em Hotel em regime de 1/2
pens6o, jantar dos 1.º e 2.º dias)

● SEVILHA

Expo 92
4 dias
2, 3, 4 e 5 de Outubro

Preço por pessoa:
com 1 entrada na Expo - 29.500\$00
com 2 entradas - 35.300\$00
(incluindo transporte em autocarro com ar condicionado,
alojamento no Hotel Baía de Monte Gordo, pequeno-almoço,
entrada na Expo e visita à cidade de Sevilha)

Inscri66es para ambas as excurs6es
nas Zonas e Sectores e no CT
Vit6ria - Tel. 356 27 15



Falta pouco mais
de um m6s para
a Festa abrir as
suas portas.
Erguê-la, nesta
recta final, exige
um esforço
suplementar.
Com a tua
participa66o,
proveitemos os
fins-de-semana
que restam!

EXP 92 SEVILLA

EXCURS6O 2-3-4-5/OUTUBRO

1.º DIA - LISBOA/MONTE GORDO

- Partida às 14 horas do CT Vit6ria: Auto-
Estrada do Sul. Continua66o da viagem por
Alc6cer do Sal, Ourique, Ferreiras, Monte
Gordo. Alojamento.

2.º e 3.º DIAS - MONTE GORDO/ /HUELVA/SEVILHA/MONTE GORDO

Partida para Sevilha às 8 horas. Chegada
às 10 horas. Entrada no Recinto da Expo/92.
Dia livre para iniciativas individuais. Às 23.15
horas partida para Monte Gordo. Chegada ao
alojamento à 1.00 hora.

4.º DIA - MONTE GORDO/LISBOA

- Regresso às 13.45 horas. Chegada prevista
às 19.30 horas.

PREÇO POR PESSOA

- C/1 Entrada na Expo/92..... 29 500\$00
- C/2 Entrada na Expo/92..... 35 300\$00

O preço inclui:

- Transporte em moderno Autocarro de Turismo com
ar condicionado até ao local da Expo/92 e regresso;
- Alojamento no Hotel Baía de Monte Gordo.
- Pequenos-almoços;
- Entrada (1 ou 2 bilhetes conforme a op66o) para a
Expo/92, nos 2.º e 3.º dias;
- Visita à cidade de Sevilha.

EXCURS6O A CUBA

promovida pelo CPPC

15 dias - 17/9 a 1/10

Esc. 195.000\$00

Viagem de avião Lisboa-Havana-Lisboa
Pens6o completa em hotéis de 3 e 4 estrelas
Transportes internos

Visitas às regi6es de Havana, Cienfuegos e
Varadero

com o apoio do Movimento Cubano
para a Defesa e Soberania dos Povos

Inscri66es até 15 de Agosto no CPPC
Tel. 3863375/6 - Fax 3863221

Televisão

Quinta, 30

Canal 1

07.40 Pássaros da Austrália
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 Pássaros
11.00 Quem Ama não Mata
11.30 A Memória do Mundo
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Azimutes
14.00 Jogos Olímpicos
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.30 Chefe, Mas Pouco
22.00 Crença Fatal
23.50 Notícias
00.10 Jogos Olímpicos
01.30 Bandidos da Falange

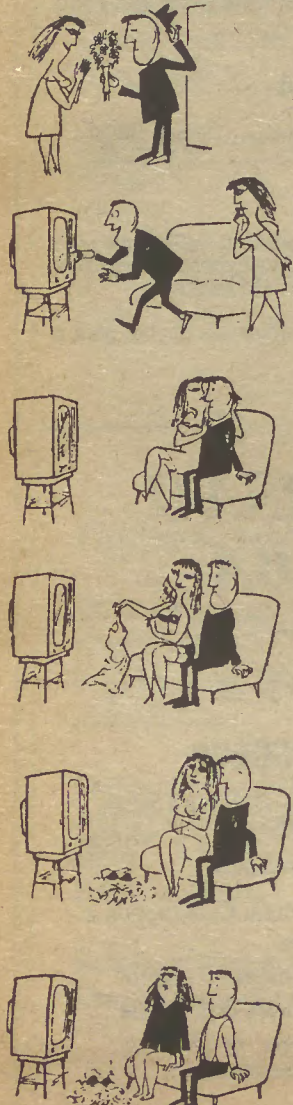
Canal 2

08.00 Jogos Olímpicos
14.00 Agora, Escolha! (I)
15.35 Mary Tylor Moore Show
16.05 Recreio do 2
17.45 Em Busca de...
18.10 Jogos Olímpicos
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaniaco
21.40 Jogos Olímpicos
22.25 Aventura do Conhecimento
22.50 O Denunciante
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 31

Canal 1

07.40 Pássaros da Austrália
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 Pássaros
10.30 Quem Ama não Mata
11.30 A Memória do Mundo
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Pigmeus
14.00 Jogos Olímpicos
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.35 A Ponte de Brooklin
(ver «Filmes na TV»)



23.25 Allô, Allô
23.55 Notícias
00.15 Jogos Olímpicos
01.55 O Pecado Original
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

08.00 Jogos Olímpicos
14.00 Agora, Escolha!
15.35 Mary Tylor Moore Show
16.05 Recreio do 2
16.45 Grandes Desastres
18.10 Jogos Olímpicos
21.00 Jornal das Nove
22.00 Volta a Portugal em Bicicleta
22.30 Boca de Lixo
24.00 Rotações
01.00 Tudo Vai Bem

Sábado, 1

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Notícias
13.15 A Esfera Ki
14.00 Jogos Olímpicos
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.35 Casa Cheia
22.20 Araponga
23.15 Amantes de Verão
(ver «Filmes na TV»)
01.00 Jogos Olímpicos

Canal 2

08.00 Jogos Olímpicos
14.00 Jerry Otto e 3/4
(ver «Filmes na TV»)
15.30 No Coração do Kremlin
16.30 Uma Noite de Loucos
(ver «Filmes na TV»)
18.00 Jornal Fim de Semana
18.45 Elton John: «Two Rooms»
20.00 Jogos Olímpicos
23.30 Boca do Lixo
00.30 As Teias da Lei

Domingo, 2

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.35 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Top +
14.00 Jogos Olímpicos
18.00 Hooperman
18.25 Carol Burnet Show
19.10 A Estrada da Lei
20.00 Jornal de Domingo
20.50 Araponga
22.30 Jogos Olímpicos
01.05 No Calor da Noite

Canal 2

08.00 Jogos Olímpicos
14.00 A Garota de Fernandel
(ver «Filmes na TV»)
15.30 Eric Clapton
16.30 Maroc 7
(ver «Filmes na TV»)
18.00 Jogos Olímpicos
21.00 Nós Dois
21.35 Volta a Portugal em Bicicleta
22.05 Norman Mailer
23.00 A Raiva do Amor
(ver «Filmes na TV»)
01.00 Tauromaquia

Segunda, 3

Canal 1

07.30 Pássaros da Austrália
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 Pássaros
11.05 Quem Ama Não Mata
11.30 A Memória do Mundo
12.05 Culinária

12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Um Oceano de Sonhos
14.00 Jogos Olímpicos
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Meu Bem, Meu Mal
21.30 Jogos sem Fronteiras
22.45 Martin Luther King
23.30 Notícias
00.00 Jogos Olímpicos - Barcelona Hoje
01.30 Mulheres da Noite
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

08.00 Jogos Olímpicos
14.00 Agora, Escolha! (I)
15.35 Mary Tylor Moore Show
16.15 Recreio do 2
17.15 O Cavalo de Fogo
18.00 Jogos Olímpicos
21.30 Jornal das Nove
22.15 Volta a Portugal em Bicicleta
22.30 Jogos Olímpicos
24.00 Geração de 60
00.30 Dramazine
01.00 Teatro

Terça, 4

Canal 1

07.30 Pássaros da Austrália
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 Pássaros
11.05 Quem Ama Não Mata
11.30 A Memória do Mundo
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 O Futuro
14.00 Jogos Olímpicos
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.15 Jogo Limpo
22.45 Primeira Página
23.45 Notícias
00.00 Jogos Olímpicos - Barcelona Hoje

Canal 2

08.00 Jogos Olímpicos
14.00 Agora Escolha!
15.05 Mary Tylor Moore Show
16.15 Recreio do 2
17.30 Tribunal de Juri
18.00 Jogos Olímpicos
21.00 Jornal das Nove
22.00 Volta a Portugal em Bicicleta
22.15 Cinemazine
22.45 Rio Sem Regresso
(ver «Filmes na TV»)
00.45 Pop Off

Quarta, 5

Canal 1

07.30 Pássaros da Austrália
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 Pássaros
10.30 Quem Ama Não Mata
11.30 A Memória do Mundo
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Jogos Olímpicos
18.10 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Desenhos Animados
20.25 Meu Bem, Meu Mal
21.15 Vamos Jogar no Totobola
21.30 Os Homens Preferem as Loiras
(ver «Filmes na TV»)
23.30 24 Horas
24.00 Jogos Olímpicos

Canal 2

08.00 Jogos Olímpicos
14.00 Agora, Escolha!
15.35 Mary Tylor Moore Show
16.15 Recreio do 2
17.15 O Caminho das Estrelas
18.15 Jogos Olímpicos
21.30 Jornal das Nove
22.15 Volta a Portugal em Bicicleta
23.30 Corrida de Touros

Filmes na TV

drama familiar, muito mais do que uma qualquer história policial.

Sexta, 01.55, Canal 1

Jerry Otto e 3/4

«The Patsy» (EUA/1964). Realização de Jerry Lewis. Interpretação de Jerry Lewis, Ina Balin, Everett Sloane, Keenan Wynn, Peter Lorre, John Carradine. cor, 97 minutos.

Não: infelizmente, este não é um dos grandes filmes de Jerry Lewis (dentre os que interpretou e mesmo realizou). Um argumento pouco consistente e um humor frequentemente forçado ensombra a prestação do superlativo elenco de que Jerry Lewis se rodeou. Destaque para Peter Lorre, no seu último trabalho.

Sábado, 14.00, Canal 2

Uma Noite de Loucos

«Une Nuit de Folies» (Fr/1933). Realização de Maurice Cammage. Interpretação de Fernandel, André Roanne. P/B, 87 minutos.

Desta vez, Fernandel passeia-se, na pele de um truculento vigarista, ao longo de uma festa animada por foliões e respectivas loucuras, pretexto de Maurice Cammage para retratar umas quantas personagens pitorescas. É uma curiosidade: cinema com 60 anos bem contados e com um tema glosado desde então em inumeráveis filmes, por vezes de forma magistral.

Sábado, 16.30, Canal 2

Amantes de Verão

«Summer Lovers» (EUA/1982). Realização de Randal Kleiser. Interpretação de Peter Gallagher, Daryl Hannah, Carole Cook. Cor, 95 minutos.

Uma pequena nota da RTP informa que este «Amantes de Verão» é «uma absorvente história de amor a três que se desenrola numa ilha grega durante o Verão quando um jovem casal americano se relaciona com uma arqueóloga grega de espírito muito liberal», realizada por Randal Kleiser - o mesmo de «Lagoa Azul». Temos pois previsivelmente, como neste último, cenários naturais «belíssimos» e uma história «escaldante» q.b. - sendo embora que Daryl Hannah, pelo menos ela, mete Brooke Shields num chinelo...

Sábado, 23.15, Canal 1

Marilyn

Na terça e na quarta-feira e no dia 7, sexta-feira da próxima semana, a RTP exhibe três filmes com Marilyn Monroe, assinalando o 30º aniversário da sua morte. Vitimada por uma dose excessiva de barbitúricos, é crença geral que Marilyn se suicidou, sabendo-se que atravessava então mais uma das fases de depressão que já a haviam obrigado a internamentos. A Fox acabara de a «dispensar», por alegadas irregularidades no trabalho, e a sua vida sentimental estava num emaranhado novelo de que ainda hoje se não conhecem todas as voltas, designadamente pelas ligações que tinha (ou tivera) com dois dos Kennedy: Robert e o próprio John, Presidente dos Estados Unidos.

Rio Sem Regresso

«River of No Return» (EUA/1954). Realização de Otto Preminger. Interpretação de Marilyn Monroe, Robert Mitchum. Cor, 91 minutos.

Terça, 22.45, Canal 2

A Garota de Fernandel

«Josette» (Fr/1936). Realização de Christian-Jacques. Interpretação de Fernandel, Lucien Rozemberg, Robert Arnoux. P/B, 87 minutos.

24 horas passadas, Fernandel regressa ao Canal 2, desta vez com um melodrama que nem a assinatura de Christian-Jacques salva. Outra curiosidade...

Domingo, 14.00, Canal 2

Maroc 7

«Maroc 7» (GBr/1967). Realização de Gerry O'Hara. Interpretação de Gene Barry, Elsa Martinelli, Cyd Charisse, Leslie Phillips, Alexandra Stewart. Cor, 88 minutos.

Ao estilo James Bond, em cenário convenientemente exótico como o título indica, a história inesperada do costume - a de um espectacular roubo de jóias - protagonizada por Gene Barry, por duas «belezas» europeias que vão ficando no esquecimento e por uma americana que não se esquece: Cyd Charisse.

Domingo, 16.30, Canal 2

A Raiva do Amor

«L'Amour Bracque» (Fr/1985). Realização de Andrzej Zulawski. Interpretação de Francis Huster, Tchéry Karyo, Sophie Marceau. Cor, 96 minutos.

Diz-se o pior deste filme do polaco Zulawski, que pretendeu, parece, inspirando-se em «O Idiota» de Dostoiewski, retratar a loucura e o caos que atravessam actualmente as sociedades capitalistas, esquecendo que a narração perceptível da desordem exige uma metódica ordenação... Perante a sua câmara frenética, os sons amalgamados, as imagens sobrepostas, os atropelos na acção, o espectador tenderá a esquecer a denúncia supostamente implícita - e a sentir crescer a raiva contra o realizador...

Domingo, 23.00, Canal 2

Mulheres da Noite

«Nutcracker» (GBr/1982). Realização de Anwar Kadir. Interpretação de Joan Collins, Carol White. Cor, 101 minutos.

Está para vir (mas já não deve vir a tempo...) um filme com Joan Collins que não seja uma pessegada.

Segunda, 01.15, Canal 1

Os Homens Preferem as Loiras

«Gentlemen Prefer Blondes» (EUA/1953). Realização de Howard Hawks. Interpretação de Marilyn Monroe, Jane Russell, Charles Coburn. Cor, 85 minutos.

Quarta, 21.30, Canal 1

Paragem de Autocarro

«Bus Stop» (EUA/1956). Realização de Joshua Logan. Interpretação de Marilyn Monroe, Don Murray, Arthur O'Connell.

Sexta, dia 7, 21.35, Canal 1

A tragédia de Marilyn



Durante a grande época, o universo de Hollywood era maravilhoso, visto que era filtrado, perfumado e euforizado pelos cuidados do *star system* e da cultura de massas. Os divórcios em série não eram sinal de sucessivos malogros mas de sucessivos êxitos; os deslocamentos ininterruptos não eram vistos como instabilidade e intranquilidade mas como maravilhosas viagens; as festas quase diárias eram percebidas como consumação e exaltação e não como e desregramento e devassidão triste; os retiros fechados em residências de luxo eram isolamento soberano e não solidão; as tentativas de suicídio eram camufladas, as hospitalizações tinham como causa o esgotamento e não a depressão ou então esta era apenas um efeito daquele.

A primeira grande tragédia, a morte de James Dean, não é mais do que um acidente empírico (logo não significativo a esse nível) integrado como necessidade mitológica: esta morte deriva do excesso e não da carência.

É depois de 1960 que a máquina do *star system*, que transformava o chumbo em ouro e o fel em mel, começa a encravar-se, ao mesmo tempo que progride a problematização geral. O cinema problemático faz então uma incursão no mundo das estrelas, descobrindo nele a infelicidade e a neurose (*The Goddess* [A Deusa]). No entanto, a mensagem fica limitada ao pequeno circuito do segundo cinema. Da Itália vem uma sondagem mais surpreendente: não se trata directamente das estrelas de cinema, mas de Antonioni e sobretudo de *La Dolce Vita* (A Doce Vida) de Fellini revelamos de repente o outro lado do cenário, a pobreza da vida rica, a desolação das festas, e a expressão «dolce vita» adquire de súbito um sentido irrisório. O mundo das estrelas de cinema não é atingido em cheio mas, progressivamente, surgem os malogros, a soli-

ção, a neurose e a angústia do envelhecimento. Será que talvez também o mundo hollywoodiano entra realmente em crise, mergulha mais profundamente na sua própria neurose? Embora a estrela de cinema se tenha sempre alimentado do seu «duplo», da sua imagem, será que talvez tenham chegado os tempos em que o «duplo», em vez de dar a mortalidade, se transforma num aviso de morte, como o retrato de Dorian Gray, o duplo hoffmanniano ou dostoiévskiano?

A verdade é que a estrela de cinema triunfante, a que tinha conhecido e amado o campeão desportivo, o grande escritor, o artista estrangeiro, aquela que podia ao mesmo tempo estar nua e ser rainha, aquela que, orfã, pobre e rejeita-

da, se tinha tornado mundialmente adorada e aclamada, aquela que era o sexo e a alma, o erotismo e o espírito, aquela que tudo parecia possuir, Marilyn Monroe, se suicida.

Este suicídio, repentino, revela-nos sem que saibamos exactamente o que é essencial:

a fragilidade de todo o êxito; sob a superestrela, a inocência desarmada de costureirinha; a tragédia da infância e da adolescência que não conseguiram superar os êxitos, as amizades e os amores; por detrás da glória, a solidão; um personagem de mulher amada-mal-amada; o divertimento como inimigo da felicidade; o vazio sob a intensidade; a infelicidade da existência maquilhada; sob o mais radiante dos sorrisos: a morte.

Esta morte que nos deixa estupefactos, a nós que julgávamos faltar-nos mais do que aquilo que faltava a Marilyn Monroe, esta morte que nos consterna, a nós que, aos milhões, estávamos prontos a amá-la e adorá-la se a tivéssemos conhecido, esta morte é o toque de finados do *star system*. É desmitificante natural, a brecha por onde se precipita a verdade: já não há estrela-modelo, já não há Olimpo feliz.

Mas a morte de Marilyn Monroe, que mata o *star system*, dá nova vida à estrela de cinema. Tal como a paixão de James Dean o autenticava como herói da adolescência, a paixão de Marilyn Monroe vai fazer dela não apenas a última das estrelas do passado, mas a primeira estrela sem *star system*.

Daniel Guerin in «Les Stars»

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Batman Regressa	★★★★	—	★★★
B Casablanca	★★★★	—	★★★★★
C Mentos que Brilham	★★★	—	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A—Real. Tim Burton — *Alfa Clube* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), *Amoreiras/8* (14.00, 16.30, 19.00, 21.45, 00.15), *Fonte Nova/2* (14.15, 16.30, 18.45, 21.15), *São Jorge/1* (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.
B—Real. Michael Curtiz — *King Triplex* (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.
C—Real. Jodie Foster — *Fonte Nova/1* (14.45, 17.00, 19.15, 21.45) — Lisboa.

TEATRO

TEATRO DA CORNUCÓPIA
Rua Tenente Raul Cascais, 1. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **APANHADOS NO DIVÁ**, de Joe Orton, encenação de Luís Miguel Cintra (até 16/8)

TEATRO MUNICIPAL MIRITA CASIMIRO
Largo do Cruzeiro, Estoril. Tel. 4670320. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **ESPECTROS**, de Ibsen, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO DA MALAPOSTA
Rua de Angola, Olival Basto (à Calçada de Carriche). Tel. 9373299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **ONDE ESTÁ A MÚSICA**, de Costa Ferreira, encenação de Rui Mendes (até 31/7).

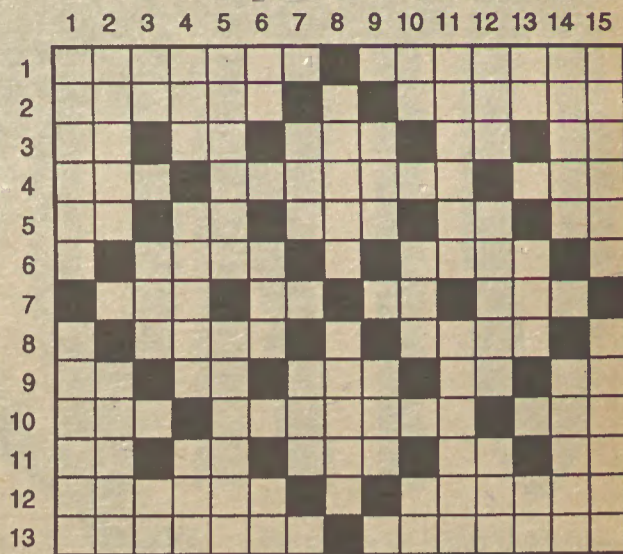
TEATRO NACIONAL D. MARIA II
Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. **PASSA POR MIM NO ROSSIO**, texto e encenação de Filipe La Féria (até 31/7).



Tempo

Continuação do Verão quente, com céu limpo e vento fraco.
(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 — Catitas; Relação minuciosa. 2 — Inexperiente; Cor intermédia entre o preto e o branco (pl). 3 — Seis (romanos); Vogal (pl); O tio da América; Nota musical; Reis (abrev.). 4 — Enguia; Solitária; Pedra. 5 — Em partes iguais; Antes de Cristo; Adoro; Quinhentos e cinquenta (romanos); Prefixo de direcção. 6 — Vantagens; filtrar. 7 — Sofrimento; Outra coisa; Presidente da República (abrev.); Larva. 8 — Batráquio anuro insectívoro, muito útil na agricultura; Vaga. 9 — Utensílio doméstico; Apelido; Era; Colónia romana da Lúbia; Prefixo latino que entra na composição de várias palavras portuguesas. 10 — Gracejar; Mensagens; Ovírio dos peixes. 11 — Érbio (s.q.); Crença; Timão da charrua ou do arado; Apenas; Prefixo de negação. 12 — Nome por que é geralmente conhecida a tampa metálica que tapa as garrafas de certas bebidas (gfria); Omitira. 13 — Causa; Colocaram-se em posição conveniente para serem pintados ou fotografados.

VERTICAIS: 1 — Alegre; Conta em que se tem uma pessoa. 2 — Dispara; Detestar. 3 — Sódio (s.q.); Colocou; brinca. 4 — Elemento de composição de palavras que exprime a ideia de boca, Sinal dado para segurança de um contrato; Figurado (abrev.). 5 — Tuberculoso; Assemelhei-me. 6 — Preposição e artigo; Saudável; Prefixo de privação. 7 — Consta; Apelido. 8 — Serenidade; Fio ténue. 9 — Órgão da extremidade dos membros superiores do homem; Adição. 10 — Empresa pública (abrev.); Jogo de cartas; Cobalto (s.q.). 11 — Desavergonhado; Contração de preposição e pronome demonstrativo. 12 — Época; Cada página de um livro; Folha de certas palmeiras indianas que servia para nelas se escrever. 13 — Neodímio (s.q.); Senhora (abrev.); Argon (s.q.). 14 — Terreno plantado de hortaliças e legumes; Ajustara. 15 — Cozinhado especial feito ao fogo com pouco ou nenhum molho; Oscilam.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Resvala; Obrigar. 2 — EC; Iça; Oiã; CE. 3 — Sãs; Atestar; Com. 4 — Tiro; Oraís; Lido. 5 — As; LP; Ado; Ti; ER. 6 — Avos; Cebo. 7 — Avisou; Lamela. 8 — Oder; Mira. 9 — Oc; AM; Sic; AT; Ra. 10 — Piar; Palor; Oval. 11 — Aba; Paladar; Ali. 12 — Dá; Mor; Dor; Ad. 13 — Ardores; Paródia.

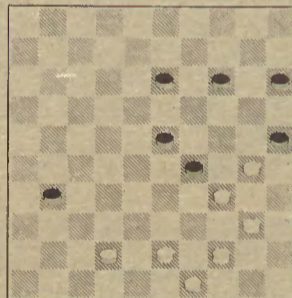
VERTICAIS: 1 — Restar; Topada. 2 — Ecais; Cibar. 3 — Sr; Avô; Aa. 4 — Vi; Olvidar; M6. 5 — Aca; Posem; Por. 6 — Alto; S6r; Pare. 7 — Era; Sal. 8 — Usado; Pilar. 9 — Tio; Cod. 10 — Boas; Cam; Rada. 11 — Rir; Temia; Ror. 12 — Ia; Libertor; Ro. 13 — Cl; Ola; vá. 14 — Acode; Ralai. 15 — Remora; Cálida.

DAMAS

CCCLXVI
30 de Julho de 1992
PROPOSIÇÃO N.º 1992D061

Por: RAYMOND ST. FORT.
-Haiti, Documents pour l'Histoire, 1967

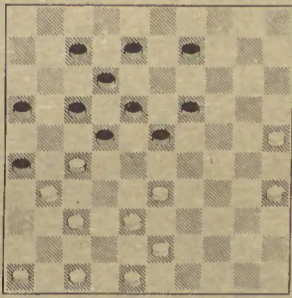
Pr.: [7]: 13-14-15-23-25-29-31
Br.: [7]: 30-34-40-42-43-44-49



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1992D062
Por: ANTALCIDAS GUILLAUME
-Haiti, Documents pour l'Histoire, 1967

Pr.: [11]: 7-8-9-12-16-17-18-19-22-23-26
Br.: [11]: 25-27-31-33-35-37-38-43-46-47-48



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLXVI
N.º 1992D061 [R.S.F.]: 1. 42-37 (31x42); 2. 43-38 (42x33); 3. 40-35 (29x40); 4. 44-39 (25x43); 5. 49x20, 15x24; 6. 35x44+
N.º 1992D062 [A.G.]: 1. 33-29 (23x34); 2. 37-32 (26x28); 3. 47-42 (22x31); 4. 38-32 (28x37); 5. 43-39 (34x43); 6. 48x39 (37x48=D); 7. 39-34 (48x30); 8. 35x4=D+

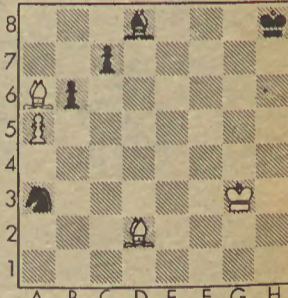
A. de M.M.

XADREZ

CCCLXVI
30 de Julho de 1992
PROPOSIÇÃO N.º 1992X061

Por: V. & M. PLATOV
Deutsches Wechenschach, 1913

Pr.: [4]: Ps. b6, c7 - Ca3 - Rh8
Br.: [4]: Pa5 - Bs.a6, d2 - Rg3

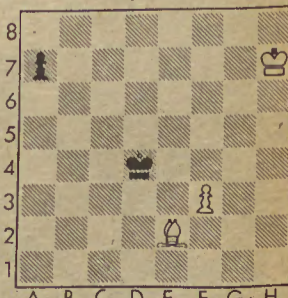


Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1992X062

Por: ANÓNIMO
Scacco!, Abril 1971

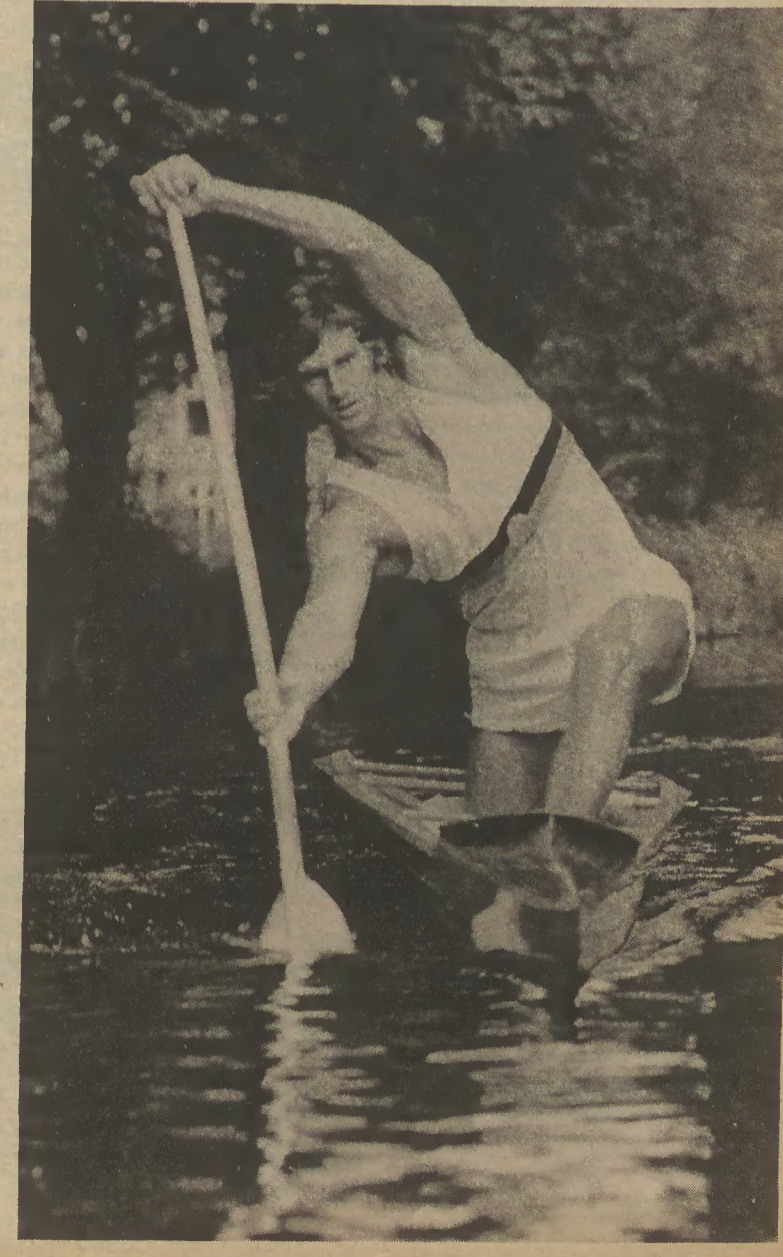
Pr.: [2]: Pa7, Rd4
Br.: [3]: Pf3, B62-Rh7



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLXVI
PROPOSIÇÃO N.º 1992X061 [V. & M.]: 1. Bc3+, Rg8; 2. Bc4+, C:B. 3. a6, b5; 4. Ba5!, C:B. 5. a7 e ganha
PROPOSIÇÃO N.º 1992X062 [A.]: 1. Rg6!, R63; 2. Rf5!, R:62; 3. R64, a5; 4. f4, a4; 5. Rd4 e ganha.
SE: 2. ..., a5; 3. f4...

A. de M.M.



DESPORTO



Em tempo de Jogos Olímpicos o desporto parece governar o mundo, proporcionando um espectáculo à escala planetária que fascina e arrecada milhões, numa relação perversamente geométrica entre os povos consumidores e os negócios devoradores que se apropriaram dos Jogos. Se tudo resultasse na conclusão de que o desporto deve ser um acto quotidiano praticado por toda a gente, tudo se perdoaria a este fascinante espectáculo. Assim, cá está de novo o mundo a praticar, entusiasmadíssimo, o desporto de bancada.

a talhe de FOICE

Os enganadores

A semana, passada o Primeiro-Ministro Cavaco Silva considerava, em pleno Funchal, que a governação da Madeira estava "no bom caminho".

Esta semana o Tribunal de Contas (TC) deliberou que a Conta de 1990 da Região Autónoma da Madeira "violou o equilíbrio orçamental previsto pelo Programa de Reequilíbrio Financeiro", coisa que, trocada por miúdos, significa um "buraco" de dois milhões de contos entre o saldo positivo que devia haver e o que, realmente, se encontrou. A Conta do Tesoureiro estava particularmente "violada" e o presidente do TC, Sousa Franco, não deixou de dizer que "não nos responsabilizamos pelos valores que ali estão. Os valores que constam da Conta do Tesoureiro manifestamente não nos convencem. Estão quantificados, mas nós não respondemos por eles". De tal modo que, "neste ou naquele domínio não pomos as mãos no lume". Entretanto, pelos vistos, alguém pôs as mãos na massa, o que deve explicar o "bom caminho" que Cavaco Silva descortinou na governação PSD da Região Autónoma da Madeira.

Aliás, este homem tem provas dadas na sagacidade com que aprecia os seus correligionários. Leonor Beza e Costa Freire também constituíam, na óptica de Cavaco Silva, governantes acima de qualquer suspeita, até se comprovar que as suspeitas a ter sobre tais personagens não eram, de facto, umas quaisquer: ascendiam a vigarices com os dinheiros públicos para cima das centenas de milhares de contos.

Igualmente Miguel Cadilhe configurava, para o Primeiro-Ministro, um caso de indiscutível honestidade ministerial, até o rombo se abrir do tamanho das Amoreiras e nele caberem os transportes da Guarda Fiscal com a mobília do ministro transitando entre sisas não pagas.

Isto num quadro em que igualmente vão transitando vigarices, corrupções e outras traficâncias na administração PSD com tal regularidade que já não espanta ninguém. Citar o caso Drexel, o das fragatas MEKO, ou o dos aviões "Corsair", dá-nos apenas jeito para encurtar a prosa com três exemplos a grosso - isto sem desprimor, porque há a reconhecer que esta gente também sabe fazer tráfallice da fina. Mas se os comportamentos irregulares, viciados ou abertamente dolosos emergem regularmente associados a nomes ou organismos de proa da governação cavaquista, ela própria se constitui em protagonista de gigantescas fraudes - tão grandes que tornam as outras insignificantes - lesando gravemente o Estado e o País. Veja-se, também num exemplo curto, o que está a acontecer com as privatizações da banca, dos seguros e das grandes empresas nacionalizadas, onde o fundamental da economia portuguesa está a ser entregue, de mão beijada, à voracidade monopolista.

O caso da Conta da Região Autónoma da Madeira tem, sem dúvida, actualidade, quer porque foi despoletado há dias, quer, sobretudo, por surgir num momento em que a demagogia eleitoral do Governo do PSD anda, de novo, à rédea solta para se manter no poder após o escrutínio regional de Setembro próximo. Infelizmente, não constitui uma novidade. Novidade é Cavaco Silva considerar que o governo de Alberto João Jardim e do PSD na Região Autónoma da Madeira vai "no bom caminho", mesmo com gente a viver em buracos de rocha, ou com o desemprego e a exploração desenfreada a serem os únicos "caminhos" que verdadeiramente florescem na Região.

Já não será novidade que o Primeiro-Ministro, previsivelmente, considere irrelevante este "buraco" de dois milhões de contos, ou se recuse a pôr em causa a administração do seu partido na Madeira. Até porque, como se sabe e a vida o demonstrou, o Primeiro-Ministro nunca se engana. Limita-se a enganar os outros.

■ HC

CNA quer que Governo português vete proposta da Comissão Europeia sobre o fim do período de transição

O Conselho Nacional da CNA apreciou a situação da agricultura portuguesa: tomate, vinho, pecuária e frutas são sectores em crise.

A CNA - Confederação Nacional da Agricultura - exige do Governo português que este vete nas instâncias comunitárias a proposta da Comissão Europeia que põe fim ao período de transição da agricultura nacional já a partir do princípio do próximo ano.

O Conselho Nacional da CNA reuniu no passado domingo e exigiu igualmente que o Governo pague as dívidas dos subsídios comunitários aos produtores de tomate para a indústria e que as fábricas não pagaram por na generalidade se encontrarem em situação económica difícil, isto apesar do Governo ter abonado em Bruxelas a boa situação dessas empresas, para assim a CEE poder entregar os subsídios que as fábricas deveriam encaminhar para a produção. Para a CNA, o pagamento dos subsídios em atraso deveria ser acompanhado por uma intervenção do Governo no concentrado de tomate.

No levantamento da situação agrícola nacional, o Conselho Nacional da CNA afirma que a tentativa da Comis-

são Europeia da CEE de abolir o regime de transição da Agricultura Portuguesa já a partir do próximo ano colocaria aos produtores de vinho, cereais, frutos, legumes frescos, produtos lácteos, carne de bovino e suíno, aves e ovos «numa situação bastante mais ruinosa», lê-se num comunicado entretanto emitido.

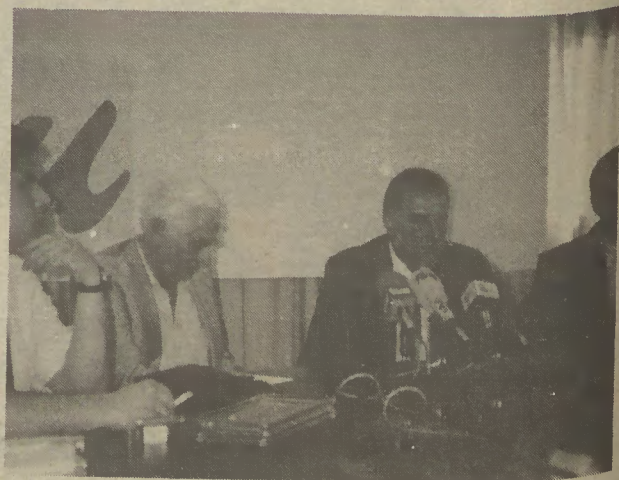
Mais adiante, a CNA refere-se à reforma da PAC (Política Agrícola Comum), para dizer que «os agricultores e as suas organizações precisam com urgência de saber a regulamentação da reforma a fim de melhor poderem defender-se e lutar para que seja o menos gravosa possível e por uma nova PAC que defenda os interesses dos agricultores e da agricultura nacional».

Também o vinho, a pecuária e a hortofruticultura mereceram a atenção do Conselho Nacional desta confederação. A falta de escoamento dos vinhos, as adegas cheias e a aproximação de uma boa colheita são factos que levam muitas adegas

cooperativas a estar em situação de pré-falência, situação a que se junta a vivida pelos viticultores do Douro: «As legislações feitas pelos últimos Governos que permitiram às multinacionais legalizarem vinhas já plantadas e que lhes permitiram novos plantios assim como outras benesses, aliados à quebra de exportação de vinho tratado (vinho do Porto), são os responsáveis por esta situação», diz a CNA que exige uma «urgente intervenção por parte do Governo português» que leve ao saneamento financeiro de adegas coopera-

tivas, o que passa pela concessão de crédito altamente bonificado e pelo armazenamento da próxima colheita. Para o vinho do Porto, a CNA quer a manutenção dos preços do 1991 e, no caso de corte do benefício, o prejuízo das multinacionais em favor dos pequenos e médios viticultores.

Para a pecuária e hortofruticulturas a CNA exige a intervenção urgente na batata, no gado bovino e frutícolas, a preços a discutir com a lavoureira e a CNA, assim como a contenção na importação de carne de bovino.



Encontro Cunhal-Anguita

Por ocasião da sua deslocação a Madrid para proferir uma conferência nos cursos de Verão da Universidade Complutense de Madrid, no Escorial, o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, encontrou-se a semana passada por duas vezes com o secretário-geral do PCE, Julio Anguita - a primeira na sede da Esquerda Unida, de que Anguita é coordenador-geral, a segunda na sede do Comité Central do Partido Comunista de Espanha. A foto documenta uma conferência de imprensa realizada depois do primeiro dos encontros.

A Saúde está má no Litoral Alentejano

As Jornadas Sobre a Saúde no Litoral Alentejano, que se realizaram no passado domingo em Santiago do Cacém, concluíram, num documento aprovado por unanimidade e aclamação, que «os indicadores de Saúde não são bons no Litoral Alentejano» e «o atendimento prestado às populações é muito deficiente». Não é alheia a esta situação «a extrema carência de recursos humanos, quer nos Centros de Saúde concelhios e Postos Médicos, quer no Hospital Distrital de Santiago do Cacém, os quais estão muito abaixo da média do Alentejo e do País».

Aliás, o Hospital Distrital de Santiago do Cacém é considerado como o elemento central para o atendimento de 100 mil habitantes desta sub-região alentejana, quer em situaçõ-

es de doença individual, quer em situação de catástrofe, pelo que o Encontro considerou «urgente, entre outras medidas, a revisão da proposta de rede nacional de Hospitais de Apoio Perinatal, incluindo o Hospital Distrital de Santiago do Cacém nessa rede, melhorando a acessibilidade e a qualidade da prestação de cuidados de saúde neonatais no Litoral Alentejano», tendo sido ainda «entendimento dos participantes nas Jornadas criar um Movimento de Opinião para, junto das entidades competentes, promover a tomada de medidas, nomeadamente no que toca à definição de um Plano de Desenvolvimento dos Serviços de Saúde na Região que leve em conta as características e as necessidades locais».